



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



HAIANE PESSOA DA SILVA



NAS MARGENS VIÁRIAS: AS LONAS PRETAS E SUAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

São Cristóvão – SE
Janeiro/ 2016

HAIANE PESSOA DA SILVA

**NAS MARGENS VIÁRIAS: AS LONAS PRETAS E SUAS RELAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA.

Orientadora: Maria José Nascimento Soares

Coorientadora: Núbia Dias dos Santos

SÃO CRISTÓVÃO – SE
Janeiro/2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Silva, Haiane Pessoa da

S586n Nas margens viárias: as lonas pretas e suas relações socioambientais / Haiane Pessoa da Silva; orientadora Maria José Nascimento Soares. – São Cristóvão, 2016.

150 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Meio ambiente. 2. Assentamentos humanos. 3. Acampamentos de trabalhadores. 4. Movimentos sociais. I. Soares, Maria José Nascimento, orient. II. Título.

CDU 502/504:911.374.2

HAIANE PESSOA DA SILVA

NAS MARGENS VIÁRIAS: AS LONAS PRETAS E SUAS RELAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito para obtenção do título de mestre em
Desenvolvimento e Meio Ambiente -PRODEMA.

Aprovada em 28 de Janeiro de 2016.

Maria José Nascimento Soares
Prof. Dr^a Maria José Nascimento Soares
Universidade Federal de Sergipe-UFS/PRODEMA
Orientadora

Núbia Dias dos Santos
Prof. Dr^a Núbia Dias dos Santos
Universidade Federal de Sergipe-UFS/DGE
Coorientadora

Gicélia Mendes
Prof. Dr^a Gicélia Mendes
Universidade Federal de Sergipe- UFS/PRODEMA
Membro interno

Zenith Nara Costa Delabrida
Prof. Dr^a Zenith Nara Costa Delabrida
Universidade Federal de Sergipe- UFS/DPS
Membro externo

Genésio José dos Santos
Prof. Dr^o Genésio José dos Santos
Universidade Federal de Sergipe- UFS/DGE
Membro Externo (suplente)

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Maria José Nascimento Soares

Prof. Dr^a Maria José Nascimento Soares- Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Núbia Dias dos Santos

Prof. Dr^a Núbia Dias dos Santos
Universidade Federal de Sergipe-UFS/DGE
Coorientadora

É Concedida ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar tais cópias.

Haiane Pessoa da Silva

Haiane Pessoa da Silva

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Maria José Nascimento Soares

Professora Dr. Maria José Nascimento Soares- Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Núbia Dias dos Santos

Prof. Dr^a Núbia Dias dos Santos
Universidade Federal de Sergipe-UFS/DGE
Coorientadora

AGRADECIMENTOS

Inicio os meus agradecimentos ao meu amado Deus, pai unipotente que conduz a minha vida, fonte da minha força e a razão das minhas vitórias. Agradeço ainda, a minha amada família, constituída por meus pais Antônio Alves da Silva e Maria de Fátima Pessoa da Silva obrigada por tantos anos de esforço e dedicação para que eu pudesse me debruçar sobre os meus estudos. Aos meus irmãos Adeilza, Anderson e Alisson agradeço pela amizade, respeito e cumplicidade. Ao meu querido marido (Diego) por mais de 14 anos de apoio, companheirismo e até mesmo de compreensão na minha labuta diária para ser estudante, mãe e mulher; à minha amada filha Ana Beatriz dedico esse estudo, pois é por você que tento sempre me superar.

As “zamigas” Aline e Monique, obrigado “serotas” pela parceria de anos. A amiga Daniele patrícia que não está mais presente em vida, mas se encontra dentro do meu coração. Sinto sua falta amiga! A Alessandra (cumadre) obrigada pela amizade e confiança, estamos juntas sempre. As minhas “amiguetes” Camila, Paula, Sandra e Thauane, que fizeram os meus dias na UFS, ainda na graduação, mais divertidos, e, agora encantam a minha vida com a consolidação do quarteto fantástico.

A minha forte destemida e ao mesmo tempo maternal orientadora profª Maria José. Obrigada por ter aceitado o desafio da orientação e pela confiança disponibilizada a mim como pesquisadora. A minha coorientadora Núbia Dias, pelo incondicional apoio sempre que solicitada, o seu grande conhecimento, humildade e dedicação são incentivos para eu seguir na vida acadêmica (Namastê!!).

As professoras Laura Jane e Ivana Silva pelas orientações. E, Zenit Costa Delabrida, Gicélia Mendes e Genésio dos Santos pela avaliação e colaboração para término do trabalho.

A minha turma de mestrado 2014 agradeço por conduzir meu mestrado com mais leveza e alegria. Obrigada a todos pelo companheirismo nesses dois anos. Nossa amizade se fortificou, e, por este motivo os vejo não como colegas de turma, mas como amigos mestres, os quais faço questão de mencionar de forma íntima: Sandra (Alessandra), Lee (Ana Lee), Aninha (Ana Libório), Andrea, Dedeya (Andréia “aquela que me fez gostar um pouquinho mais do Timão, vai corinhas, rsss”), Bayne, Fredão (Carlos Frederico, “o papai chegou”), o Mano/Mirande (Carlos Miranda), Deby (Débora), Douglas, Edilma (a agregada mais querida da turma) Manu (Emanuela Carla), Nanda/Índia (Fernanda), Flavinha (Flávia), Karlita (Karla Fabiane), Maria José, Sofia, Sônia e Tay (Thaís).

Aos acampados na fazenda São João em Itaporanga D’ajuda pelo acolhimento e a disposição em ajudar. Desejo toda a força na luta por terra.

Por fim, agradeço o apoio financeiro da FAPITEC, que possibilitou a condução dos meus estudos.

RESUMO

Os acampamentos rurais são territórios construídos em sua maioria nas margens das rodovias por famílias acampadas que desenvolvem estreita relação com o ambiente baseada na sobrevivência local. As ocupações representam também a manifestação dos movimentos sociais contra a estrutura agrária brasileira pautada na concentração fundiária. Contudo, essa realidade transitória que deveria assentar as famílias acampadas está se consolidando por vários anos, fazendo com que a permanência demorada nestes lugares influencie a forma com que os sujeitos se relacionam com o ambiente, uma vez que são criadas situações de pré-assentamentos, onde os acampamentos estão se consolidando por mais de 10 anos devido às distintas situações, entre elas o processo de burocratização do estado. Essa realidade instigou o presente estudo que objetivou analisar como se configuram as relações socioambientais nos acampamentos rurais, utilizando-se das categorias território e lugar, ao passo que contribuiu para discussão sobre as relações de poder intrínsecas a essas formações; e, lugar auxiliou a traçar a identidade dos sujeitos acampados. Portanto, os três acampamentos rurais formados na fazenda São João em Itaporanga D'Ajuda/ SE, cujos nomes são Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho serviram de subsídio para o trabalho empírico. Esses acampamentos apresentam tempos de formação diferenciados, variando de 4 a 14 anos. Deste modo, foi feita adoção de três abordagens de investigação: Teórica conceitual, descritiva analítica e comparativa. Como percurso metodológico, foi realizado um estudo bibliográfico sobre o processo histórico de formação da estrutura agrária brasileira buscando ressaltar o que motivou a criação e consolidação dos movimentos sociais no campo, sobretudo do Movimento dos trabalhadores Sem Terra/MST. Paralelo a essa questão, o trabalho de campo possibilitou descrever como se estabelece a relação socioambiental sobre o viés do homem como extensão do meio ambiente. Para tanto, tivemos como percurso metodológico o registrado dos relatos dos acampados por meio de entrevistas semiestruturadas, conversas informais, anotações em diário de campo, observações e a caminhada transversal. Neste sentido, esse estudo permitiu identificar o cenário do “lugar acampado” e o seu processo de sociabilização, além do território físico e simbólico, em que a luta pela terra interrelaciona-se com regras e condutas, fazendo dos sujeitos acampados um personagem híbrido (ora rural, ora urbano), ao passo que os acampamentos estão passando por um processo de mudança na sua conjuntura de organização e estruturação. No que se refere à condição socioambiental, percebeu-se que as famílias acampadas vivem em condições de vulnerabilidade social, apresentando ora ações “insustentáveis”, ora sustentáveis.

Palavras-chave: estrutura agrária, relação socioambiental, acampamento rural.

RESUMEN

campos de los territorios rurales se construyen sobre todo en los bordes de las carreteras por acampar familias que desarrollan una estrecha relación con el medio ambiente basado en la supervivencia local. Las ocupaciones también representan la manifestación de los movimientos sociales contra la estructura agraria brasileña guiada por la concentración de la tierra. Sin embargo, esta realidad transitoria que debe sentar las familias acampadas está consolidando desde hace varios años, causando larga estancia en esos lugares influir en la manera en que los sujetos se relacionan con el medio ambiente, ya que se crean las condiciones pre-liquidación, donde los campos están consolidando durante más de 10 años debido a diferentes situaciones, incluyendo el proceso de burocratización del estado. Esta realidad motivó el presente estudio tuvo como objetivo analizar la forma de configurar las relaciones sociales y medioambientales en los campamentos rurales, utilizando el territorio categorías y lugar, al tiempo que contribuye a la discusión de las relaciones de poder intrínsecas a estas formaciones; y en el lugar ayudó a rastrear la identidad del sujeto acampado. Por lo tanto, los tres campos rurales formados en la finca San Juan en Itaporanga D'Ayuda / SE, cuyos nombres son Prestes, João Pedro Teixeira y Carvalho Apolonio sirven asignación para el trabajo empírico. Estos campos tienen diferentes tiempos de entrenamiento, que van de 4 a 14 años. Por lo tanto, se hizo adopción de tres enfoques de investigación: descriptiva analítica y conceptual comparativa teórica. Como un enfoque metodológico, un estudio bibliográfico del proceso histórico de la formación de la estructura agraria brasileña que busca poner de relieve lo que motivó a la creación y consolidación de los movimientos sociales en el país, en especial los trabajadores del Movimiento Sin Tierra / MST se llevó a cabo. Paralelamente a este problema, el trabajo de campo permitió describir la forma de establecer el respeto social y ambiental del sesgo humano como una extensión del medio ambiente. Por lo tanto, el enfoque metodológico como las cuentas registradas del campamento a través de entrevistas semiestructuradas, conversaciones informales en las notas de campo, observaciones diarias y el cruce de peatones. En este sentido, este estudio identifica la configuración de "acampado colocar" y su proceso de socialización, más allá del territorio físico y simbólico, donde la lucha por la tierra en sí interrelaciona con las normas y comportamientos, por lo que el camping sujeta un carácter híbrido (a veces las zonas rurales, a veces urbana), mientras que los campos están en un proceso de cambio en su entorno para organizar y estructura. Con respecto a la condición del medio ambiente, se dio cuenta de que las familias acampadas que viven en condiciones de vulnerabilidad social, con acciones ahora "insostenibles", ahora sostenible.

Palabras clave: estructura agraria, el respeto del medio ambiente, del campo rural.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ac- Acampado
Acam- acampamento
AC-Apolônio de Carvalho
APA- Áreas de Proteção Ambiental
APP- Área de Proteção Permanente
CNS- Conselho Nacional de Saúde
COHAB- Companhia Metropolitana de Habitação
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CP- Coluna Prestes
CPT- Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra
DENIT- Departamento Nacional de Infraestrutura e Trânsito
DER - Departamento Estadual de Estradas e Rodagens
DESO - Companhia de Saneamento de Sergipe
DRP- Diagnóstico Rápido Participativo
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETASE- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
GEMEC- Gerencia de Metodologia e Comunicação Rural
GPS- Global Positioning System
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
JPT- João Pedro Teixeira
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social
MF- Módulo Fiscal
MIRAD- Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento da Reforma Agrária
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OI- Organização Independente
PCA- Programa de Capitalismo Agrário
PDTP - Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo
PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PQA- Programa da Questão agrária
PT- Partido dos Trabalhadores
RA – Reforma Agrária
RAM – Reforma Agrária de Mercado
SE-Sergipe

SEAGRI- Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca.

SEBRAE-SP- Secretaria Brasileira de Apoio à Pequena e Média Empresa- São Paulo

SEDETEC/SE- Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia/ Sergipe

SEPLAN-SE Secretaria de Planejamento de Sergipe

SEPLANTEC/ SRH-SE- Secretaria de Desenvolvimento e Tecnologia/ Secretaria de Recursos Hídricos- Sergipe

SUPRA- Superintendência de Reforma Agrária

SUS- Sistema Único de Saúde

TCLE- Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UC- Unidade de Conservação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema síntese da hipótese de pesquisa.	24
Figura 2: Localização geográfica de Itaporanga D’ajuda/SE.	27
Figura 3: Área dos acampamentos Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho situados na fazenda São João em Itaporanga D’Ajuda/ SE.	28
Figura 4: Esquema de procedimento metodológico da pesquisa.....	30
Figura 5- Esquema de comunicação para análise de conteúdo segundo Bardin (1979).....	35
Figura 6: Aplicação de entrevista. Fonte: Pesquisa, 2015.....	36
Figura 7: Georeferenciamento dos principais pontos dos acampamentos na fazenda São João em Itaporanga D’Ajuda/ SE, 2015.	38
Figura 8: Conversa informal com acampado.....	38
Figura 9: Barracão utilizado para reunião do Acampamento AC.	38
Figura 10: Organização das falas dos acampados entrevistados organizadas em planilha <i>Excel</i> para análise das respostas/categorias de falas.....	39
Figura 11: Territórios sergipanos, 2007.	51
Figura 12: Territórios da cidadania em Sergipe, 2001.	52
Figura 13: Territórios da cidadania, Tipo de população/ quantitativo populacional em Sergipe/ 2015.	53
Figura 14: Número de famílias em ocupações/ Participação dos movimentos socioterritoriais por estado de 2000-2012.	62
Figura 15: Número de ocupações no Brasil entre 1988-2012.	63
Figura 16: Número de assentamentos rurais criados no Brasil 1985-2012.	64
Figura 17: Número de famílias assentadas no Brasil/1985-2012.....	64
Figura 18: Estrutura Fundiária de Sergipe/Estrato de área ha/Número de Imóveis, 2003.	68
Figura 19: Número de imoveis improdutivos no Brasil e Sergipe -2004.....	69
Figura 20: Famílias acampadas, assentadas por RA e RAM em Sergipe (1996- 2007).....	70
Figura 21: Distribuição da população por sexo segundo grupos de idade/ Itaporanga D’Ajuda- SE.	73
Figura 22: Barraco de barro pertencente ao Acam. Coluna Prestes. Fonte: PESSOA, 2015...84	84
Figura 23: Terrenos de médio porte do acampamento JPT.....	85
Figura 24: Comércio local do Acamp. João Pedro Teixeira, 2015.....	85
Figura 25: Frente da barraca destinada ao grupo evangélico.....	86
Figura 26: Parte interna do barraco pertencente ao grupo evangélico “assentados aos pés de cristo”, Acamp. AC, 2015.	86

Figura 27: Esquema de relações socioterritoriais desenvolvida pelo MST e INCRA.....	99
Figura 28: Entrada da área do acampamento Coluna Prestes na Fazenda São João.	100
Figura 29: Hierarquia local e as atividades desenvolvidas nos acampamentos estudados....	101
Figura 30: Trecho do córrego pertencente ao rio Vaza Barris que passa na área dos acampamentos.....	110
Figura 31: Fonte de água utilizada para consumo dos acampados na fazenda São João/SE 2015.	110
Figura 32: Terrenos cultivados nos fundos dos barracos dos acampamentos AC e CP localizados na fazenda São João.....	111
Figura 33: Ortofoto da área do acampamento X área da pedreira localizados na fazenda São João (2002).	114
Figura 34: Imagem de satélite da área do acampamento X área da pedreira localizados na fazenda São João (2015).....	114
Figura 35: Tanque para lavagem de roupa construído pelos acampados na fazenda São João.	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área Brasil- 1985/ 2006....	47
Tabela 2: Número de estabelecimentos Agropecuários/ condição legal do produtor em relação a terra/ Itaporanga D'Ajuda- SE, 2006.....	76
Tabela 3: Número de estabelecimentos Agropecuários/ condição legal do produtor em relação a terra/ Itaporanga D'Ajuda- SE, 2006.....	77
Tabela 4: Número de estabelecimentos Agropecuários/ condição legal do produtor em relação à terra/ Itaporanga D'Ajuda- SE, 2006	77
Tabela 5: Número de estabelecimentos agropecuários e áreas dos estabelecimentos/utilização das terras e agricultura familiar, 2006.	78
Tabela 6: Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários segundo estrato de área 2006.	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Seleção de trabalhos realizados com a temática dos acampamentos rurais utilizados no referencial teórico.....	23
Quadro 2: Síntese dos principais temas e autores trabalhados no estudo.....	31
Quadro 3: Seleção da amostra dos entrevistados acampados na fazenda São João em Itaporanga D'Ajuda-SE, 2015.....	33
Quadro 4: Síntese dos objetivos das entrevistas em relação às perguntas feitas aos acampados na fazenda São João em Itaporanga D'Ajuda/SE, 2015.....	36
Quadro 5: Síntese dos objetivos das entrevistas em relação as perguntas feitas ao representante do INCRA/SE, 2015.....	37
Quadro 6: Estruturação dos acampamentos CP, AC e JTP na fazenda São João, 2015.....	84
Quadro 7: síntese das condições socioambientais existentes nos acampamentos Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho em Itaporanga D'Ajuda-SE/ 2015 - Propostas de medidas mitigatórias.	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa etária dos acampados entrevistados.....	86
Gráfico 2: Municípios de residência dos acampados entrevistados/2015.....	87
Gráfico 3: Grau de escolaridade dos acampados entrevistados em 2015.....	88
Gráfico 4: Situação trabalhista dos acampados entrevistados/2015.....	89
Gráfico 5: : Recebimento e/ou tipo de benefícios recebidos pelos acampados na fazenda São João/Itaporanga D'Ajuda-SE, 2015.....	89
Gráfico 6: Influencia das normas sobre a relação com a terra para os acampados entrevistados/2015.....	95
Gráfico 7: Produtos cultivados pelos acampados na fazenda São João/ Itaporanga D'Ajuda-SE, 2015.	97
Gráfico 8: Grau de uso dos instrumentos utilizados nas atividades nos acampamentos estudados.	98
Gráfico 9: Normas existentes nos acampamentos segundo os acampados entrevistados.	101
Gráfico 10: Influencia familiar nas atividades agrícolas dos acampados na fazenda São João/ Acampamento.....	108

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Primeiras notas sobre o objeto de estudo	18
1.2 Justificando a escolha do tema	21
1.3 Problema de Pesquisa.....	23
1.4 Objetivos da Pesquisa.....	25
2 METODOLOGIA.....	26
2.1. Área de estudo.....	26
2.2 Construto Metodológico	28
2.3. Levantamento de dados secundários	31
I. Revisão Bibliográfica e documental	31
II Análise de fotografias aéreas	32
2.4. Levantamento de dados primários.....	32
2.4.1. Entrevistas semiestruturadas.....	33
a) Seleção da Amostra.....	33
b) Metodologia de análise das entrevistas	34
C) Aplicação das entrevistas.....	36
2.4.2 Diagnóstico Rápido Participativo - DRP	37
2.5 Análise e tabulação de dados coletados	39
2.6 Estruturação da dissertação	40
3 CAPÍTULO	42
A QUESTÃO AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	42
3.1 Estrutura Agrária no Brasil: breve histórico sobre o processo de formação	43
3.2 Características do Desenvolvimento territorial	49
3.3 Contribuições da categoria território e lugar para compreensão das relações socioambientais em acampamentos	54
3.4 Das ocupações aos assentamentos: os desafios dos movimentos sociais na luta por terra.....	58
3.5 .Os conflitos por terra em Sergipe: o olhar a partir dos movimentos sociais	66
3.6 Possibilidades de Reforma agrária em Itaporanga D'Ajuda	72
3.6.1. Aspectos socioeconômicos de Itaporanga D'Ajuda	72

3.6.2 Uso e ocupação do solo em Itaporanga D'Ajuda	74
4 CAPÍTULO	82
FAZENDA SÃO JOÃO: UM OLHAR SOBRE O CENÁRIO DOS ACAMPADOS	82
4.1. (RE) construção do campo empírico.....	83
4.2. Perfil das famílias acampadas entrevistadas	86
4.3 Território fluído: das alvenarias aos barracos, quem são os sujeitos acampados?....	90
4.3.1 Breve descrição comparativa entre os acampamentos Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho	93
4.4. O Território Acampado: O <i>lócus</i> chamado Fazenda São João.....	96
4.5. Acampamento rural ou “assentamentos não legalizados”?.....	103
4.6. O lugar e o não-lugar: as implicações na vida dos sujeitos por baixo das lonas pretas.....	106
4.7 (RE) construção do cenário socioambiental dos acampamentos na fazenda São João.....	109
4.7.1 Esquema socioambiental para potencializar a sustentabilidade nos acampamentos Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho.....	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE A: Roteiro de entrevista: Público alvo: Acampados situados na fazenda São João em Itaporanga D'ajuda –SE.....	141
APÊNDICE B: Roteiro de entrevista:Público Alvo: Representantes do INCRA e MST em Sergipe	143
APÊNDICE C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	144
APÊNDICE D: Termo de anuência:	145
ANEXO A: parecer Comitê de ética (Plataforma Brasil)	146

1 INTRODUÇÃO

1.1 Primeiras notas sobre o objeto de estudo

“Das sementes da terra ousamos nascer, agora somos frutos do MST.” (frase visualizada no assentamento Moacir Wanderley, Socorro, 2014).

A epígrafe apresentada acima dá o tom sobre a discussão que será abordada nesta dissertação, visto que o foco do estudo foi analisar a identidade do sujeito acampado, tendo em vista os fatores que influenciam a relação do homem com o meio ambiente.

A problemática que envolve a relação socioambiental tem se tornado tema recorrente na sociedade, visto que a crise ambiental planetária encontra-se cada vez mais eminente. As últimas décadas apontam a necessidade de se (re) pensar o modelo de sociedade existente, pois, a lógica implantada pelo sistema capitalista¹, enquanto exploração dos recursos naturais volta-se para a racionalidade econômica como meio para atingir o progresso, se mostrando “insensível” a conservação² ambiental.

Assim a articulação dos movimentos sociais por meio das ocupações, manifestações e acampamentos apontam à necessidade de se repensar a lógica do desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento humano. Ao passo que agroindústria capitalista nacional e a política econômica excludente e antipopular dos diversos governos consentiram aos pobres do campo três opções de reagir ao sistema capitalista: aceitar a situação de miserabilidade social, econômica e cultural, migrar para a cidade e para os centros urbanos, e, ou resistir na terra através da luta coletiva (BUZETTO, 2005).

Deste modo, a luta pela terra vem sendo realizada no Brasil desde a sua colonização. A partir de 1500 com a chegada dos Portugueses, desvenda-se o perfil atual da propriedade fundiária, originada nas políticas adotadas pela coroa Portuguesa. As ações desenvolvidas no período colonial, a exemplo da doação das sesmarias, serviram como primeira medida administrativa que concretizou a propriedade da terra, sendo intensificada pela lei de Terras de 1850 -Lei n° 601 (SOUSA, 2008).

¹ Capitalismo é o sistema socioeconômico em que os meios de produção (terras, fábricas, máquinas, edifícios) e de distribuição, o capital (dinheiro) são propriedade privada, ou seja, tem um dono.

² Conservação implica em um conjunto de fenômenos pelo qual se assegura a continuidade da vida através das gerações. Essa corrente do pensamento ecológico discorre que o uso dos recursos naturais deve ser desenvolvido de forma racional (DIEGUES, 2002).

Estas ações contribuíram para a formação econômica e social brasileira, pautadas na “injusta” distribuição de terra³ ao longo dos anos, provocando distorções sociais e econômicas na sociedade. Nesta perspectiva surge na década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), revindicando a Reforma Agrária, que consiste em ações de redistribuição das propriedades rurais para a realização da sua função social (MST, 2014).

Desta forma, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA, com base no Estatuto da Terra – Lei nº 4504/64 descreve que a Reforma agrária é o conjunto de medidas que visa “[...] promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso. Essas ações tem como finalidade atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento da produção” (INCRA, 2014).

O INCRA ainda discorre que esse conjunto de medidas proporcionará: desconcentração e democratização da estrutura fundiária, produção de alimentos básicos; geração de renda; combate a fome e a miséria; interiorização dos serviços públicos e básicos; redução da migração campo-cidade; promoção da cidadania e da justiça social, além da diversificação do comércio e dos serviços no meio rural, o que consiste em uma política de reforma agrária (INCRA, 2014).

No entanto, a política de reforma agrária desenvolvida no país não tem se concretizado como esperado, haja vista que a concentração fundiária não diminuiu significativamente (VEIGA, 2000), fazendo com que milhares de famílias se tornem acampadas à espera de serem contempladas por esta política. Neste sentido, as relações socioambientais desenvolvidas nos acampamentos devem ser analisadas em uma teia de fatores que condicionam a relação dos acampados com o meio ambiente que pauta-se, principalmente, na sobrevivência das famílias dentro dos acampamentos. Assim, o viés da questão agrária propõe explicar a forma como as sociedades e as pessoas ocupam o território e vão se apropriando do principal bem da natureza - a terra (STEDILE; ESTEVAM, 2005).

Desta forma percebe-se que nos dias hodiernos, no estado de Sergipe, a formação dos acampamentos de trabalhadores rurais sem terra é a manifestação aparente do problema estrutural ainda não resolvido em sua totalidade no país. Os estudos desenvolvidos por Ramos Filho (2004-2008- 2013) e Sousa (2008-2009) enfatizam que a reforma agrária é um problema a ser solucionado no estado, pois os conflitos existentes e a demanda social por terra é a manifestação viva deste problema.

³ Injusta distribuição de terras implica na formação dos latifúndios, ou seja, concentração de grande parte das terras para poucos proprietários.

Sousa (2008) discorre ainda que, o resultado apresentado sobre a reforma agrária no estado é considerado irrisório, uma vez que, os diversos conflitos ocorridos no território sergipano pela regularização fundiária como a exemplo da luta dos índios Xocós, dos meeiros de arroz expulsos do baixo São Francisco e dos posseiros em Santana dos Frades não corrigiram o problema da centralização das terras latifundiárias. Assim a autora afirma que “[...] o resultado atingido pela política de reforma agrária no estado de Sergipe pode ser considerado medíocre” (p.107).

Diante desse contexto, o *locus* de estudo se deu na região centro-sul de Sergipe, especificamente no município de Itaporanga D’Ajuda que comporta seis acampamentos rurais (DATALUTA, 2012). Este município está inserido na segunda região com maior número de acampamentos do estado (28 acampamentos), perdendo apenas para a região do sertão que apresentava 39 acampamentos, dos quais onze se encontram em Canidé de São Francisco situado no noroeste de Sergipe (SOUZA, 2009).

A sobrevivência do acampado ainda chama atenção para o contexto espacial no qual ele está inserido, ou seja, os diferentes aspectos que os envolvem como: as condições precárias vivenciadas, o seu estado de exceção no que se refere a legalidade de direito à terra, entre outras características. Por este motivo, devemos estabelecer relações em teia sobre os elementos que os permeiam como: a organização, a condição de vida e o contexto social. Deste modo podemos reconstruir, ainda que parcialmente, elementos da sua gênese a fim de contribuir para estudos mais abrangentes sobre os movimentos sociais no Brasil (TURATTI, 1999).

Esses pontos nos levaram a olhar o acampamento sob a perspectiva socioambiental, pensando nos sujeitos que se organizam para enfrentar as adversidades do espaço físico e todo o seu entorno. Portanto, faremos uma discussão crítica de quais fatores determinam a interrelação entre o homem e o meio ambiente. Uma vez que a busca pela sobrevivência faz com que os sujeitos utilizem os recursos naturais disponíveis (água, vegetação e solo).

Neste sentido foi desenvolvida a seguinte hipótese: as condições precárias de vida nos acampamentos fazem com que os acampados impactem o meio ambiente. Para confirmar, ou até mesmo refutar tal hipótese, foi traçado o objetivo geral: Analisar como se configuram as relações socioambientais nos acampamentos rurais Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho, situados em Itaporanga D’Ajuda-SE nos anos de 2012 à 2015. Tendo como objetivos específicos: Descrever aspectos históricos da questão agrária no Brasil que influenciaram para a formação dos acampamentos rurais no país; refletir sobre a configuração

de acampamento tendo como foco as categorias lugar e território; e, explicar como a realidade incerta do acampamento interfere na vida do sujeito e na sua condição socioambiental.

Na perspectiva de entender os fatores que determinam a relação do homem com o meio ambiente foram analisadas as três dimensões: social (perfil dos acampados, organização das barracas, mobilização e normas do MST); econômica (atividade desenvolvida pelos acampados para seu sustento internamente e/ou externamente); e a ambiental por meio dos recursos naturais disponíveis, como: vegetação, fauna, recursos hídricos e as condições de solo.

O presente estudo teve como ponto de partida a abordagem territorial (das relações de poder e das territorialidades que condicionam o lugar) com foco nos sujeitos acampados, uma vez que o levantamento das suas bandeiras de lutas representam as possibilidades de atuação dos mesmos na gênese da questão agrário-ambiental.

Portanto, o fator preponderante a ser discutido nesse debate são as ações que condicionam a sobrevivência das pessoas nos acampamentos, levando em consideração a sua situação social. Pois, apesar de existir famílias acampadas que possuem residência fixa, outras se mantêm no lugar por falta de alternativa, se identificando para além de sem terra, como também - os sem teto. Isto tem feito com que o acampamento se torne lugar de moradia. Deste modo buscaremos confrontar os parâmetros sociais, políticos e ambientais que determinam a condição de vida do acampado.

1.2. Justificando a escolha do tema

Não é comum na historiografia brasileira estudos direcionados a abordagem socioambiental no universo do acampado, uma vez que tal fato decorre da visão de que o acampamento se constitui em uma realidade fluída e passageira, um vir a ser ainda em construção, movido pela inconstância, incertezas e por ocupações. Por este motivo as políticas públicas de cunho social para tal atores são negligenciadas ou deixadas de lado pelos gestores, fazendo com que a condição de acampado se perpetue por anos, reforçando a ideia de que

esses indivíduos são tratados como “seres invisíveis⁴” à sociedade como caracteriza Martins (2003).

Toda essa problemática que envolve o espaço rural e a formação dos acampamentos rurais foi estimulada por meio da pesquisa de campo ainda na graduação em Geografia, quando se desenvolveu atividade de aprofundamento sobre a questão agrária em um acampamento rural que estava em fase de implantação no município de Itaporanga D’Ajuda cujo nome é João Pedro Teixeira.

Posteriormente, essa investigação extrapolou para o acampamento vizinho e o seu entorno, uma vez que no mesmo local já havia outro acampamento identificado como Coluna Prestes com período de formação por volta de 10 anos.

Os resultados parciais obtidos por meio de entrevistas com acampados, coordenadores locais e o representante estadual do MST possibilitou desenvolver um artigo científico no ano de 2012, cujo título é: “A teia de relações dos acampamentos João Pedro Teixeira e Carlos Prestes no município de Itaporanga D’Ajuda-SE”. Em que a teia de relações presentes nos acampamentos restringiu-se a demonstrar as normas e o funcionamento dos acampamentos.

Contudo, as observações fizeram surgir novos questionamentos como: Quais são os elementos internos e externos aos acampamentos que determinam as ações de sobrevivência? Quem é o acampado, suas motivações pelo movimento e como essas questões influenciam na relação socioambiental?

Assim fazendo um levantamento bibliográfico dos trabalhos selecionados para compor a base teórica do estudo em que o objeto de estudo foi os acampamentos rurais, percebeu-se que os mesmos contemplam as especificidades locais, sociológicas ou culturais (Ver Quadro 1). Contudo, os trabalhos que elucidem a relação socioambiental para este contexto, ainda se mostram irrigários, haja vista a necessidade do aprofundamento científico sobre a dinâmica deste território.

⁴ Os seres invisíveis são para Martins (2003) o excluído do sistema capitalista uma vez que o próprio modo de produção, em seu movimento, produz e reproduz a desigualdade econômica, social, política e cultural.

Quadro 1. Seleção de trabalhos realizados com a temática dos acampamentos rurais utilizados no referencial teórico.

Trabalho	Autor	Nível/Ano	Instituição
Do acampamento ao assentamento: Uma análise da Reforma Agrária e qualidade de vida em Sergipe	Junia Marise de Matos Sousa	Tese de doutorado/ 2009	Núcleo de Pós graduação e Pesquisa em geografia-NPGEO/UFS
Territorialidade da “posse” na luta pela reforma agrária: os Acampamentos do MST em Iaras (SP)	Mônica Hashimoto Iha	Dissertação de mestrado/ 2005	Universidade Estadual de Campinas(Unicamp), Instituto de Geociências
“Pra não fazer do cidadão pacato um cidadão revoltado”: Novas territorialidades na usina Santa Clara.	Eraldo Ramos Filho	Dissertação de mestrado/ 2002	Núcleo de Pós graduação e Pesquisa em geografia-NPGEO/UFS
Os filhos da lona preta: notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo	Maria Cecília Manzoli Turatti	Dissertação de mestrado/ 1999	Mestrado em Antropologia Social: Universidade de São Paulo-USP

Fonte: Levantamento de pesquisa, 2014.

Buscando uma análise mais aprofundada sobre a relação socioambiental presente no acampamento, pensou-se em dar continuidade aos estudos iniciados nos dois acampamentos rurais Coluna Prestes e João Pedro Teixeira. No entanto, foi contemplado mais um acampamento (Apolônio de Carvalho), visto que o mesmo se formou na mesma parcela de terra da fazenda São João, cedida para a construção dos barracos dos outros dois acampamentos.

A motivação por continuar trabalhando com os mesmos acampamentos se deu primeiramente pela viabilidade de acesso, uma vez que o município de Itaporanga D' Ajuda limita-se com o município de São Cristovão (ao local de moradia da pesquisadora). Além do que, neste local foram percebidas algumas ações reguladoras e de condição de vida que permitirão entender as práticas de manejo e sobrevivência desenvolvidas pelos acampados.

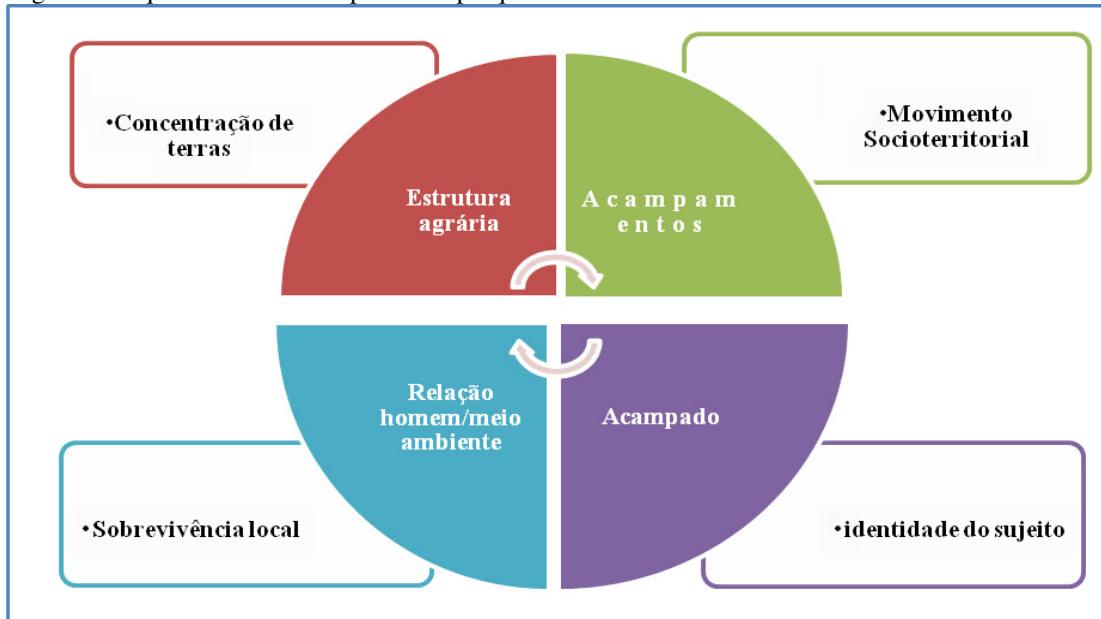
1.3 Problema de Pesquisa

As condições precárias de vida nos acampamentos fazem com que as questões básicas cotidianas como tomar banho, fazer necessidade fisiológica ou lavar pratos, causem uma série

de interferências ao meio ambiente. Seja no uso do solo pela produção de resíduos, ou aos recursos hídricos por meio do banho nos rios e lavagem de roupa. Todas estas ações fazem emergir algumas questões problematizadoras, como: Como se manter no local sem infraestrutura alguma e sem o uso dos recursos disponíveis? O que deve ser feito para que os acampados possam se manter dignamente no local?

Fica evidente que as necessidades cotidianas para a sobrevivência no lugar determinam as ações desenvolvidas, portanto, o problema de pesquisa gira em torno de uma cadeia de fatores (criada hipoteticamente) que norteia toda a problemática a ser tratada nesta dissertação: Como a estrutura agrária brasileira contribui para que se formem os acampamentos rurais? Consequentemente é criado o “novo sujeito social” no meio rural, identificado como ser acampado. Essa nova “identidade” ou condição social determina a relação do homem com o meio ambiente, pautada na sobrevivência local (Figura 01).

Figura 1: Esquema síntese da hipótese de pesquisa.



Fonte: PESSOA, 2014.

O acampamento é visto como algo momentâneo e passageiro, pois, ser acampado é estar pleiteando a posse da terra, e na maioria dos acampamentos os sujeitos não fixam bases no lugar, visto que o local serve na maioria das vezes como “ponte de apoio”⁵. Então, há uma maior preocupação com trabalhos voltados para os assentamentos rurais, em que a questão do direito a terra está aparentemente resolvida. Por este motivo, esta pesquisa contribuirá não somente com os trabalhos desenvolvidos sobre a temática dos acampamentos rurais, mas

⁵ Ponte de apoio foi identificada pelo acampados como o local cedido para formação dos acampamentos, ou seja, lugar que liga ou leva ao assentamento.

destaca também a importância dos estudos voltados para o âmbito inicial do movimento por meio da articulação e formação do território acampado.

No contexto social entende-se que a contribuição deste estudo está na mitigação da visão preconceituosa sobre os sujeitos em foco, visto que procuraremos resaltar às necessidades vivenciadas pelos acampados dentro dos acampamentos rurais por meio da Práxis socioambiental, que é a aplicação das ações históricas na vida prática humana. Assim, “[...] a práxis, no sentido preciso, seria, portanto, o ‘real’ humano, com a condição de não ser separado nem da história e das tendências históricas” (LEFEBVRE, 1976, apud PHILIPPI Jr *et al.*, 2000, p. 137).

Neste ínterim, o trabalho *in loco* ressaltou a realidade local dos acampamentos e dos acampados, a fim de contribuir com a esperança dos mesmos serem vistos socialmente, haja vista a necessidade de dar voz e vez aos agentes excluídos do espaço agrário.

1.4. Objetivos da Pesquisa

Geral:

Analisar como se configuram as relações socioambientais nos acampamentos rurais Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho, situados no município de Itaporanga D’Ajuda/ SE no período de 2002 a 2015.

Específicos:

- Descrever aspectos históricos da questão agrária no Brasil que influenciaram para a formação dos acampamentos rurais no país.
- Utilizar as categorias lugar e território para descrever como se apresentam os três acampamentos formados na fazenda São João;
- Explicar como a realidade incerta do acampamento interfere na vida do sujeito e na sua condição socioambiental.

2 METODOLOGIA

2.1. Área de estudo

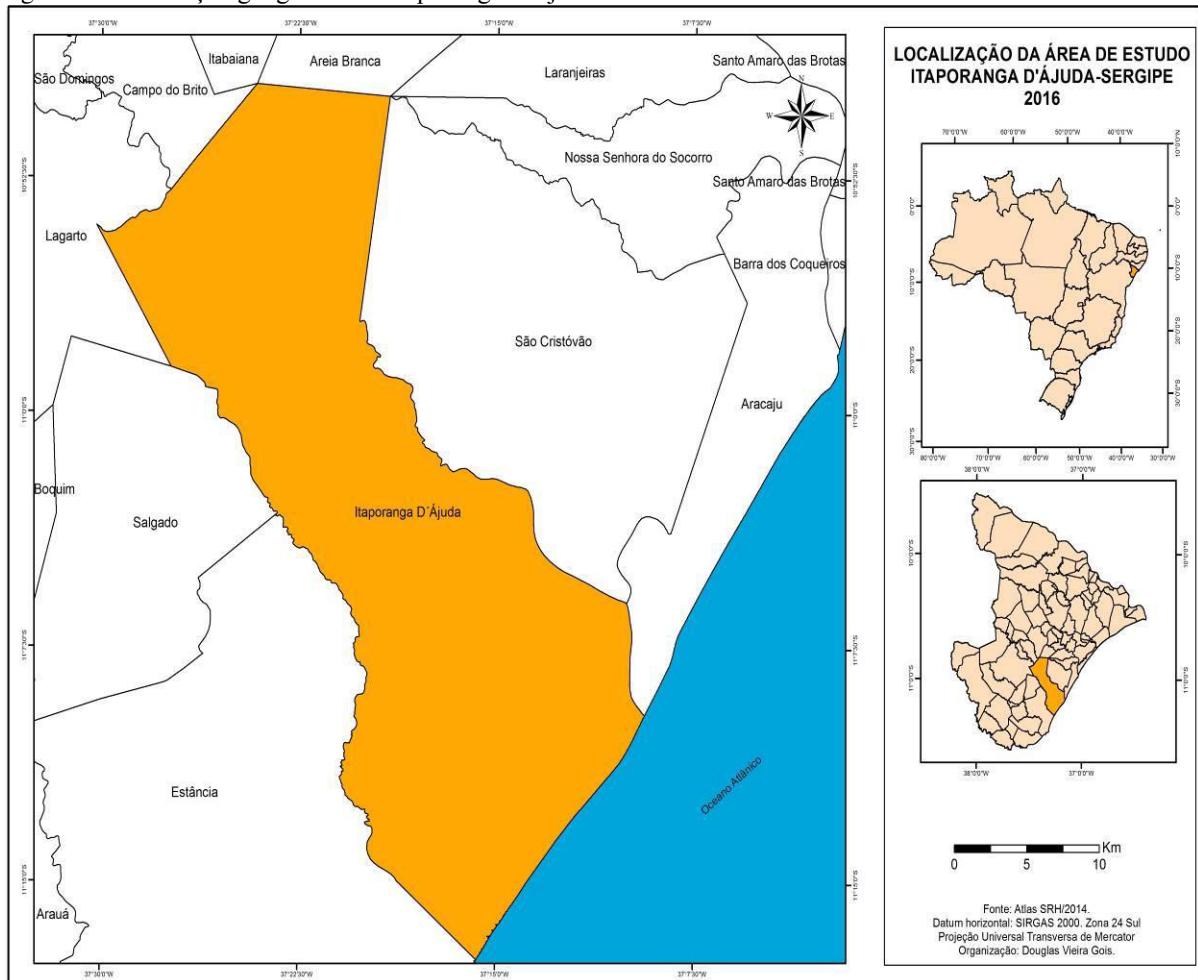
Itaporanga é topônimo de origem tupi e significa ‘Pedra Bonita’, em que ita refere-se a ‘pedra’ e poranga a ‘bonita’. O município foi morada dos índios tupinambás comandados pelo cacique Surubi às margens do Rio Vaza-Barris. No início da sua povoação após o ano de 1590 houve um longo período de disputa pelo território entre portugueses e os indígenas, o que acarretou na vitória dos colonizadores (IBGE, 2015).

Deste modo, somente em 1845, o povoado atingiu categoria de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Ajuda. Contudo, o município ainda se encontrava vinculado à cidade de São Cristovão. E, após inúmeros conflitos entre os indígenas, os colonizadores e as gestões dos dois municípios resolveram ordenar a separação de ambos territórios. No dia primeiro de janeiro de 1949, o município conseguiu transformar-se em comarca de acordo com a lei estadual nº 123 (SILVA, 2015).

O município de Itaporanga D’Ajuda está localizado na região centro sul de Sergipe, limitando-se ao sul com os municípios de Estância, a oeste com Salgado, Lagarto e Campo do Brito, a norte com Areia Branca e Laranjeiras e a leste com São Cristóvão e o Oceano Atlântico (Figura 02). A sua sede situa-se entre as coordenadas geográficas $10^{\circ} 59'50''$ de latitude sul e $37^{\circ}18'22''$ de longitude oeste (SEPLANTEC/ SRH-SE, 2002).

O município apresenta população equivalente a 30.419 habitantes, distribuídos em uma área territorial corresponde a 739, 925 km², deste modo à densidade demográfica é de 41,11 hab\ km² (IBGE, 2010).

Figura 2: Localização geográfica de Itaporanga D'ajuda/SE.



Fonte: Douglas Vieira, 2014.

Isto posto, o *locus* para realização do trabalho de campo se encontra no território Centro-sul sergipano, local com expressivo número de acampamentos, quarenta e nove no total, dos quais seis estão em Itaporanga D'Ajuda. Este estudo se debruçou sobre os três acampamentos: Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho, identificados respectivamente pelas siglas CP, JPT e AC. Os mesmos foram formados em um fragmento de 300 tarefas, o que equivale à aproximadamente um quarto do tamanho total da fazenda São João, situada no povoado Água Bonita, (Figura 03).

O acampamento Colônia Prestes (ponto 1) foi fundado há mais de dez anos, aproximadamente oito anos após foi criado os outros dois acampamentos: João Pedro Teixeira (ponto 2) e o Apolônio de Carvalho (ponto 3), todos na mesma área.

Figura 3: Área dos acampamentos Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho situados na fazenda São João em Itaporanga D'Ajuda/ SE.



Fonte: Google Earth, 2014.

A fazenda São João situa-se próxima à área urbana, o que tem viabilizado o fluxo de pessoas para aderir ao movimento devido à facilidade de acesso e uso dos serviços concentrados no meio urbano (comércio, transações bancárias, saúde, entre outros).

2.2 Construto Metodológico

O presente estudo tem natureza quanti-qualitativa visto que foi levado em consideração os dados estatísticos, bem como a valorização das falas dos sujeitos. Desta forma propusemos para além da descrição da dinâmica da realidade dos acampamentos uma análise histórica da formação de tais territórios, evidenciando a trajetória de vida dos sujeitos acampados.

Para tanto, fez-se a adoção da pesquisa exploratória, uma vez que segundo Da Silva e Menezes, esse instrumento tem como finalidade “[...] proporcionar maior familiaridade com o

problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado” (2005, p. 21).

Logo, o presente estudo perpassará por três abordagens distintas e complementares, sendo elas: 1) abordagem teórica conceitual, 2) descritiva analítica e 3) comparativa a fim de atender a complexidade que envolve o objeto e os sujeitos do estudo. Pois, a comunicação entre os métodos de abordagem proporcionou a complementação das ideias, já que de acordo com Denzin (1978) o uso de diferentes métodos de abordagem pode validar mais a hipótese do que a adoção de um único método. Deste modo, houve a triangulação dos mesmos a fim de convergir às ideias para a produção de um retrato mais completo do fenômeno estudado (AZEVEDO *et al*, 2013).

Diante do exposto, podemos concluir que a triangulação dos métodos é bem aceita dentro das pesquisas quantitativas e qualitativas, já que na coleta e na análise de dados “[...] supera as limitações de um método único, por combinar diversos métodos e dar-lhes igual relevância” (AZEVEDO *et al*, 2013, p. 8).

O método científico adotado foi o dialético, sendo descrito por Da Silva e Menezes (2005), sobre a perspectiva de que os fatos não podem ser entendidos fora de um contexto social, político e econômico. Já que de acordo com Gil, (1999), Lakatos e Marconi (1993) esse é um método de interpretação dinâmico, e, portanto entende que “[...] pesquisar é sempre tematizar o real, dentro de uma dialética do sujeito e do objeto, com a ajuda de métodos e técnicas que permitem a mais completa aproximação de um real inesgotável e móvel, já que este se modifica constantemente através da interação” (HAGUETTE, 1992, p. 392).

Portanto, a adoção do método dialético se deu por entender que o mesmo abrange as análises mais críticas sobre as contradições existentes nas relações ontológicas do trabalho, em que o homem é o sujeito ativo no processo de apropriação da natureza. E, para sobreviver ele necessita desenvolver e enraizar as aptidões humanas ao longo da história (BERTOLDO, 2010).

Assim, por meio deste método levantamos algumas questões de como se deu a apropriação dos meios de produção principalmente no meio rural, uma vez que, essas inquietações são a matriz que engendra a criação dos movimentos sociais no campo. Assim, ele foi o determinante teórico que orientou o entendimento do que vem a ser um

acampamento rural enquanto território construído ou lugar vivido dentro do sistema econômico vigente.

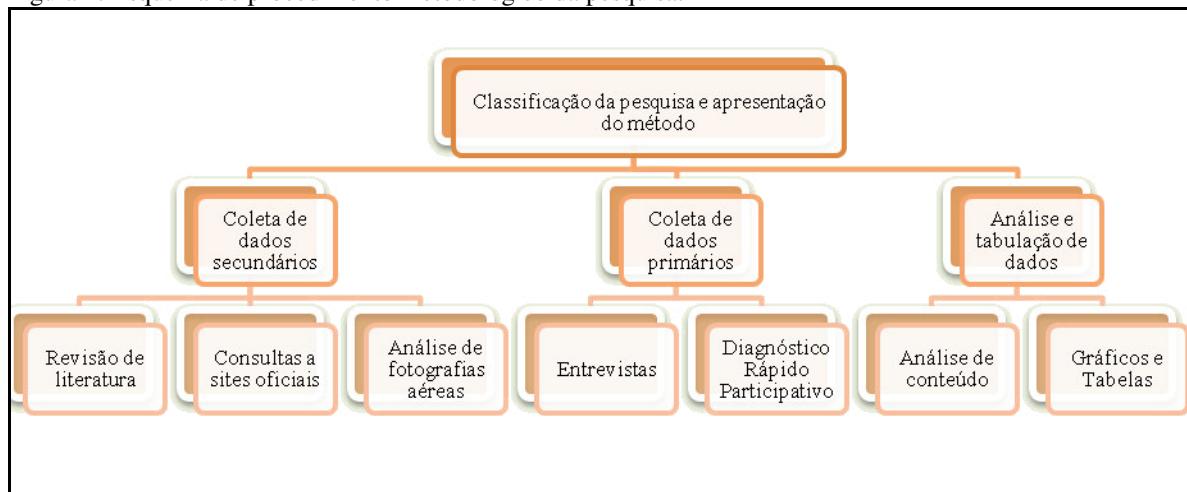
Damiani (2012) sinaliza que o método dialético sobre o viés Marxista, proporciona apenas um guia, ou quadro geral, uma orientação de conhecimento de cada realidade com contradições peculiares, ou seja, de forma lógica se subordina ao conteúdo, ao objeto e a matéria estudada, captando os aspectos mais gerais da realidade, sem substituir a pesquisa científica por uma construção abstrata.

Entretanto, entendendo que o marxismo dentro da temática dos movimentos sociais não se restringe a teoria explicativa, uma vez que propõe entender as contradições que levaram a formação das classes sociais, utilizando, para tanto, os diferentes segmentos que compõem o cenário contemporâneo, tais como: os sujeitos participantes, os interesses do movimento, bem como o paradigma ideológico que fundamenta suas ações. Assim, Gohn assevera:

o que é destacado nos estudos marxistas contemporâneos é que o movimento não surge espontaneamente. O que gera os movimentos sociais são organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto as bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos (GOHN, 2010, p. 174).

Assim, os procedimentos metodológicos (Figura 4) seguiram duas etapas: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Na primeira etapa fez-se: consulta a livros, periódicos, artigos e visitas aos sites oficiais. Já na segunda, foi realizado trabalho *in loco* na área dos três acampamentos rurais, para realização de entrevistas semiestruturadas, observações de campo e conversas informais.

Figura 4: Esquema de procedimento metodológico da pesquisa.



Fonte: PESSOA, 2014.

Por fim, os dados foram tabulados em duas partes: sendo a primeira a categorização das falas, por meio da análise de conteúdo de Bardin (1979). E, no segundo momento as falas foram apresentadas por meio de fragmentos emitidos pelo sujeito e discutidos ao longo do texto. Os resultados das entrevistas também subsidiaram a elaboração de tabelas e gráficos.

2.3. Levantamento de dados secundários

I. Revisão Bibliográfica e documental

Na primeira etapa da pesquisa, foi realizada a revisão de literatura sobre a história da questão agrária no Brasil visando entender as motivações que favoreceram a criação dos movimentos sociais no campo, sobretudo do MST. As leituras proporcionaram também a revisão da realidade camponesa no Brasil, e as relações dos sujeitos com o meio ambiente. Para tanto foi utilizado autores como: Eliane e Ribamar Furtado (2000-2004), Fernandes (2005-2008), Andrade (1963), Caldart (2004), Martins (2003), Ribeiro (2006), Moura (1986), e entre outros.

Os principais autores estão destacados no quadro a seguir de acordo com as temáticas estudadas.

Quadro 2: Síntese dos principais temas e autores trabalhados no estudo.

Temática	Principais Autores
Questão agrária	Bernardo Mançano Fernandes (2005-2008); Eliane e Ribamar Furtado (2000-2004); Eraldo Ramos Filho (2002, 2008 e 2013); Jóao Pedro Stedile (2005); José Graziliano da Silva (1978); Manoel Corrêa de Andrade (1963).
Movimentos Sociais (MST)	Junia Marise de Matos de Sousa (2008 e 2009); Maria da Glória Gohn (2003, 2009 e 2010); Maria Cecilia Manzoli Turatti (1999);
Exclusão dos sujeitos sociais	José de Souza Martins (2003); Nobert Ellias (1991 e 1994).
O homem do campo e sua história de exploração	Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2008); Darcy Ribeiro (2006); Margarida Maria Moura (1986).
A relação do homem com o meio ambiente	Catherine Larrére (2000); Maria José Araújo Lima (1984)

Fonte: PESSOA, 2015.

Na oportunidade foram consultados os sites dos órgãos federais como: Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário –MDA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE, entre outros. E, os órgãos não

governamentais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST, Banco de Dados de luta pela Terra – DATALUTA e a Comissão da Pastoral da Terra – CPT. Essas consultas tiveram como objetivo apresentar uma visão geral do cenário que compõe as formações espaciais geradas pelos movimentos socioterritoriais nos conflitos por terra no Brasil.

II Análise de fotografias aéreas

Esta etapa do estudo consistiu em verificar o uso e ocupação do solo na fazenda São João por meio das imagens de ortofotos referentes ao ano de 2002 e imagens de satélite de 2014, tendo como enfoque a área cedida para formação dos acampamentos e a área da pedreira M M, ou seja, ambos estão situados dentro da mesma fazenda.

Desta forma pode-se fazer um comparativo de mais de 10 anos de ocupação da área, o que possibilitou visualizar se o aumento populacional do acampamento influenciou na supressão da vegetação nativa local. Por outro lado, também conseguiu-se perceber a dimensão da pedreira nestes anos. De modo que, esta etapa metodológica visou verificar as interferências antrópica sobre a paisagem.

2.4. Levantamento de dados primários

A coleta de dados primários foi realizada *in loco* com os acampados dos três acampamentos rurais formados na fazenda São João, situada no município de Itaporanga D'Ajuda-SE. Dentro deste cenário, houve a realização de entrevistas semiestruturadas contendo 27 (vinte e sete) perguntas abertas e fechadas(Ver apêndice A). Por fim, na coleta de dados primários foi feito o reconhecimento da área acampada por meio da caminhada transversal.

O ouvidor do INCRA também foi entrevistado por ser o responsável pelas questões dos acampamentos do estado de Sergipe e dos 16 (dezesseis) acampamentos dos municípios da Bahia. Neste sentido, a entrevista consistiu na aplicação de 16 (dezesseis) perguntas abertas (ver apêndice B) e anotações em diário de campo.

2.4.1. Entrevistas semiestruturadas

a) Seleção da Amostra

Para a realização das entrevistas foram selecionados os acampados de acordo com os critérios pré-estabelecidos intencionalmente: atender uma porcentagem representativa de pessoas acampadas e ter mais tempo como acampado. Portanto, não foi feito cálculo probabilístico, uma vez que a amostra se caracteriza por ser intencional.

A amostra resultou em 56 (cinquenta e seis) acampados para o total de 132 (cento e trinta e duas) famílias, sendo 15 (quinze) do acampamento Coluna Prestes, 21 (vinte e uma) do Apolônio de Carvalho e 20 (vinte) do João Pedro Teixeira (Quadro 03). Isto levando em consideração as informações dos coordenadores e as indicações dos próprios acampados, ou seja, utilizou-se da técnica de amostragem conhecida como *Snowball* ou Bola de neve (BALDIN; MUNHOZ, 2001).

Quadro 3: Seleção da amostra dos entrevistados acampados na fazenda São João em Itaporanga D’Ajuda-SE, 2015.

ACAMPAMENTO	Total de famílias	Tempo de formação	Tempo no local	Total de representante
João Pedro Teixeira	40	4 anos	De 3 à 4 anos	20
Coluna Prestes	36	14 anos	De 5 à +10 anos	15
Apolônio de Carvalho	56	4 anos	De 3 à 4 anos	21

Fonte: Informação concedida pelos Coordenadores dos acampamentos, 2015.

A técnica de bola de neve deriva da amostragem não probabilística intencional que consiste em iniciar a amostra com um sujeito que indica o outro para participar do estudo, e assim sucessivamente formando uma cadeia de informantes, até que seja alcançado o objetivo proposto: o “ponto de saturação⁶”.

Embora a amostra tenha sido de 56 (cinquenta e seis) representantes, somente 53 (cinquenta e três) foram entrevistados, visto que não se conseguiu encontrar os outros três acampados (um representante do Coluna Prestes e dois do João Pedro Teixeira). Haja vista que nas 7 (sete) visitas ao local os mesmos se encontravam em atividades fora do acampamento.

⁶ O ponto de saturação é definido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (BALDIN; MUNHOZ, 2001).

Entre os entrevistados está contido um coordenador local de cada acampamento, ou seja, três coordenadores que foram selecionados em função de conhecerem com propriedade a realidade dos acampamentos. Neste sentido, o universo amostral alcançou quase que 100% dos sujeitos selecionados.

Os critérios para seleção de inclusão na entrevista sofreu alteração de tempo conforme as especificidades de cada acampamento, ao passo que para o acampamento Coluna Prestes os acampados deveriam estar no mínimo a 5 (cinco) anos no local, uma vez que esse número de anos representa segundo a legislação brasileira, o tempo máximo de acampado (OLIVEIRA, 2008).

No entanto para o acampamento João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho o tempo de acampado para participar da amostra correspondeu entre 3 e 4 anos. Pois, o período de existência dos dois acampamentos é de 4 (quatro) anos.

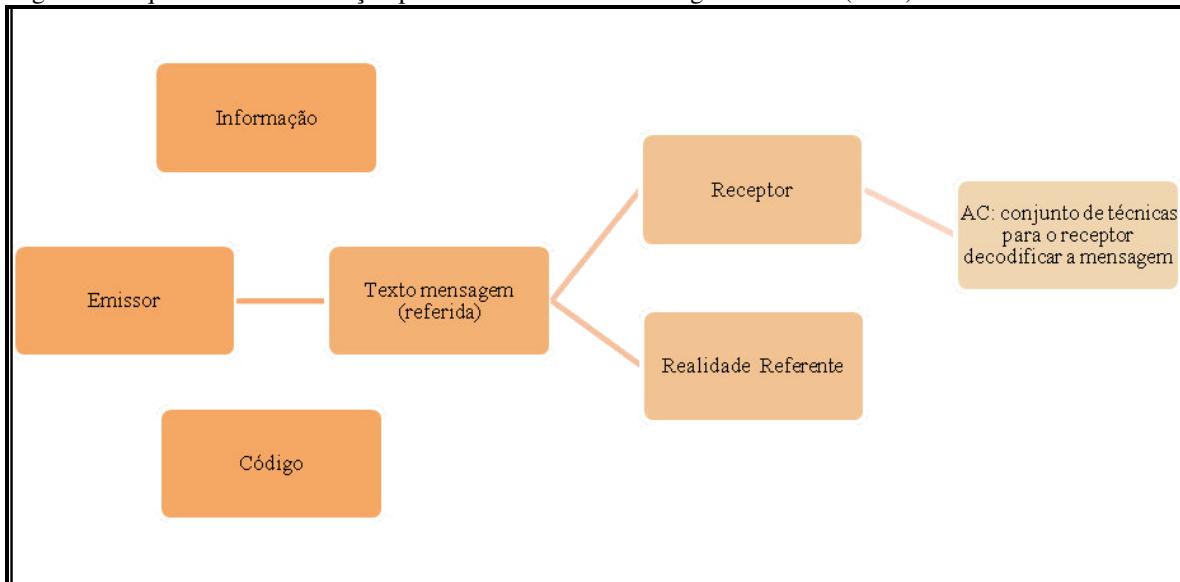
Por fim foram adotados os critérios de inclusão: viver maior número de dias dentro do acampamento, quiçá, morar no local; ser maior de dezoito anos; ser o representante da família e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respeitando-se as especificações do comitê de ética em pesquisa (Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde - CNS).

b) Metodologia de análise das entrevistas

As entrevistas semiestruturadas compostas por questões abertas e fechadas serviram como subsídios para extrair as informações de como se estabelecem as relações socioambientais nos acampamentos. Deste modo foi possível apresentar o perfil dos acampados e as suas condições de vida cotidiana.

A análise das entrevistas se deu por meio da Análise de Conteúdo- AC de Bardin, que consiste em “[...] um conjunto de instrumentos metodológicos que se aperfeiçoa constantemente e que se aplicam a discursos diversificados” (1979, p. 47). Portanto, esse instrumento permite desvendar o que não está apresentado no texto por meio da decodificação das mensagens emitidas pelos sujeitos na sua fala, levando em consideração as suas expressões e intenções (Figura 05).

Figura 5- Esquema de comunicação para análise de conteúdo segundo Bardin (1979).



Fonte: Adaptação de SOARES RAMOS; SALVI, 2009.

A figura 05 demonstra o processo de investigação na análise de conteúdo que se desenvolve por meio de um leque de apetrechos utilizados para tratar os dados e analisar as categorias de falas. No entanto, é preciso seguir alguns passos definidos por Bardin, como: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (SOARES RAMOS; SALVI, 2009).

A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, ou seja, consiste na sistematização das ideias iniciais. Na exploração do material é feita a descrição analítica, correspondendo à averiguação detalhada de todo material textual coletado orientado pela hipótese, objetivos e pelo referencial teórico utilizado no estudo.

Dessa forma, na fase de exploração do material foi preciso fazer a codificação, a classificação e a categorização dos conteúdos. E, por fim, na terceira fase, ocorre a condensação das ideias e informações, culminando em interpretações inferenciais e apresentação dos resultados, utilizando-se da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 1979).

Para Triviños (1992) a análise de conteúdo pode servir para auxiliar pesquisas mais complexas, pois possibilita ao pesquisador uma visão mais ampla do todo, como é o caso dos trabalhos desenvolvidos sobre o viés do método dialético. Uma vez que aponta a importância do contexto histórico nas análises científicas, em que o conteúdo por si só, sem a observação do conjunto, faz com que qualquer diagnóstico torne-se falho, e, por isso ressalta que é preciso olhar o sistema como um todo. Logo, os dados em si constituem apenas subsídios

brutos, e só terão sentido na medida em que se adota uma técnica de análise apropriada, ultrapassando as incertezas e enriquecendo a leitura dos dados coletados.

C) Aplicação das entrevistas

As entrevistas com os acampados foram aplicadas no período entre 19 (dezenove) de março a 8 (oito) de junho de 2015, ocasionando 7 (sete) visitas. Paralelo às perguntas pré-estabelecidas foram anotadas as observações locais por meio do diário de campo, o qual serviu de suporte para registro das conversas informais.

As conversas foram estruturadas em três partes, a fim de identificar: a) perfil dos acampados; b) A relação dos entrevistados com o lugar; c) O território do acampado.

Neste sentido cada pergunta visou responder a um determinado objetivo como podemos verificar no quadro síntese 04:

Quadro 4: Síntese dos objetivos das entrevistas em relação às perguntas feitas aos acampados na fazenda São João em Itaporanga D'Ajuda/SE, 2015.

Objetivos	Questões norteadoras
1. Apresentar como se deu a formação dos acampamentos rurais;	2, 3, 16, 24
2. Refletir a configuração de acampamento, tendo como foco as categorias lugar e território;	5, 6, 7, 8, 17, 18, 25, 26, 27
3. Comparar as realidades dos acampamentos rurais na fazenda São João;	1, 4, 11, 14, 19, 20, 21, 23
4. Explicar como a realidade transitória do acampamento interfere na vida do sujeito e na sua condição socioambiental.	9, 10, 12, 13, 15, 22, 24

Fonte: PESSOA, 2015.



Figura 6: Aplicação de entrevista. Fonte: Pesquisa, 2015.

A entrevista com o ouvidor do INCRA (ver apêndice B) aconteceu no prédio órgão situado em Aracaju/SE, atendendo também aos objetivos do estudo, como podemos verificar no quadro síntese 5:

Quadro 5: Síntese dos objetivos das entrevistas em relação as perguntas feitas ao representante do INCRA/SE, 2015.

Objetivos	Questões norteadoras
1. Apresentar a organização e planejamento do INCRA para a realidade do acampamento	4, 5, 6, 7, 8, 15,
2. Relação do órgão com os acampamentos	1, 2, 3,
3. Explicar como se estrutura a realidade transitória do acampamento	9, 10, 11, 12, 13, 14

Fonte: PESSOA, 2015.

2.4.2 Diagnóstico Rápido Participativo - DRP

O Diagnóstico Rápido Participativo é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico, revelando os problemas presentes no local que afetam ou limitam a produção agrícola. E, a partir de então cria possibilidades de gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento (VERDEJO, 2007).

Esta metodologia desperta o espírito crítico e construtivo da realidade, estimulando a experimentação camponesa, acabando com as receitas prontas (BARRETO, 2014). Neste sentido foi desenvolvida uma técnica do DRP conhecida como Caminhada transversal.

Esse instrumento do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)⁷ consiste em andar por uma determinada área acompanhado por um ou mais representante local, visando evidenciar os principais pontos da área, já que este conhece bem o local o qual está inserido (SOUSA, 2009).

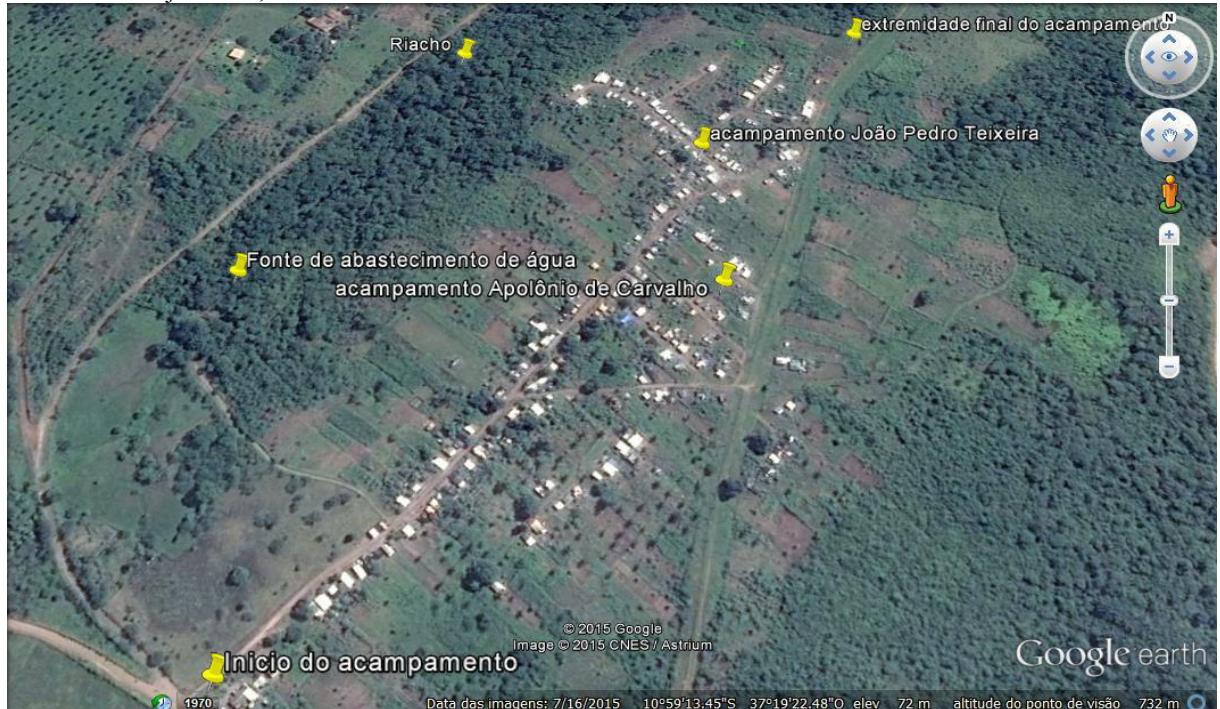
A caminhada foi realizada com dois representantes acampados, selecionados de acordo com a disponibilidade de cada um no momento de reconhecimento da área. A experiência possibilitou visualizar as principais características da área de estudo (GEMEC/2014).

Durante a caminhada, foi possível desenvolver outras técnicas de reconhecimento de área, tais como:

a) Georeferenciamento: consistiu no procedimento de demarcação dos principais pontos da área do acampamento por meio do uso de GPS, sinalizado por um acampado e posteriormente sobrepostos no Google *earth* (Figura 07).

⁷ Conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento (VERDEJO, 2007).

Figura 7: Georeferenciamento dos principais pontos dos acampamentos na fazenda São João em Itaporanga D'Ajuda/ SE, 2015.



Fonte: PESSOA, 2015.

b) Registro fotográfico: O uso de fotografias é uma metodologia que possibilita capturar os elementos a serem investigados, dando assim o suporte visual para as questões que se propõe a analisar. Assim, as fotografias possibilitaram apresentar e registrar as minúcias do cotidiano dos acampados, bem como se configura a estruturação do acampamento.

Figura 8: Conversa informal com acampado; e, Figura 9: Barracão utilizado para reunião do Acampamento AC.



Fonte: PESSOA, 2015.

2.5 Análise e tabulação de dados coletados

Os dados primários e secundários foram tabulados de maneira diferenciada levando em consideração os objetivos de cada metodologia aplicada. Neste sentido, o referencial teórico perpassou todos os momentos da pesquisa buscando embasar teoricamente o referido estudo.

As entrevistas forneceram subsídios para análise de conteúdo, o que possibilitou a criação de categorias de falas. De modo que houve a disposição das mesmas em 4 (quatro) planilhas do *Excel Microsoft Office*, em que cada lâmina continha perguntas e respostas dos representantes de cada acampamento (Figura 10). Sendo que, na primeira às perguntas se restringiram a identificação do perfil, e, as demais para organizar as outras respostas por acampamento: lâmina 2- AC, lâmina 3- CP e lâmina 4- JTP.

Figura 10: Organização das falas dos acampados entrevistados organizadas em planilha *Excel* para análise das respostas/categorias de falas.

Fonte: PESSOA, 2015.

A criação das categorias de fala se deu por meio da análise de repetição das palavras que estavam associadas a cada pergunta, ou seja, para cada resposta dos entrevistados por acampamento verificou-se os elementos que apareciam com maior frequência em cada questão. Assim foi possível identificar em uma mesma pergunta duas e até três categorias de falas, que foram discutidas ao longo do texto.

As informações obtidas através das fontes documentais (IBGE, INCRA e DATALUTA) constituíram o banco de dados para as discussões sobre a concentração fundiária e as possibilidades de assentamentos na esfera municipal, estadual e nacional.

Após as análises de todos os dados, foi realizada a triangulação de informações entre os dados documentais, as entrevistas aplicadas e as observações de campo. De modo que conseguiu-se identificar os diferentes prismas de cada segmento.

2.6 Estruturação da dissertação

A dissertação está estruturada em introdução, três capítulos e as considerações finais. A introdução traz as primeiras notas sobre o tema, fazendo uma contextualização das motivações para o desenvolvimento do referido estudo; apresenta ainda o problema em questão que embasou a hipótese e os objetivos.

Na seção seguinte foi elaborado o construto metodológico desenvolvido para a consolidação dos dados. Neste sentido trazemos o percurso metodológico, iniciando com a apresentação da área de estudo e o seu contexto socioeconômico; em seguida abordou-se como se deu o levantamento dos dados secundários e primários, e a tabulação e análise de dados.

O capítulo dois concentra-se em apresentar as bases teóricas de discussão sobre a formação da estrutura agrária no Brasil, já que essa questão é dita como principal motivação para a formação dos movimentos socioterritoriais no país, portanto, é o determinante para a mobilização e consequente geração da nova “identidade social” no meio rural (o sujeito acampado). Neste contexto são apresentados os desafios contemporâneos por terra e a reforma agrária no estado de Sergipe, tendo como *locus* o município de Itaporanga D’Ajuda. Nesta seção ainda trazemos as discussões teóricas sobre o socioambientalismo e as concepções da categoria território e lugar.

O terceiro capítulo foi intitulado: Fazenda São João: Um olhar sobre o cenário dos sujeitos acampados, de modo que são apresentados os resultados e discussões do trabalho empírico, trazendo a abordagem descritiva, analítica e comparativa. No qual, o enfoque consiste em descrever por meio das realidades vivenciadas nos três acampamentos estudados, o que vem a ser o acampamento rural na atualidade e como os acampados concebem as relações socioambientais.

A abordagem comparativa tem como objetivo realizar um comparativo entre os três acampamentos, uma vez que possuem tempos de formação distintos, e, portanto, buscou-se verificar se as realidades são distintas ou similares. Logo, pretendeu-se descrever como é constituído o território fluído, levando em consideração o itinerário dos agentes de cada acampamento desde as suas casas até a chegada a fazenda São João.

Neste ínterim iniciou-se o capítulo fazendo uma reconstrução do campo empírico utilizando-se das informações cedidas pelos acampados mais antigos na área, ou seja, cinco pessoas que estão acampados a mais de 14 anos no local. Em seguida é apresentado o perfil das famílias entrevistadas, identificando quem são os acampados, de onde vem e o que fazem.

O texto é desenvolvido com a discussão acerca da nomenclatura adequada a tal condição de vida: “Acampamento rural” ou “assentamentos não legalizados”. Neste sentido, utilizamos-nos dos conceitos das categorias lugar e território como instrumentos de investigação para a compreensão das relações socioambientais. E, neste cenário apresentamos as implicações que são ocasionadas aos sujeitos por baixo das lonas pretas.

Por fim foi realizada a (re) construção de cenários da “(in)sustentabilidade socioambiental”. Apresentando também algumas medidas que poderiam minimizar a condição de vulnerabilidade socioambiental dentro dos acampamentos estudados.

Nas considerações finais apresentamos uma síntese das questões que nortearam o referido estudo, bem como uma reflexão da problemática que envolve a relação socioambiental dentro do contexto dos acampamentos rurais. O que contribuirá para as reflexões sobre os conflitos existentes por terra no Brasil, bem como para compreensão de quem são os sujeitos acampados. Em seguida são apresentadas as referências, apêndices e anexos.

3 CAPÍTULO

A QUESTÃO AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Esta seção é dedicada a fazer um resgate histórico de como se consolidou a estrutura agrária brasileira pautada na desigualdade de classe, uma vez que essa temática é a base ideológica para o surgimento dos movimentos socioterritoriais do campo. Portanto, neste capítulo é apresentado o cenário de conflitos tendo por base a revisão de literatura e dados documentais, ao passo que discorremos sobre as questões envoltas à formação fundiária e aos movimentos socioterritoriais partindo do enredo da configuração nacional, perpassando os arranjos territoriais do estado de Sergipe até chegar ao lócus de estudo, o município de Itaporanga D'Ajuda.

O primeiro tópico resgata por meio da revisão de literatura e dados oficiais a historiografia de formação e consolidação da questão agrária que entoam os ecos de uma reforma agrária efetiva no país.

O segundo tópico versa sobre as principais características do desenvolvimento territorial como alternativa do estado para tentar ordenar e minimizar os problemas socioeconômicos das populações. De modo que foram levadas em consideração as semelhanças regionais tais como os fatores: sociais, econômicos, culturais e naturais (vegetação, clima, solo, etc.).

No terceiro tópico trazemos as contribuições conceituais da categoria território e lugar para compreensão das relações socioambientais em acampamentos.

O quarto ponto refere-se ao processo de formação e consolidação dos movimentos sociais na luta por terra no Brasil, destacando, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST. Dentro desta perspectiva é ressaltado os principais desafios e as ações reivindicatórias do movimento por meio das ocupações e acampamentos.

Na quinta seção evidenciam-se os conflitos por terra em Sergipe discorrendo sobre algumas medidas legais que acabam escondendo a bandeira de luta. Apresentamos ainda as possibilidades de Reforma agrária em Itaporanga D'Ajuda levando em consideração a disponibilidade de terras caracterizadas como latifundiárias no município.

3.1 Estrutura Agrária no Brasil: breve histórico sobre o processo de formação

As discussões sobre em qual período se consolidou no Brasil a concentração de terras apresentam diferentes pontos de vista. Contudo, é inegável que a colonização realizada pelos portugueses em 1500 representa a primeira ação desencadeadora de outras que intensificaram as propriedades com características latifundiárias.

No processo de apropriação de terras, as sesmarias⁸ são entendidas como a primeira medida política administrativa de demarcação de grandes lotes. Essa iniciativa consistiu em “doar” fragmentos de terras para quem pudesse cultivar, fazendo com que houvesse o desenvolvimento agrícola do país (SILVA, 1978).

Contudo, para que ocorressem essas doações era necessário atender a alguns pré-requisitos como: o cultivo deveria ser feito pelos escravos, as produções teriam que atender as necessidades do mercado europeu e as doações eram predestinadas aos aliados do governo português, fazendo com que poucos proprietários fossem privilegiados (SILVA, 1978).

Em 1820 com o fim do regime das sesmarias pelo governo, não surgiu de imediato nenhuma legislação sobre a posse da terra. Essa questão foi retomada somente 30 anos depois em 1850 com a criação da Lei de Terras, em que houve a “legalização” da propriedade rural. No entanto, esta lei serviu como instrumento de reafirmação da grande propriedade, pois essencialmente foram favorecidos os grandes proprietários (SILVA, 1978).

Desta forma Guimarães (1968) elenca três características fundamentais que demonstram este favorecimento

Proibia as aquisições de terras por outro meio que não a compra (Art. 1.º) e, por conseguinte, extinguia o regime de posses; 2) elevava os preços das terras e dificultava a sua aquisição (o Art. 14 determinava que os lotes deveriam ser vendidos em hasta pública com o pagamento à vista, fixando preços mínimos que eram considerados superiores aos vigentes no país) ; e 3) destinava o produto das vendas de terras à importação de “colonos”, ou seja, de trabalhadores para a chamada grande lavoura (GUIMARÃES, 1968, p. 29).

A gestão do território brasileiro estava pautada em concentrações fragmentares do território, sobretudo para o desenvolvimento do sistema de *plantation*, ou seja, a agricultura

⁸ Eram doações realizadas pela colônia portuguesa para a produção de interesse mercantil da Europa. Sendo também doadas aos cidadãos como prêmio pelos feitos militares. Consolidando à formação dos primeiros latifúndios, sobretudo no litoral.(SILVA, 1978)

baseada na monocultura de exportação, mediante a utilização dos latifúndios e mão de obra escrava (MINT, 2008).

Reforçamos a ideia de que a lei de terras contribuiu para a concentração fundiária por meio da lei que regulamentava a posse da propriedade rural, uma vez que determinava a oficialização das terras através de declaração em cartório. Esta medida fez surgir inúmeros documentos grilados, ou seja, a apropriação indevida de terras públicas oriundas da falsificação de documentos. Neste processo eram utilizados grilos dentro das gavetas como instrumento para dar a coloração amarelada e envelhecida (SILVA, 1978).

Em 1889, com a instauração da República o poder político continuou nas mãos dos latifundiários, os temidos coronéis do interior. E, apenas no final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX, com a industrialização do País, a questão fundiária começou a ser debatida por toda sociedade, pois ela estava se urbanizando rapidamente (INCRA, 2014).

Em contrapartida, o processo de modernização das atividades agrícolas no campo favoreceu ao agravamento da questão agrária, visto que houve uma segregação espacial das populações no campo, empurmando-as para a cidade, e, assim consequentemente ocorreu a mudança de configuração da paisagem enfatizando a desigualdade social (SOUSA, 2009). Assim, Sousa discorre que

A modernização parcial da agricultura (centro-sul) trouxe disparidades regionais, especializadas de algumas áreas e crescimento da sazonalidade do trabalho rural, e a presença do grande capital na agropecuária aumentou o seu poder e controle. Registrhou-se ainda o aumento do grau de concentração fundiária, sobretudo pela utilização da terra não como meio de produção, mas como reserva de valor, meio acesso ao crédito ou especulação imobiliária (SOUSA, 2009, p. 41).

Esta modernização espacial provocou o crescimento da sazonalidade do trabalho agrícola, tornando cada vez mais exigente a mão de obra na época da colheita. A especialização das atividades transformou algumas áreas em monoculturas, criando uma cadeia produtiva cada vez mais excludente. Neste processo, o que se observou foi uma concentração ainda maior das terras através da expulsão de milhares de posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários das terras em que viviam (SOUSA, 2009).

A manutenção do padrão fundiário deixou os trabalhadores rurais sem condições de manter a vida no campo, forçando-os a partir para a cidade. O contingente de trabalhadores rurais não contemplados pela modernização do campo tiveram suas reivindicações incorporadas pela política de oposição ao regime militar. Tal processo influenciou fortemente a redemocratização do país e abriu espaços para o surgimento de movimentos sociais, particularmente durante a crise econômica da década de 80 (RAMOS FILHO, 2008).

Isto posto, buscou-se desconstruir o cenário agrário por meio de ações populares e governamentais. Na região Nordeste houve a criação das Ligas Camponesas e o Governo Federal criou a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA). Contudo, essas ações foram duramente combatidas, resultando no golpe militar de 1964. Entretanto, contrariando as expectativas, no início do regime militar houve a primeira iniciativa para a realização da reforma agrária no País com a criação da Lei nº 4.504/ 1964 (INCRA, 2014).

Nesse momento nascia o Estatuto da Terra que foi auxiliado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) criado em substituição à SUPRA (INCRA, 2014). Apesar da existência dessas ações, não se conseguiu resolver o problema da estrutura agrária como é citado por Iha (2005), ao expor que

Desde 1964, um grande número de instituições e organismos foram criados para amenizar os conflitos pela posse da terra no campo, no entanto pouco se realizou. Para atender às demandas do Estatuto da Terra criou-se o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que estaria supostamente comprometido com a finalidade da reforma agrária, por outro lado criou-se o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), que teria como função implementar políticas agrícolas visando o desenvolvimento rural. O primeiro órgão estava subordinado à Presidência da República, enquanto o segundo, o INDA, ao Ministério da Agricultura, controlado tradicionalmente pelos grandes proprietários (IHA, 2005).

A busca pela concretização da reforma agrária levou o governo a criar em 1984 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária- INCRA, em que o foco estava na colonização de terras como resolução do problema agrário, e, para tanto, o governo incentivou a apropriação de terras na Amazônia. A ação foi reforçada pelo Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, que instituiu o II Plano Nacional de Reforma Agrária, tendo como meta utópica a destinação de 43 milhões de hectares para assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989 (OLIVEIRA, 2008).

Paralelamente, foi Criado o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento da Reforma Agrária (MIRAD), e novamente os números alcançados foram modestos, com 82.689 famílias assentadas em torno de 4,5 milhões de hectares (INCRA, 2014).

Houve ainda a criação de secretarias especiais para resolver o problema agrário, contudo não obteve o efeito desejado. Diante disto o INCRA continua tendo a responsabilidade de adotar medidas viáveis para efetivar a desconcentração e redistribuição das terras no Brasil. Seu principal objetivo é promover a melhor distribuição de terra mediante

modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (INCRA, 2014).

Embora significativas ações tenham sido tomadas para tentar minimizar a má distribuição de terras, Furtado e Furtado (2000) discorrem que o banco de dados do INCRA tem se mostrado precário no que tange ao cadastro fundiário, pois não fornecem informações atualizadas ou fidedignas, o que pode favorecer a ineficiência da reforma agrária.

Em 1997, o INCRA apresentou os números que reafirmavam a concentração de terras, em que os valores representavam as maiores centralizações do mundo, afirmando que “[...] existem no Brasil cerca de 100 milhões de hectares de terras ociosas, localizadas nas grandes propriedades” (FURTADO; FURTADO, 2000, p. 55). Ainda de acordo com os autores:

Cerca de 1% dos proprietários detêm em torno de todas as terras. A forma como se utiliza a terra não representa os interesses da sociedade como um todo. Dos aproximadamente 400 milhões de hectares titulados como propriedade privada, apenas 60 milhões de hectares são cultivados como lavoura (FURTADO; FURTADO, 2000, p. 55).

Esta diferença exorbitante entre as propriedades rurais representam a desigualdade social da atualidade. Em que a desigualdade é entendida como a má distribuição de bens dentro de uma sociedade desde serviços materiais aos não materiais, abrangendo a distribuição de renda, condições de educação, habitação, alimentação, serviços públicos (água e esgoto), e, o acesso ao emprego e aos recursos produtivos (FURTADO; FURTADO, 2000).

O II PNRA acabou em 2007, contudo o governo não colocou na agenda nacional a elaboração do III PNRA, deste modo se desobrigou de perpetrar a reforma agrária. Oliveira (2008) argumenta que no final dos cinco anos proposto para alcançar as metas do II PNRA acabou tão melancólico que o MDA/INCRA, não se deu o trabalho de divulgar sequer o número oficial de famílias assentadas. E, como resultado disto a maior parte dos acampados até o ano de 2003 (cerca de 150 mil famílias) continuaram debaixo de lonas pretas (OLIVEIRA, 2008).

Logo, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil, visto que, essa ação ainda não conseguiu democratizar a propriedade da terra. Os dados dos últimos anos mostram que não houve diminuição significativa das grandes propriedades rurais entre os anos de 1985 e 2006 (Tabela 01), comprovando, portanto, que as estratégias adotadas não favorecem a política de desconcentração fundiária (OLIVEIRA, 2008).

Tabela 1: Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área Brasil- 1985/ 2006.

Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)					
	1985	%	1995	%	2006	%
Menos de 10 ha	9 986 637	4	7 882 194	2	7 798 607	2
De 10 ha a menos de 100 ha	69 565 161	25	62 693 585	18	62 893 091	19
De 100 ha a menos de 1 000 ha	131 432 667	32	123 541 517	35	112 696 478	45
De 1 000 ha e mais	163 940 667	39	159 493 949	45	146 553 218	34
Total	374 924 421	100	353 611 246	100	329 941 393	100

Fonte: Censo agropecuário-IBGE, 2006.

Os dados da tabela 01 demonstram que as políticas adotadas não correspondem às expectativas de reforma agrária no país, visto que não houve significativa mudança na malha fundiária entre os anos de 1985 e 2006, uma vez que a relação em porcentagem entre as áreas dos estabelecimentos rurais não sofreram mudanças expressivas, principalmente entre as propriedades de 100 a mais de 1000 hectares.

Portanto, o problema estrutural da Reforma Agrária persiste, uma vez que nenhuma política agrária conseguiu democratizar o acesso a terra no país (OLIVEIRA, 2008). Assim, a concretude da descentralização das grandes propriedades no país perpassa o campo legal e se engendra nas relações de interesses. De modo que o foco da Reforma Agrária pode estar sendo direcionado para atender aos “interesses individuais e não plurais” como reflete Elias (1991).

Ao longo dos anos esta questão vem sendo analisada por meio de paradigmas, pensamentos teóricos e políticos que apresentam distintas leituras e concepções da questão agrária. Na América Latina podemos citar duas características que representa essa questão:

O paradigma do capitalismo agrário (PCA) e o paradigma da questão agrária (PQA), que estabelecem uma conflitualidade em torno da formulação de pensamentos que disputam o Estado, as políticas públicas e impactam a realidade (RAMOS FILHO, 2013, p. 248).

Para o autor o paradigma do capitalismo agrário (PCA) pode ser organizado em duas tendências, a que defende o desenvolvimento do agronegócio altamente globalizado e a tendência baseada na agricultura familiar, ou seja, expressa a concepção de que não há contradição entre o agronegócio e o campesinato, mas sim a complementação entre as tendências desde que o camponês se transforme em agricultor familiar.

Já o Paradigma da questão Agrária (PQA) propõe também duas tendências, uma fundamentada no pensamento clássico com o fim do campesinato e outra campesinista com

“[...] a sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária” baseada na nova configuração dos sujeitos do campo (RAMOS FILHO, 2013, p. 251).

Adotando o PQA, como horizonte para entendimento da configuração agrária brasileira, pode-se dizer que no estado de Sergipe percebe-se uma gama de propriedades emolduradas como latifúndios por dimensão. Ao passo que considerou-se o tamanho do estado que é de aproximadamente 21.910 km² (IBGE, 2014), o que equivale à 2.191.000 ha, e, a densidade de imóveis com grandes hectares (100 a mais de 1000) representa 838.257,4 ha entre os estratos fundiários (DATALUTA, 2013).

Essa configuração de latifúndios por dimensão, impulsiona as pressões sociais em prol da modificação do perfil fundiário para a desapropriação e redistribuição de terras (CARDIM; VIERA; VIÉGAS, 2015). Contudo, os critérios estabelecidos pela Constituição Brasileira de 1988, expressa que a propriedade rural para ser desapropriada deve estar em discordância com a função social da terra, a saber:

Aproveitamento racional e adequado; Utilização adequada dos recursos naturais; Observância das disposições que regulam as relações de trabalho; Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988, p. 112).

Apesar de a Constituição Brasileira especificar bem o uso da terra a própria história de concentração fundiária perpassa vários conflitos principalmente entre os povos tradicionais e os grandes proprietários. Logo, Ribeiro assevera que:

O povo brasileiro pagou, historicamente, um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruas de que se tem registro na história, sem conseguir sair, através delas, da situação de dependência e opressão em que vive e peleja. Nessas lutas, índios foram dizimados e negros foram chacinhados aos milhares, sempre vencidos e integrados nos plantéis de escravos. [...] é muitíssimo improvável neste país em que uns poucos milhares de grandes proprietários podem açambarcar a maior parte de seu território, compelindo milhões de trabalhadores a se urbanizarem para viver a vida famélica das favelas, por força da manutenção de umas velhas leis. Cada vez que um político nacionalista ou populista se encaminha para a revisão da institucionalidade, as classes dominantes apelam para a repressão e a força (RIBEIRO, 2006, p. 35-36).

Assim, a reforma agrária não é concebida como uma questão pontual restrita ao campo, mas como uma abordagem que deve ser tratada por toda a sociedade, pois a sua efetivação implicaria em transformações mais amplas e profundas, de forma que a democratização da propriedade da terra aparece como condição essencial para o equilíbrio das atuais relações de poder (MOREIRA, 2006).

A área rural ou o campo era visto como um lugar de atraso até pouco tempo, destinado somente às atividades agropecuárias, sem necessidade de investimentos em infraestrutura básica. Por este motivo nos dias hodiernos à destinação de investimentos para essas áreas são pouco expressivas se comparado ao espaço urbano, seja para os serviços básicos como saúde, educação e segurança.

Hespanhol (2007) faz um comparativo entre a diferenciação espacial existente entre os meios rural/urbano, afirmando que no meio rural existe maiores problemas estruturais tais como:

A elevada concentração da propriedade da terra e a manutenção de relações de produção altamente exploratória, as desigualdades sociais, a não universalização dos serviços públicos básicos ao homem do campo permanecem até hoje. A população residente no campo é, em média, mais pobre do que a residente nas cidades, especialmente nas regiões menos dinâmicas do país (HESPAHOL, 2007, p. 271).

Essas disparidades espaciais se acentuam quando levamos em consideração o contexto social e regional, pois cada região se mostra com especificidades locais. Por isto é necessário desenvolver o planejamento agrário que levem em consideração essas minúcias regionais, pois, “[...] as aspirações dos sem-terra do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que são essencialmente pequenos proprietários, podem ser muito diferentes das aspirações dos trabalhadores rurais assalariados do Nordeste, ou dos extrativistas da Amazônia.” (SILVA, 1978, p. 45).

Com isso, o autor quis mostrar que o processo de regionalização acaba segregando e espacializando as necessidades da população brasileira, se fazendo necessária muitas reformas agrárias no país.

3.2 Características do Desenvolvimento territorial

A tentativa de resolver o ordenamento territorial do Brasil fez com que em 1985 fosse criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujas competências são: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável rural constituído pelos agricultores familiares; identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos (MDA, 2014).

É inegável a importância deste órgão devido à “[...] necessidade de se legitimar, como políticas de Estado, as questões agrárias e fundiárias, além de responder às demandas da

sociedade e dos movimentos que buscam a reforma agrária e o desenvolvimento rural sustentável, com enfoque na agricultura familiar" (MDA, 2014).

Contudo, ainda não se tem políticas agrárias estruturadas para promover um adequado gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento tecnológico, social e agrícola no espaço rural, posto que, a conformação política - administrativa sobre o viés do macro território não contempla as especificidades do micro-espacô (escala local), fazendo com que se perpetuem as desigualdades locais.

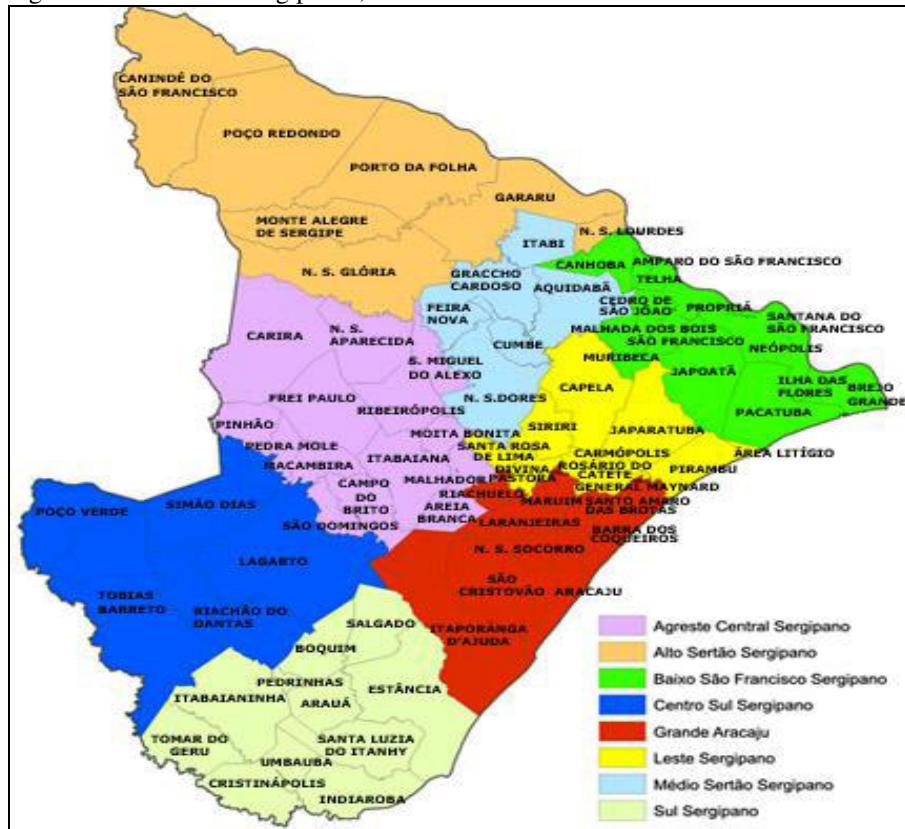
Neste sentido Fernandes (2005, p. 297) enfatiza que “[...] o desenvolvimento territorial e a reforma agrária devem estar contidos no conjunto de interesses dos diferentes tipos de camponeses e, no que se refere à reforma agrária, pensar os projetos de assentamento como territórios”.

Em Sergipe foi criado no ano de 2007 o Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo – PDTP, por meio da Secretaria de Planejamento – SEPLAN, que desencadeou no mapeamento dos oito territórios do desenvolvimento. Essa medida administrativa teve como intuito a mobilização popular e o arrecadamento de recursos financeiros, na busca por incentivar as vocações regionais, criando especializações dentro do território (SEPLAN/SE, 2015).

Assim, o território sergipano é representado pelos seguintes arranjos territoriais: Agreste Central, Alto Sertão, Baixo São Francisco, Centro Sul, Grande Aracaju, Leste, Médio Sertão e Sul (Figura 11). As oito microrregiões, que comportam os 75 municípios do estado, foram agrupados por apresentarem características comuns, sendo elas: econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais (SEPLAN, 2015).

Entre as características socioeconômicas dos arranjos territoriais, a região da grande Aracaju concentra o maior número de pessoas e serviços; Já a região do alto sertão apresenta o clima mais seco, com a vegetação nativa predominante do tipo da caatinga, o que se assimila a região do médio sertão; A agreste central se encontra na área de transição entre o litoral e o sertão. No baixo São Francisco se encontram os municípios ribeirinhos; A microrregião Sul e Leste sergipano se localizam respectivamente na extremidade sul e no litoral. Por fim, a região centro sul se destaca pelo crescimento econômico, sobretudo, do município de Lagarto (SEPLAN, 2015).

Figura 11: Territórios sergipanos, 2007.



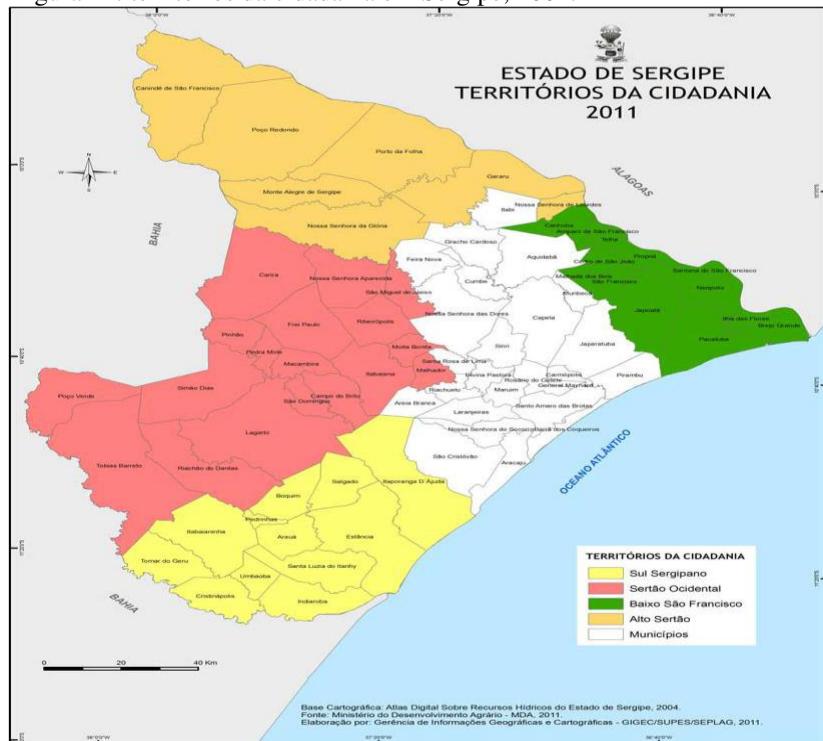
Fonte: SEPLAN, 2015.

Os critérios adotados para divisão dos territórios do desenvolvimento acima descritos são em sua maioria determinados por interesses políticos. E essa demarcação influencia na distribuição dos recursos públicos, sendo este um condicionante favorável para consolidação de futuras áreas de assentamento (SOUZA, 2009).

Isto posto as medidas adotadas pelo INCRA visam “promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (MDA, 2015). Deste modo, destina verbas para projetos de apoio as atividades produtivas como: aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural, disponibilização de insumos, implantação de obras e equipamentos para oferta de água.

A partir dessas iniciativas foram definidos quatro territórios da cidadania em Sergipe, sendo eles: Sul Sergipano, Sertão Ocidental, Baixo São Francisco e Alto Sertão que comportam 52 municípios dos 75 existentes no Estado (Figura 12).

Figura 12: territórios da cidadania em Sergipe, 2011.



Fonte: SEAGRI-SE, 2011.

Esses territórios estão organizados em grupos “homogêneos”, de forma que 21 (vinte e um) municípios ficaram de fora da organização política, pois são estabelecidos critérios tais como: os agrupamentos municipais devem apresentar densidade populacional abaixo de oitenta habitantes/km², e ter população com média municipal de até cinquenta mil habitantes, levando em consideração os dados censitários mais recentes (SEAGRI-SE, 2011).

Desta forma, os municípios que não fazem parte dessa regionalização estadual (Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Itaporanga D’ajuda, São Cristovão, Barra dos Coqueiros, entre outros) não são contemplados pelos investimentos oriundos das políticas territoriais.

Os territórios rurais agora denominados de “territórios da cidadania” (Figura 13) comportam 961.270 pessoas das quais 447.841 estão no meio rural, 79.356 são agricultores familiares, 6.653 famílias assentadas e 4.926 famílias de pescadores. Ainda possui nove comunidades quilombolas e uma indígena (MDA, 2014).

Figura 13: Territórios da cidadania, Tipo de população/ quantitativo populacional em Sergipe/ 2015.

Nº	Território	Nº de Municípios	Municípios	População Total	População Rural	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas
1	Alto Sertão	7	Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Canindé de São Francisco, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha	137.331	76.478	11.275	3.138
2	Baixo São Francisco	14	Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japaratã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha	122.694	53.797	7.098	918
3	Sertão Ocidental	19	Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Lagarto, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Poço Verde, Riachão do Dantas, Ribeirópolis, São Domingos, São Miguel do Aleixo, Simão Dias e Tobias Barreto	433.220	192.152	40.236	1.390
4	Sul Sergipano	12	Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Itaporganha d' Ajuda, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhé, Tomar do Geru e Umbaúb	268.025	125.414	20.747	1.207

Fonte: MDA, 2015.

Assim sendo, no Estado de Sergipe pode-se perceber que o território do Alto Sertão e Sertão Ocidental são as áreas que apresentam maior número de assentamentos (Figura 13). O primeiro território consegue assentar mais famílias devido às terras serem mais baratas, já que nesta região as condições de clima, solo e a distribuição de água são “deficientes” para a agricultura, uma vez que é a região mais seca do estado. Deste modo, existe um barateamento das propriedades e, portanto, maior nível de compra delas pelo INCRA (SANTOS, 2010).

No entanto, o grande número de municípios que fazem parte do território Sertão Ocidental corroboram para que o mesmo fique em segundo lugar no ranking estadual em número de assentamentos. E, apesar do Sertão obter o mais expressivo número de assentamentos do estado, é no território Ocidental que se concentra o maior índice de pessoas por acampamento, já que nesta área os acampamentos são maiores (SOUSA, 2009).

Assim, Sousa chama atenção para que as articulações de fomento ao desenvolvimento territorial desenvolvido por alguns grupos sociais podem não estar atendendo aos interesses coletivos, uma vez que em alguns locais existe a propensão dos militantes para vida política, fazendo com que estes vejam na formação dos acampamentos uma alternativa de atrair eleitores para o seu próprio benefício (SOUSA, 2009). Outro aspecto a ser considerado é que o aumento populacional dos municípios favorece a captação de recursos financeiros para a melhoria da qualidade de vida da população (GERIGK; CLEMENTE, 2011).

Portanto, reforçamos que os recursos financeiros oriundos do desenvolvimento territorial é uma estratégia viável para o desenvolvimento do meio rural e dos agricultores, uma vez que possibilita a criação de assentamentos e, consequentemente, o acesso às políticas públicas como: créditos, insumos agrícolas, assistência técnica e infraestrutura local. Entretanto, ressaltamos que é preciso desenvolver ações políticas administrativas mais coesas em prol do fortalecimento das instituições e populações locais de forma que garanta a participação popular no processo de tomada de decisão.

Para tanto, é preciso conceber aos cidadãos os seus direitos e deveres dentro estado democrático, a fim de proporcionar o exercício da cidadania como forma de emancipação e empoderamento, uma vez que, os indivíduos comuns em posse destas informações e da educação crítica, serão capazes de se tornar pessoas atuantes e conscientes no processo de alcance da justiça social (SILVA; TYBUCH, 2015).

3.3 Contribuições da categoria território e lugar para compreensão das relações socioambientais em acampamentos

A categoria território é vista como uma configuração que vai além das demarcações político-administrativas de um determinado espaço territorial, abrangendo a complexidade das relações culturais, de poder e as representações simbólicas construídas na identidade do sujeito sem desconsiderar o território físico conforme preceitua Haesbaert (2000).

Assim, o presente estudo considera o território em sua dupla conceituação (físico e simbólico), uma vez que entendemos que a sua formação concreta interliga-se aos elementos simbólicos que compõem as territorialidades por meio da identidade dos sujeitos. Neste sentido o território é a categoria de análise geográfica que permitiu entender o sujeito acampado e como se operam as relações de poder dentro do acampamento.

As táticas utilizadas pelo movimento para demarcação territorial é constituída pelo perímetro físico delimitado por meio do levantamento da bandeira do MST nas ocupações⁹, e, posteriormente nos acampamentos, ou pré-assentamentos, construídos a partir das barracas de lonas. Mas, o território ganha também a conotação simbólica ao se estabelecer regras ou normas que perpassam as fronteiras locais.

⁹O processo em que os trabalhadores rurais sem-terra (assentados e acampados) desenvolvem estratégia de resistência, ocupando lugares geralmente públicos, por tempo curto (SOUSA, 2009).

Desse modo, a luta e a reivindicação pelo acesso a terra se inicia no “território instável”, sem legitimação perante a lei e, portanto, a margem do amparo das políticas públicas, já que os acampamentos representam territórios incertos no processo constante de desterritorialização e reterritorialização das famílias acampadas por meio das ocupações nas fazendas.

Isto posto, as relações de pertencimento com o lugar talvez não sejam concretizadas, ao passo que são construídos territórios fluídos, em que a qualquer momento os acampados podem ser desterritorializados enquanto demarcação física. Logo:

Presume-se que o território usado pelo acampamento é um espaço de transição, um lugar de passagem, mas um local onde as práticas sociais criam o domínio dos movimentos sociais, inserido no território da propriedade fundiária absoluta (IHA, 2005, p. 8).

Apesar de o acampamento ter premissas de um território fluído, as relações de poder se mantêm no território simbólico, visto que a ideia engendrada pelo movimento continua existindo, e, portanto, será manifestada materialmente em outro espaço, podendo ser um outro acampamento ou no assentamento, tratando-se do processo de reterritorialização, discutido por Haesbaert (2000). Portanto, o cenário dos acampamentos pressupõe um movimento constante de reconstrução do próprio território.

Iha (2005) ressalta a importância da mediação social desenvolvida pelo MST, contudo discorre que:

Os movimentos sociais estão se tornando um exemplo de mobilização política na busca de direitos sociais, um agente mediador entre o povo e o Estado. No entanto, é preciso avançar mais para compreender as diversas faces desta relação, à qual é atribuída um papel transformador e portador de novas propostas de organização política, social e econômica, reconhecendo retrocessos e avanços na participação política e nas condições sociais daqueles que compõe o MST (IHA, 2005, p. 2).

Isto por que as ações desenvolvidas pelo movimento tem se mostrado controladora, à medida que são impostas regras prioritárias para a organização e manutenção dos acampados no local. As quais foram destacadas pelos acampados na fazenda São João como principais normas:

- 1) Cumprir os Três dias e três noites- Essa norma pretende manter as pessoas no acampamento pelo mesmo três dias da semana, pois a maioria delas não moram no acampamento;
- 2) Produzir na terra, ou seja, é obrigatório desenvolver alguma atividade agrícola no local, caracterizando os sujeitos como agricultores para o futuro assentamento;
- 3) Participar das mobilizações e reuniões organizadas pelo movimento;
- 4) Fazer atividades coletivas no acampamento como: limpar fonte de água e o terreno para plantação, construir barracas, entre outras.
- 5) Respeitar os colegas de acampamento, chamados de “companheiros”- sendo proibido: brigas, consumo de bebidas alcoólicas, utilizar-se de palavras de baixo calão, entre outras ações que prejudiquem a boa convivência.

Esses regulamentos servem como princípio no processo de construção da identidade coletiva que será consolidada no assentamento. Moreira (2006) chama a atenção para a construção identitária dos sujeitos sem terra proposta pelo movimento, pois, estar acampado implica na primeira etapa de luta para a substituição do território passageiro pelo território da solidariedade, almejando alcançar novos paradigmas que regem as relações sociais, ou seja, a formação do “Território de Esperança”.

Desse modo é possível identificar dois eixos epistemológicos da categoria lugar: o da Geografia Humanística e o da Dialética Marxista. Embora as duas correntes tenham fundamentações filosóficas diferenciadas, ambas têm em comum as reações ao positivismo, o qual tem como *locus* a descrição da natureza a partir de leis e teorias, além da dissociação homem/meio (LEITE, 1998). Neste sentido, as discussões sobre o lugar se dará principalmente sobre o viés humanista, sem desconsiderar as premissas da dialética marxista.

A geografia humanista anuncia que o lugar concebe como principal característica a identidade criada pelo homem no local. Tuan (1983) entende que o lugar é marcado por três palavras-chave: percepção, experiência e valores, em que essas características podem possuir diferentes escalas, desde o pequeno lugar, constituído pela experiência vivida (no quarto, sala, no barraco), ou seja, no pequeno espaço, até o “macro lugar” representado pelo Estado, através do desenvolvimento e identificação de elementos como a arte, a educação e a política.

Logo, lugar é a construção física e/ou simbólica designada pela afetividade do sujeito, dando o sentido de pertencimento (AUGÉ, 1994). Dentro dos acampamentos rurais o lugar ganha reconhecimento por meio das relações desenvolvidas pelos acampados no aspecto

socioambiental e emocional, ou seja, das ações que envolvem as práticas locais, na interação com os outros sujeitos e motivação pessoal pelo movimento. Assim Carlos discorre que

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante uma construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. (CARLOS, 1996, p.28)

Portanto, a concepção de lugar está articulada à prática cotidiana, em que a identidade e o sentimento de pertencimento dos sujeitos se dão pelo acúmulo de anos e histórias individuais. Em contrapartida, Castells (2000) sugere que a identidade deve ser compreendida como processo culturalmente construído e repleto de significados, e, essa construção imaterial pode advir das instituições dominantes. Logo, Gohn (2009) aponta que:

Segundo Weber para analisar as ações coletivas devemos pesquisar também os conteúdos simbólicos, as intenções dos atores sociais, pois há significações internas nos comportamentos coletivos que são culturais. Deve-se buscar a singularidade dos fenômenos históricos pela análise das conexões subjetivas internas. Há totalidades significativas a ser reconstruídas em tipos ideais. Deve-se buscar a racionalidade que move a ação social. Em suma, valores, meios e fins explicam o sentido da ação (WEBER (1969) apud GOHN, 2009, p.21).

Nesta perspectiva, para o estudo do lugar, se faz necessário buscar compreender o modo de vida cotidiano e a essência das relações sociais e ambientais presentes na realidade dos acampados. Ao passo que o socioambientalismo¹⁰ baseia-se na democracia plena uma vez que estamos inseridos no ambiente cíclico e contínuo que é resguardado por direitos e deveres. Esse movimento popular preconiza a descentralização urbana e o retorno ao campo a partir da produção agrícola local de modo a evitar impactos e custos decorrentes das distâncias (SILVA, 2008).

O socioambientalismo aparece como uma evolução do pensamento ambientalista que visava à preservação ambiental. O movimento busca integrar a sustentabilidade ambiental a sobrevivência das populações excluídas historicamente na sociedade. Desta forma, a abordagem socioambiental objetiva alcançar a justiça social por meio da conservação ambiental com enfoque nas comunidades tradicionais (SILVA, 2008).

¹⁰ o socioambientalismo é um movimento contemporâneo, construído fundamentalmente a partir de diferentes propostas onde as dimensões social, cultural, econômica, política e ambiental se fazem de forma articulada (SILVA, 2008).

A sustentabilidade é uma problemática bastante discutida nos dias hodiernos, contudo a integralidade dos aspectos sociais, econômicos e ecológicos perpassa o processo sociometabólico do capital propondo alguns limites para a racionalidade econômica em prol da conservação ambiental (CONCEIÇÃO, 2004).

Deste modo, o enfoque sustentável deixou de ser abordada somente pelos movimentos ambientalistas, ganhando espaço considerável no mundo acadêmico e na sociedade devido a sua contribuição para o melhoramento da qualidade de vida das pessoas. Contudo, necessita-se afastar-se do discurso do ecologicamente correto para o de politicamente adequado (BOFF, 2012).

Portanto, o construto metodológico contemporâneo socioambiental pressupõe a interação do homem como parte integrante do meio ambiente, pois o mesmo tenta romper com a ideia de que o meio significa metade, parte ou porção, dando enfoque a natureza desvinculada da sociedade. Entende-se, portanto, que a relação sociedade e natureza emana duas partes integrantes na dialética, que da sustentação ao objeto (MENDONÇA, 2001).

3.4 Das ocupações aos assentamentos: os desafios dos movimentos sociais na luta por terra

A principal forma de acesso a terra no Brasil sempre esteve permeada por conflitos de interesses socioambiental¹¹ entre os pequenos trabalhadores e os grandes proprietários. Entre os vários exemplos de conflitos, com tais características, podemos citar os dos grandes proprietários com os seringueiros, povos ribeirinhos, quilombolas, indígenas, trabalhadores sem terra, entre outros (GOMES, 2002).

Diante deste cenário surgem os movimentos sociais, como principais mediadores dos conflitos, em que apesar dos sujeitos terem enfoques e nomeclaturas diferenciadas, apresentam similaridade nas estratégias de organização e nas suas causas reivindicatórias, como o direito à terra (GOHN, 2010).

A criação dos movimentos sociais teve como objetivo promover mudanças institucionais e culturais. Neste processo conflituoso, a identidade coletiva é um ponto estratégico, em que na prática não há uma linearidade no esquema racional de construção,

¹¹ Geralmente são conflitos relacionados aos recursos naturais e sobre as terras que contêm tais recursos. São conflitos realizados entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência, tendo dimensões políticas, sociais e jurídicas (GOMES, 2002).

pois os movimentos não são puros, isolados, autônomos ou autodeterminados. Deste modo as articulações desses movimentos estão atreladas as conexões externas (GOHN, 2009).

Os movimentos socioterritoriais são órgãos não governamentais criados com a finalidade de mediar os conflitos existentes entre a classe operária e a classe burguesa. Em que seus principais desafios estão em organizar a classe trabalhadora, como por exemplo, os grupos populares excluídos e subordinados, tentando mudar os valores e práticas da sociedade, ou seja, redirecionando os conflitos intrínsecos às sociedades, de forma que possibilite a concretização da democracia política e melhor distribuição da riqueza social (PEDON, 2013).

Desta forma o MST, aqui será tratado sob o prisma do movimento social construído a partir da ideologia da Reforma Agrária, visto que o mesmo se estabeleceu ao longo da sua história por meio da utopia, ideal ou meta da concretização da política de assentamento, que é maquiada pela diminuta distribuição de terras no país. De acordo com Veiga (2000) a reforma agrária no Brasil é uma política falida ou um mito, pois tem privilegiado a desigualdade social ao passo que: “[...] a legislação nos obriga a pagar indenização de R\$ 385 milhões pela desapropriação de um latifúndio que não vale mais do que R\$ 25 milhões” (p. 101).

Neste sentido o movimento social mobiliza as pessoas para a luta com crenças que negam o que está instituído (GOHN, 2010). Assim, podemos destacar algumas fases que caracterizam a consolidação do mesmo para atingir tais objetivos, a saber:

- 1- Situação de carência ou ideias e conjunto de metas e valores a se atingir;
- 2- Formulação das demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias);
- 3- Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas;
- 4-Transformação das demandas em reivindicações;
- 5-Organização elementar do movimento;
- 6-Formulação de estratégias;
- 7-Práticas coletivas de assembleia, reuniões, atos públicos etc;
- 8- Encaminhamento das reivindicações;
- 9-Práticas de difusão (jornais, conferências, representações teatrais etc.) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo);
- 10-Negociações com os opositores ou intermediários por meio dos intelectos;
- 11-Consolidação e/ou institucionalização do movimento. (GOHN, 2010, p. 266)

Neste ínterim, as ligas camponesas criadas durante a década de 50 na zona da mata pernambucana sinalizavam a primeira formação dos movimentos socioterritoriais no Brasil.

Posteriormente, houve a consolidação dessa luta com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST no ano de 1985. Desta forma, o movimento vem se estruturando no Brasil ao longo de 30 anos, defendendo o ideal de resolução da questão agrária ainda não equacionada no país.

Neste contexto histórico houve a partir dos anos 80 as primeiras ações, conhecidas como “ocupações dos sem terra”, que tiveram como intuito a reivindicação do direito ao acesso a terra. A partir destas iniciativas o arrendamento¹², e, principalmente, a parceria¹³ tiveram sua participação diminuída como forma de acesso a terra pelos trabalhadores rurais, ao passo que foi revelado a inadequada incorporação desses sujeitos como forma de acesso a terra (IBGE, 2014).

O MST se mobiliza para reivindicar o acesso a terra organizando suas ações em função: da demanda da sociedade, ou seja, da quantidade de pessoas que atendam aos requisitos estabelecidos pelo movimento para terem o direito à propriedade (não ser funcionário público, não trabalhar de carteira assinada, ser residente no município, entre outros); e, da ordem fundiária (quantidade de terras concentradas nos latifúndios) passível de ser objeto de desapropriação (MST, 2014).

Na perspectiva de ser absorvido pelo sistema de produção, o MST têm engendrado a manutenção da identidade do ser social acampado, como principal personagem de resistência ao sistema agrário. Em que nos acampamentos ele é penalizado não somente pela falta da terra, mas também por serem pessoas invisíveis aos olhos dos poderes públicos e de seus pares (outras pessoas que compõem a sociedade).

Segundo a análise de Santos (2010), existe uma contradição no modo de ver os trabalhadores em geral e,

[...] quem deveria ser indenizado pelos anos de exploração, por serem desapropriados, humilhados, vencidos e vendidos, deveriam ser aqueles que entram para a historiografia brasileira na condição anônima e genérica de cativo. Homens e mulheres sem rosto, sem identidade e quando deixam esta posição retornam ao novo

¹²A definição legal discorre que arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa física ou jurídica se obriga a ceder a outra, por um determinado período, o uso e gozo de imóvel rural, sendo admitido o uso de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extractiva ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da lei. (Programa Viva a Terra, 2014)

¹³ Parceria é um sistema regulamentado pelo Estatuto da Terra (Lei n. 4.504/64 e Dec. n. 59.566/66), pelo qual pelo menos duas pessoas, sendo uma delas proprietário de um imóvel rural, se unem temporariamente para promoverem a exploração de uma área, partilhando recursos, investimentos, equipamentos, mão-de-obra, para a plantação e colheita de uma determinada cultura, repartindo entre eles o resultado final dessa empreitada. (SEBRAE-SP, 2015)

contexto histórico na condição de sujeito invisível, oculto sem vez e sem voz e ganham à denominação genérica de excluídos (SANTOS, 2010, p.97-98).

A autora faz referencia a Martins (2003) para afirmar que “[...] excluído é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação” (SANTOS, 2010, p.97). E, assim completa que

“Excluído” e “exclusão” são construções, projeções de um modo de ver próprio de quem se sente e se julga participante dos benefícios da sociedade em que vive e que, por isso, julga que os diferentes não estão tendo acesso aos meios e recursos a que ele tem acesso (SANTOS, 2010, p.98).

Neste sentido, o espaço aonde o homem manifesta a sua ação revela que uma parcela social menos favorecida vive no estado de exceção¹⁴ com base na exclusão social em seus diversos aspectos. A exceção se aproxima do direito de resistência, ou seja, da inclusão pela exclusão ou “exclusão inclusiva”, que identifica os sujeitos como *Homo Sacer*¹⁵ (AZEVEDO, 2014).

Dentro da realidade brasileira, os movimentos sociais podem ser o mecanismo de organização que traz a tona esse *homo sacer*, por meio do vínculo oculto entre a vida natural não politizada e o poder soberano do estado. Desse modo, desde a década de 70 a luta por uma parcela da terra tem sido efetivada essencialmente por ocupações, destacando que essa é a principal forma de criação e recriação do campesinato (RAMOS FILHO, 2004). Portanto, essas ações servem como estratégias de mobilização buscando chamar a atenção dos governantes para a insatisfação de uma parcela social para as políticas públicas do campo.

As ocupações ocorrem geralmente em fazendas consideradas legalmente irregulares, em que um dos principais pontos da ilegalidade é a não adequação aos princípios constitucionais da utilização social, ou seja, são terras declaradas como improdutivas.

Devemos destacar que o processo de organização e luta foi iniciada pela igreja católica. Contudo, a mobilização social somente começou a se consolidar com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1979 no estado de Santa Catarina. Ao longo de mais

¹⁴ Agamben chama a atenção para o fato de a exceção não poder ser pensada simplesmente como uma situação fora (excluída), mas como uma exclusão inclusiva (AZEVEDO, 2014).

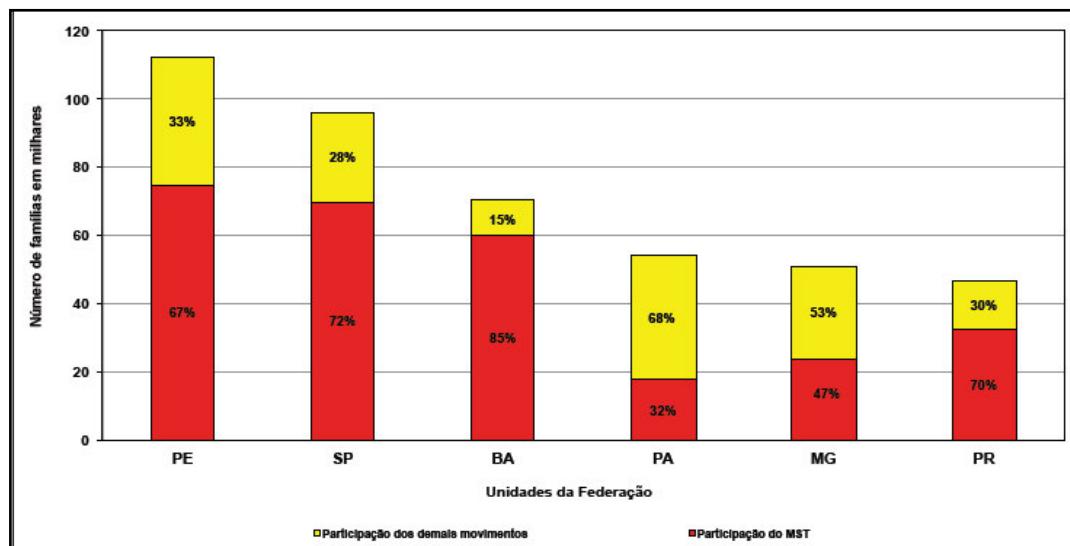
¹⁵ O *homo sacer* é fruto de criação social e não existencial do homem em meio às estruturas topológicas da relação entre o Estado e o direito que se apresentam numa aparente ambiguidade em sua configuração moderna- o estado de exceção (AZEVEDO, 2014).

de 30 anos o mesmo ganhou reconhecimento como maior movimento popular nacional (GOHN, 2003).

Assim, o MST é o movimento social rural mais atuante na luta pela reforma agrária no Brasil. Possuindo grande atuação e representatividade, como mediador dos conflitos territoriais. Assim articula ocupações e reivindicações pela propriedade da terra no país por meio do levantamento da sua bandeira (DATALUTA, 2013).

Portanto, em todas as regiões do país a atuação do MST é a mais expressiva entre todos os movimentos socioterritoriais (Figura 14). E, consequentemente apresenta maior número de famílias envolvidas em ocupações, cerca de 60% das famílias. Contudo, somente nos estados do Pará e Minas Gerais o movimento se apresenta a menor quantidade de famílias, ao juntar os demais movimentos socioterritoriais como: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura -CONTAG, Movimento Indígena, Via Campesina, Quilombolas, Organização Independente -OI, entre outros (DATALUTA, 2013).

Figura 14: Número de famílias em ocupações/ Participação dos movimentos socioterritoriais por estado de 2000-2012.



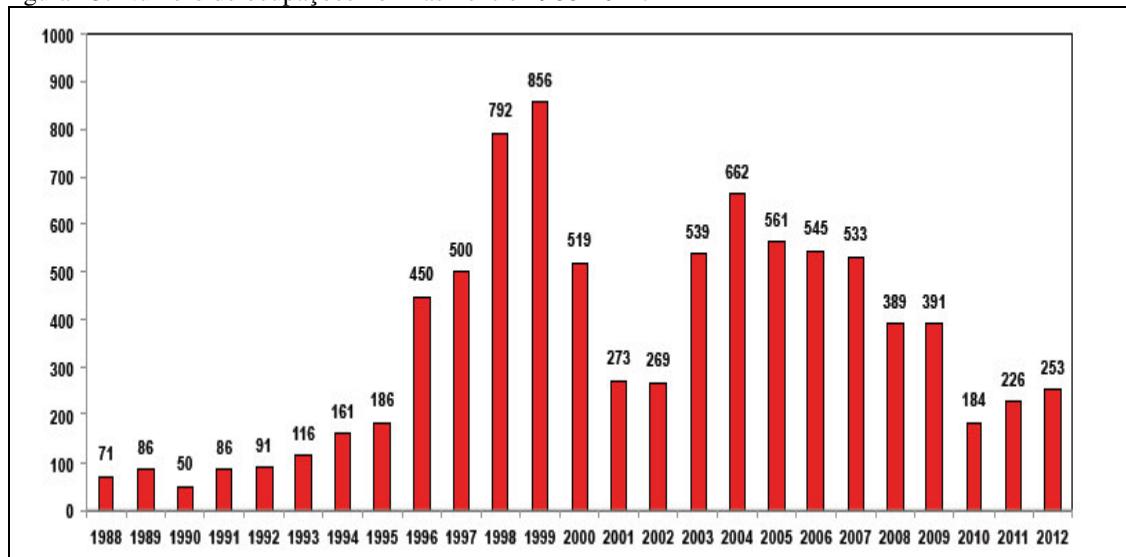
Fonte: Banco de dados- DATALUTA 2013.

Deste modo, ressaltamos a expressiva participação do MST em ocupações em todo o país com mais de 13.862 famílias. A CONTAG aparece em segundo lugar com 1.053 famílias, e, os movimentos indígenas atinge a terceira colocação com 816. Vale destacar que desde 2005 esses três movimentos têm sido os principais responsáveis por famílias em ocupações (DATALUTA, 2013).

A forte influencia do MST se evidencia pela ideologia do triunfo da identidade camponesa como forma de espacialização e territorialização. Posto que a espacialização se configura no ordenamento do espaço geográfico. E a territorialização transborda a configuração espacial fazendo surgir novas territorialidades, que são reflexos da apropriação simbólica do território pelos sujeitos (PEDON, 2013).

A espacialização desencadeada pelo movimento demonstra que os números de ocupações não ocorreram de forma linear. Neste sentido percebem-se oscilações no quantitativo anual entre 1988 até 2013 (Figura 15). Isto aponta que, as variáveis que determinam o aumento das ocupações são: a forma como o movimento está organizado e as políticas governamentais.

Figura 15: Número de ocupações no Brasil entre 1988-2012.

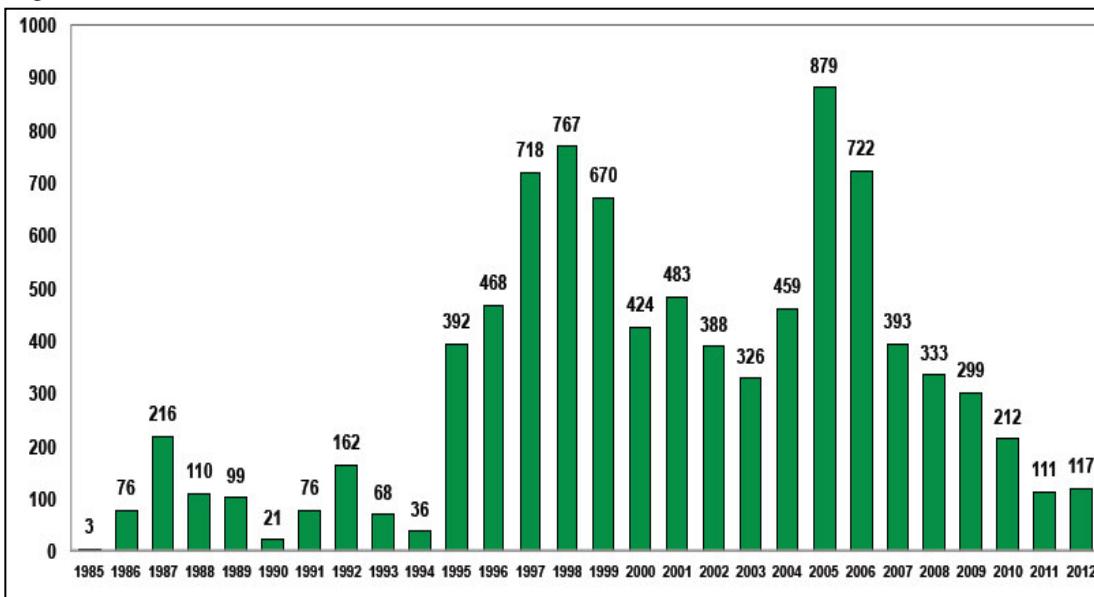


Fonte: Banco de dados Dataluta, 2013.

Apesar de em 1999 as ocupações alcançarem seu ápice, e, isso se refletir nas formações de acampamentos rurais, os resultados mais efetivos foram alcançados seis anos depois em 2005 com a concretização de 879 assentamentos¹⁶ em todo Brasil (Figura 16), beneficiando mais de 104 mil famílias (Figura 17).

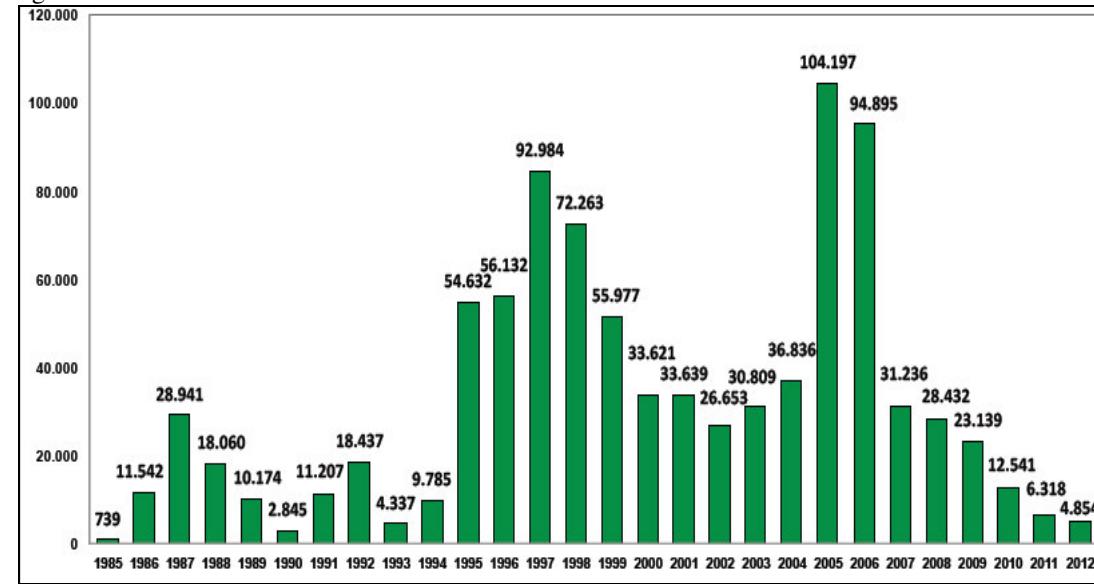
¹⁶ Assentamentos rurais são criações de novas unidades agrícolas, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Remete, ainda, à fixação do trabalhador na agricultura, envolvendo a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e incentivo a organização social e a vida comunitária (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Figura 16: Número de assentamentos rurais criados no Brasil 1985-2012.



Fonte: Banco de dados DATALUTA, 2013.

Figura 17: Número de famílias assentadas no Brasil/1985-2012.



Fonte: Banco de dados DATALUTA, 2013.

A partir dessa radiografia estrutural sobre a política de atuação dos movimentos sociais e os reflexos para a criação de áreas de assentamentos, evidenciamos que o assentamento rural é um dos seus principais fins. E, durante a busca pela aquisição de terra as pessoas passam por etapas (ocupações e acampamentos) antes de serem assentadas. Desta forma, comumente o processo de luta inicia-se nas ocupações, se estendendo posteriormente para os acampamentos ou “pré-assentamentos”, e, por fim deveria continuar no assentamento, uma vez que a luta perpassa a conquista de ser assentado como preconiza o movimento socioterritorial/ MST:

O assentamento é um território dos sem-terra. A luta pela terra leva à territorialização porque com a conquista de um assentamento abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. Cada assentamento é uma fração do território conquistada e a esse conjunto de conquistas chamamos territorialização. Assim, a cada assentamento que o MST conquista, ele se territorializa. E é exatamente isto que diferencia o MST dos outros movimentos sociais. Quando a luta acaba na conquista da terra, não existe territorialização (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 78).

Desta forma as ocupações ou manifestações tornaram-se mecanismos de resistência pelos quais os trabalhadores rurais sem-terra (assentados e acampados) ocupam lugares geralmente públicos. O tempo curto de estadia no lugar é a principal característica das ocupações, no entanto, neste processo, as ocupações podem se transformar em acampamento e posterior assentamento a depender dos objetivos do movimento (SOUSA, 2009).

Diferentemente das ocupações, o acampamento ou pré-assentamento trata-se de um movimento de pequenos produtores rurais e sem terra que reivindicam a reforma agrária, com a construção de barracas próxima as propriedades consideradas improdutivas (BRASIL, 2015). Nesta fase, as pessoas vão se instalando por um tempo indeterminado, resistindo às intempéries impostas pela condição de sobrevivência, na espera da consolidação dos assentamentos (SOUSA, 2009).

Nesta oportunidade os acampados se utilizam da estratégia de demarcação territorial, definida por um perímetro físico, o qual é caracterizado pelo levantamento da bandeira do MST nas diversas fases do movimento, a fim de dar visibilidade social as suas reivindicações.

Para Milton Santos (2006, p.61), os objetos são inseparáveis das ações, e, portanto, “[...] a sociedade adquire concretude quando a enxergamos simultaneamente, como continente e como conteúdo dos objetos”. Logo, entendemos que a identidade do acampado muda sempre de significação mediante a mobilidade dos acampamentos.

Portanto, esses movimentos se constituem como organismos importantes na busca por se levantar a poeira sobre as ações que tentam esconder as discrepâncias econômicas entre as classes sociais, fazendo com que uma determinada fração da sociedade se aproprie de maneira desigual do território e dos meios de produção. Assim, a união dos acampados ao movimento, em busca de um objetivo comum resgata a identidade individual e coletiva dos envolvidos nessa luta (MOREIRA, 2006).

Essa identidade coletiva é instrumento de empoderamento e de fortalecimento dos sujeitos acampados. No entanto, se houver um desvirtuamento da ideologia da Reforma Agrária¹⁷, esse movimento pode se constituir em uma ferramenta de manipulação e concretização de interesses privados, em detrimento do desejo coletivo, levando ao descrédito de toda a luta.

Embora existam questões “conflituosas” sobre as ações desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais do campo, a mídia é um grande instrumento de manipulação popular que vem tentando enfraquecer a importância desses movimentos dando-lhe um destaque leviano e preconceituoso. Uma vez que é transmitida a imagem dos conflitos gerados pelas ocupações de terra, de modo que dissemina a visão alienante que os sujeitos militantes estão condicionados a “baderna” e violência (KANAAN, 2005).

No entanto, a história dos movimentos sociais do campo, mostra que o MST é o maior e principal mediador de conflitos gerados por terra no Brasil do século XX. Geralmente, estes movimentos têm como objetivo promover mudanças institucionais e culturais (GOHN, 2010). Assim, o MST vem apresentando como estratégia de mobilização e reivindicação para adesão ao movimento os ideais da Reforma agrária, que em suma pretende democratizar o acesso a terra. Para se chegar a tal fim é preciso passar pelo processo de resistência e luta que ocorre por meio de ocupações e com a formação de acampamentos.

Neste sentido Gohn (2010, p. 75) retrata que o paradigma dos movimentos sociais pode se apresentar quanto Mobilizações Políticas, uma vez que: “[...] a política é vista associada à cultura dos grupos organizados que criam espaços próprios, por meio de práticas culturais, incorporando suas ideologias e suas crenças”.

3.5 Os conflitos por terra em Sergipe: o olhar a partir dos movimentos sociais

A ocupação desordenada do espaço nacional tem sido efetivada principalmente pela concentração de terras no meio rural e pela especulação imobiliária no espaço urbano. No estado de Sergipe, o campo vem passando por tensões cada vez maiores, em que a apropriação por uma parcela do território é sem dúvida uma forma de resistir à degradação dos valores comunitários arraigados no espaço urbano. Desse modo, compreender os conflitos

¹⁷ A reforma agrária é uma questão política e de justiça social, além de ser um instrumento de contenção do êxodo rural (MITIDIEIRO JÚNIOR, 2004).

agrários que vem ocorrendo no estado implica em vê-los não como um acontecimento localizado, mas sim como um fenômeno de caráter abrangente em todo o território nacional (LOPES, 2008).

A Igreja Católica foi a principal incentivadora, no estado de Sergipe, para a criação das organizações não governamentais em prol da representação popular no meio rural. Atuando principalmente nos municípios ribeirinhos do baixo São Francisco, sobretudo no município de Propriá (LOPES, 2008).

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe- FETASE foi o primeiro movimento socioterritorial que intermediou as reivindicações geradas pelos trabalhadores rurais. Contudo, seus objetivos estavam condicionados a alterar a política agrícola do estado e solicitar ajuda financeira para a concessão de crédito, sementes e outros insumos, destinados aos pequenos produtores que já dispunham de terra.

Neste sentido, o movimento não conseguiu engajar pessoas para participarem dos acampamentos, e, por este motivo as primeiras ocupações por reforma agrária ocorreram no estado em 1987, advindas da organização do MST, que foram consolidadas em 1990. Este movimento se destacou por exercer pressões sobre o INCRA e o governo estadual para a implementação de projetos nas áreas da educação e saúde (LOPES, 2003).

O processo de urbanização desencadeou a migração das pessoas do campo para a cidade. E as que não encontraram condições adequadas de sobrevivência nos centros urbanos foram obrigadas a retornar para a zona rural. Porém, as grandes concentrações fundiárias nesses espaços não absorveram esse público que veem na formação dos acampamentos a oportunidade de acesso a terra. No estado sergipano, essa realidade é frequente, pois se percebe que os acampados criam identidade com o campo e faz dali seu modo de vida (LOPES, 2008).

Assim, no Estado sergipano foram implementados 235 (duzentos e trinta e cinco) assentamentos até o ano de 2014, beneficiando 10.652 famílias que se encontravam acampadas. A dimensão territorial da área assentada corresponde a aproximadamente 199.086,59 ha. Contudo, a demanda por assentamento no estado é de ainda aproximadamente 12.000 famílias, levando em consideração as pessoas que se encontram acampadas (INCRA, 2015).

Neste sentido, a expectativa para consolidação dos assentamentos no estado se acentua pela existência de inúmeros latifúndios (Figura 18). Haja vista que eles apontam a

possibilidade dessas propriedades serem direcionadas às políticas de assentamentos rurais, desde que sejam declaradas como improdutivas, ou que o proprietário tenha interesse de venda para o INCRA (OUVIDOR/INCRA, 2015).

A pesquisa realizada por Ramos Filho (2004) mostra que levando em consideração o total de área por hectare, no estado de Sergipe, mais da metade tem propensão à formação de latifúndios (Figura 18). Vale ressaltar que se considerou como latifúndios os imóveis com mais de 100 ha, já que não há uma definição uniforme da dimensão territorial dos latifúndios para todo o território nacional. E, levando em consideração o tamanho do estado de Sergipe que é de 21.918, 493 km³ segundo o IBGE, essa extensão de terras é considerada expressiva para o estado.

Figura 18: Estrutura Fundiária de Sergipe/Estrato de área ha/Número de Imóveis, 2003.

Estratos de área (ha)	Nº de Imóveis	%	Área em há	%
Menos de 10	41.604	64,5	139.539,1	8,83
10 a 50	16.936	26,25	381.562,2	24,14
50 a 100	3.161	4,9	221.041,6	14,0
100 a 500	2.470	3,82	500.595,1	31,67
500 a 1000	253	0,39	177.393,4	11,22
Mais de 1000	91	0,14	160.268,9	10,14
Total	64.515	100	1.580.400,3	100

Fonte: Banco de dados DATALUTA, 2013.

Neste sentido, ao somar os estratos de áreas por hectare de 100 (cem) a mais de 1.000 (um mil) alcançaremos o resultado de 2.814 imóveis considerados latifundiários por dimensão¹⁸, o que representa 4,35% do total de imóveis, ou seja, em números absolutos há uma pequena porcentagem de propriedades com características latifundiárias. No entanto ao somar a área ocupada por essas mesmas propriedades chegarão a 838.257,4 ha, o que representa 53,03% da área rural do estado.

Essa quantidade de imóveis com características de concentração fundiária comporta mais da metade entre os imóveis rurais, apresentando um agravante na busca pela reforma agrária, pois ao considerar as propriedades com mais de 15 (quinze) Módulos Fiscais¹⁹ como

¹⁸ Latifúndio por dimensão, quando excede, na dimensão de sua área agricultável, a seiscentas vezes o módulo médio do imóvel rural, da forma como foi definido ou a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais na respectiva zona (COSTA; PAULINO, 1992).

¹⁹ Módulo Fiscal é a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar (CARDIM; VIEIRA; VIÉGAS, 2015).

propriedades latifundiárias por exploração²⁰, ou seja, à sua produtividade, grande parte é declarada como improdutiva (Figura 19), o que reflete a organização da estrutura fundiária no país. Haja vista que dos 439 (quatrocentos e trinta e nove) imóveis considerados grandes, dos quais 285 são improdutivos (RAMOS FILHO, 2004).

Figura 19: Número de imóveis improdutivos no Brasil e Sergipe -2004.

UF	Número de imóveis grandes (+ 15 MF)		Áreas grandes (ha)	
	Total	Improdutivos	Total	Improdutivos
Brasil	111.495	54.781	209.245.470	120.436.202
Sergipe	439	285	315.161	203.309

Fonte: RAMOS FILHO, 2004.

Ainda de acordo com os dados da figura 19, do total de 315. 161 hectares do estado de Sergipe, cerca de mais de 203 mil hectares são considerados improdutivos, ou seja, mais da metade das áreas com mais de 15 Módulos Fiscais (RAMOS FILHO, 2004).

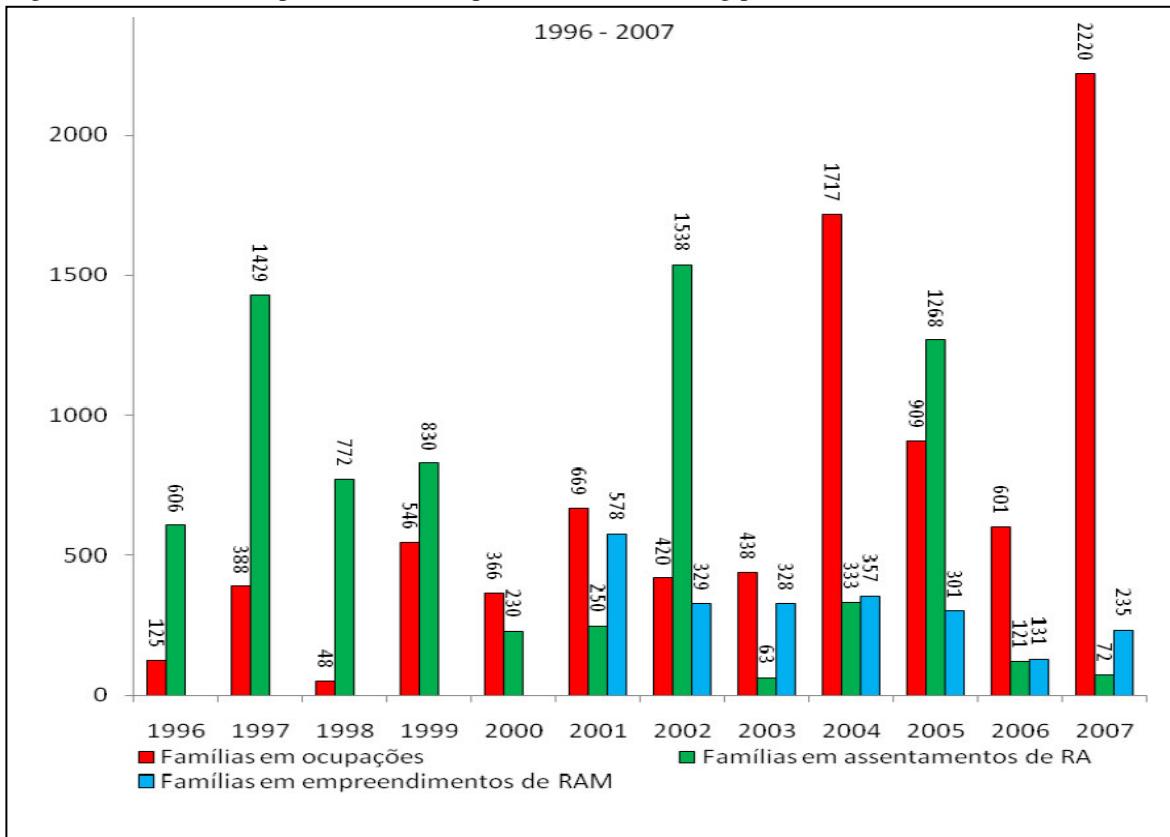
Vale ressaltar que uma propriedade com menos de 1 (um) Módulo Fiscal é classificada como minifúndio, já que entre 1 (um) e 4 (quatro) MFs é considerada pequena; entre 5 (cinco) e 15 (quinze) média; e, as propriedades com mais de 15 (quinze) MF's são consideradas latifúndios. Esses módulos fiscais variam na mensuração de 5 a 110 hectares, a depender da região que se encontra, pois leva em consideração essencialmente: o tipo de exploração, a renda obtida, outras explorações e a propriedade familiar (ALCANTARA FILHO; FONTES, 2009).

O processo de ocupação cresceu no território sergipano entre os anos de 1996 e 2007 (Figura 20), de modo que esse aumento reflete a porcentagem gradativa de 400% em número de famílias acampadas entre estes anos. Esse crescimento se deu, sobretudo, devido o processo demorado para desapropriação das terras e a política de assentamento abarcar um número reduzido de famílias neste processo (RAMOS FILHO, 2008).

A evolução das ocupações interligou-se ao comportamento nacional na década de noventa, para dar visibilidade ao problema estrutural denunciado pelos movimentos sociais em detrimento da existência de latifúndios improdutivos, o que ocasionam vistorias nos mesmos pelo INCRA.

²⁰ Latifúndio por exploração, quando, não excedendo o limite referido anteriormente, mas, tendo área agricultável igual ou superior à dimensão do módulo ou imóvel rural na respectiva zona, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a classificação como empresa rural (COSTA; PAULINO, 1992).

Figura 20: Famílias acampadas, assentadas por RA e RAM em Sergipe (1996- 2007).



Fonte: Ramos Filho, 2008.

A figura 20 mostra a relação entre o número de famílias em ocupações, assentamentos de Reforma Agrária e Reforma Agrária de Mercado, em que houve a intensificação das ocupações no ano de 2004, com 1.717 famílias envolvidas. Contudo foi no ano de 2007 que as ocupações alcançaram seu ápice, envolvendo 2.220 famílias. Estas ocupações podem estar associadas às políticas da Reforma Agrária de Mercado²¹, ao passo que o tempo de negociação e implementação dos empreendimentos deste tipo acontece em tempo curto, entre 186 e 661 dias (RAMOS FILHO, 2008).

Esta questão reforça a ideia de que reforma agrária no estado, somente, foi materializada por conta da pressão exercida na formação dos acampamentos rurais, com a construção de barracos de lonas em sua maioria pretas, montadas no interior da propriedade pretendida, o que ocasionou inúmeros conflitos entre os “sem terra” e os latifundiários. Os embates tinham como resultado a expulsão à força dos trabalhadores acampados na fazenda, e, consequentemente eram montados acampamentos às margens das rodovias, afim de ficar

²¹ é o funcionamento perfeito do mercado, no qual os camponeses têm liberdade para escolher os imóveis que desejam comprar, a possibilidade de negociar com os proprietários dispostos a vender, possibilitando a aquisição das melhores áreas por “preços justos” (RAMOS FILHO, 2008).

mais próximos a área pretendida, tendo como base a medida provisória nº 2.109-50²² de 27 de março de 2001, que em suma proibia as ocupações das propriedades (SIQUEIRA, 2013).

No entanto, o governo estadual via o seu Departamento de Estradas de Rodagem – DER junto com o governo federal por intermédio do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte –DNIT, proibiu a formação de acampamentos as margens das rodovias, movidos por uma suposta e discutível preocupação com a vida das pessoas acampadas. Prontamente, essa medida acarretou outros conflitos, pois além do impedimento de se manter no interior das propriedades os sem terra agora estavam proibidos de se abrigar nas proximidades do imóvel, ou seja, nas margens das estradas estaduais e federais, sob a pena de terem seus barracos destruídos (LOPES, 2008).

Assim, em todo o estado não é comum se verificar nas beiras das estradas acampamentos, uma vez que os mesmos estão sendo construídos no interior das fazendas em processo judicial. Estes locais são denominados de “ponte de apoio” criados por meio de acordos entre o INCRA e o MST. Esses lugares parecem querer interiorizar ou esconder as manifestações sociais.

As fazendas ou parte delas “cedidas” para formação dos acampamentos, estão se tornando bolsões fixos que se retroalimentam com a entrada e saída das famílias acampadas, propiciando ao movimento a manutenção de várias famílias engajadas ao movimento dos sem terras. No entanto, na maioria dos casos esses locais ocupados não se tornam assentamentos, haja vista que o interesse de desapropriação do movimento ou do INCRA é as propriedades próximas. Assim, os acampados podem ser assentados na mesma área em que estão acampados, ou até mesmo em outros municípios, atendendo assim aos princípios da medida provisória 2.109-50/2001, uma vez que não impede o assentamento dos trabalhadores rurais em outros municípios.

²² Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante (BRASIL, 2001);

3.6. Possibilidades de Reforma agrária em Itaporanga D'Ajuda

Esta seção pretende discorrer sobre as possibilidades de reforma agrária no município de Itaporanga D'Ajuda. Para tanto utilizamos os dados do SINDRA e agropecuários (2006) disponibilizados pelo IBGE em seu site, a fim de discorrer sobre a estrutura fundiária do município, uma vez que não se conseguiu junto ao INCRA tais informações.

Estes dados são o suporte para entendermos a dinâmica das atividades no município e as possibilidades de incorporação dos acampados ao panorama do município, haja vista que os aspectos socioeconômicos, bem como o uso e ocupação do solo apresentam uma radiografia do cenário que abarcará os acampados ao se tornarem assentados. Neste sentido, esta abordagem pretende situar os sujeitos no cenário municipal e a sua formação socioespacial, o que atende aos objetivos do método dialético.

3.6.1. Aspectos socioeconômicos de Itaporanga D'Ajuda

A população do município não apresentou grande aumento populacional entre os anos de 2002 e 2010. Pois, de acordo com os dados do IBGE (2010) o número de municípios passou de 25. 482 habitantes para 30.428. Logo, a estimativa de crescimento para o ano de 2014 chega a pouco mais de duas mil pessoas, ou seja, uma população equivalente à 32. 912 hab.

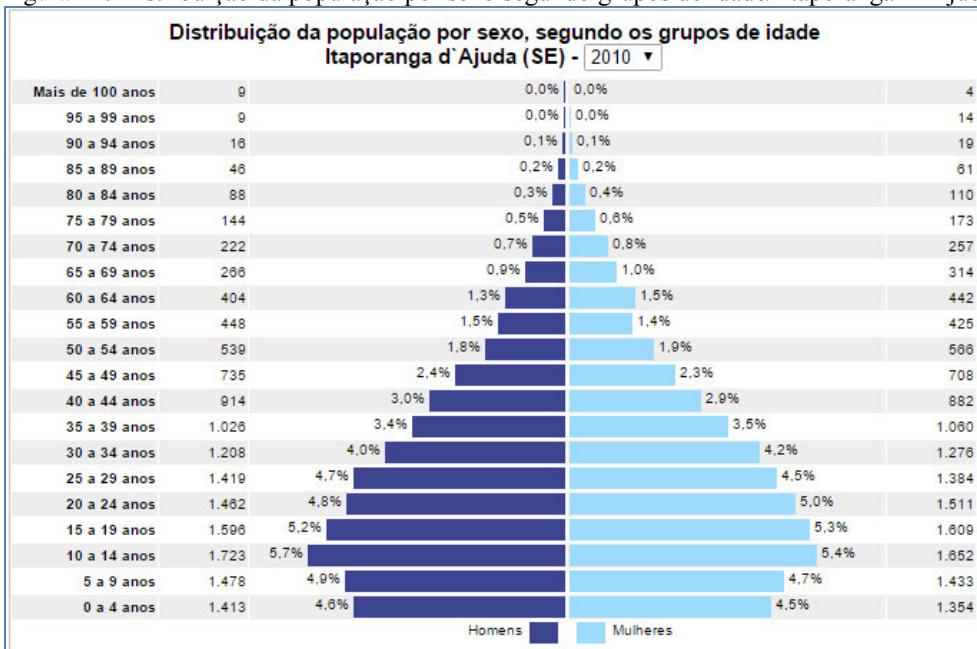
No que se refere ao gênero, os itaporanguenses estão equiparados entre homens (15.164) e mulheres (15.264). Já no que tange a distribuição populacional no espaço rural e urbano, há predominância de pessoas no campo em detrimento da cidade. Uma vez que do contingente populacional do município é composto por 30.428 moradores, e, 18.556 destes estão concentrados no meio rural, o que representa 61% da população.

Com base nos dados apresentados podemos discorrer que Itaporanga D'Ajuda é um município de base rural, o qual se destaca pela produção agrícola de produtos como: laranja, maracujá, coco e mandioca; na pecuária destaca-se a criação de bovinos, suínos e equinos; na avicultura (galináceos); e, na mineração destaca-se a lavra e a produção de areia, metarenito e o calcário (SERGIPE, 2002). Já a indústria se destaca pela produção de alimentos (Moinho de trigo Mabel, frigorífico duas estrelas, Indústrias Maratá, entre outras). Nas atividades de mineração (mineradora cristal e Pedreira M M) e a transformação de matéria prima em

produtos como celulose e papel o destaque é para a Companhia industrial de celulose e papel (SEDETEC/SE, 2015).

A população caracteriza-se por apresentar expressivo número de crianças com idades entre 0 (zero) e 9 (nove) anos, e, jovens com faixa etária de 10 (dez) até 29 (vinte e nove) anos (Figura 21). Essa população é considerada jovem totalizando 18. 034 habitantes. Do mesmo modo, pode-se inferir que a população caracteriza-se enquanto economicamente ativa, uma vez que 12. 356 pessoas estão na faixa etária entre 10 e 29 anos, representando 40, 6% da população municipal.

Figura 21: Distribuição da população por sexo segundo grupos de idade/ Itaporanga D’Ajuda-SE.



Fonte: IBGE, 2010.

No que se refere à educação o município conta com 89 (oitenta e nove) estabelecimentos de ensino, em que 53 (cinquenta e três) são para o ensino fundamental, 2 (dois) de ensino médio e 34 (trinta e quatro) pré-escolas, atendendo a um público de 9.650 (nove mil seiscentos e cinquenta) alunos (IBGE, 2010).

O grau de escolaridade da população com mais de 15 (quinze) anos se apresenta em quatro categorias, segundo o Ministério de Saúde: sem instrução/ primeiro ciclo fundamental incompleto (44,79%); primeiro ciclo fundamental completo/ segundo ciclo incompleto (13,91%); segundo ciclo fundamental ou mais (32,89%); e, não determinada (8,41%) (BRASIL, 2010). Assim, o índice de alfabetização é de 69% com 20.849 pessoas alfabetizadas, e, 31% da população é considerada analfabeta com 9.570 (IBGE, 2010).

O sistema de saúde do município conta com 26 estabelecimentos do Sistema Único de Saúde- SUS. O índice de natalidade se mantém constante com cerca de 20,9% nascimentos ao ano; já os índices de mortalidade diminuíram, devido os avanços no campo da saúde para regressão do quadro mórbido decorrentes da transmissão epidemiológica, ao tempo que apontam o aumento da expectativa de vida (BRASIL, 2010).

Os indicadores apresentados: economia, educação e saúde, associados a renda per capita²³ (0,5081), fizeram com que Itaporanga D'Ajuda fica-se na décima colocação no ranking de desenvolvimento socioeconômico entre os municípios do estado de Sergipe. Assim, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal –IDHM²⁴ alcançou 0,561%, considerado mediano na variação entre 0 e 1. No entanto, o índice de pobreza²⁵ chega a 53,17%, o que é considerado alto (IBGE, 2010).

3.6.2 Uso e ocupação do solo em Itaporanga D'Ajuda

Itaporanga D'Ajuda é um dos cinco municípios situados no litoral sul de Sergipe, cujo relevo da região está representado basicamente pelos domínios morfológicos oriundos dos depósitos Sedimentares. Destacando-se pelos solos férteis do tipo Podozólicos Vermelho Amarelo, o que favoreceu aos indiscriminados números de Manguezais. A sua vegetação é bem diversificada englobando o Cerrado, a Caatinga e vestígios de Mata Atlântica (SERGIPE/SEPLANTEC, 2002).

Neste sentido o município apresenta características físicas (rios, solos, vegetação, relevo e clima) propícias à criação de Áreas de Proteção Ambiental- APA. Assim, a APA Litoral Sul foi criada e transformada em Unidade de Conservação- UC através do Decreto nº 13.468 de 22 de janeiro de 1993. A mesma abrange os municípios de Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba (EMBRAPA, 2010).

A exuberante riqueza paisagística e as condições de solo fértil são atrativos primordiais para o expressivo número de acampamentos em Itaporanga D'ajuda. Apesar do

²³ Renda per capita é o nome de um indicador que auxilia o conhecimento sobre o grau de desenvolvimento de um território: municipal, estadual ou nacional.

²⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda (PNUD, 2015).

²⁵ É uma medida da pobreza sob uma perspectiva de desenvolvimento humano baseada em três variáveis: vulnerabilidade à morte prematura; analfabetismo; e padrão de vida abaixo do aceitável, o que compreende a falta de acesso a serviços de saúde, água potável e alimentação adequada (ROLIM *et al*, 2006).

município se destacar pela composição de fragmentos florestais e áreas de reserva legal que correspondem a 4.281,91 ha, ou seja, 0,76% da área do município que é de 757,3 Km² (EMBRAPA, 2010). Deste modo, percebe-se que a área correspondente aos 45 fragmentos florestais dos quais 2.447 ha são destinados à reserva legal, representa uma parcela diminuta na quantidade de terras presentes no município.

A utilização da terra no município no período de 1920 a 2006 se caracteriza essencialmente por três tipos de estabelecimentos agropecuários: Lavouras ocupando 4.830 ha, pastagens com 12.564 ha e matas e florestas distribuídas em 2.999 ha. Lembrando que a categoria Lavouras inclui: lavouras permanentes, temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação, e forrageiras para corte (IBGE, 2010).

As Pastagens podem ser naturais e plantadas (degradadas e em boas condições). E, as Matas e florestas são caracterizadas por: matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais, florestas com essências florestais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais (Tabela 02).

A tabela 02 mostra que as atividades agrícolas do município estão concentradas nas pequenas propriedades (1.157) que totalizam 3.926,363 hectares, ao passo que os estabelecimentos de até 10 ha são responsáveis pela produção da: lavoura temporária com 41,10% dos estabelecimentos, equivalendo a 1.247 hectares da área; posteriormente aparece a lavoura permanente como segunda atividade com maior número de estabelecimentos agrícolas (302). Deste quantitativo 254 (13,95%) estão nas pequenas propriedades de até 10 ha; do mesmo modo os 42 estabelecimentos da horticultura e floricultura, os 27 fragmentos (2,1%) completam o enredo do cultivo nas pequenas propriedades. Por fim, as sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal não foram identificados (IBGE, 2010).

Tabela 2: Número de estabelecimentos Agropecuários/ condição legal do produtor em relação a terra/ Itaporanga D'Ajuda- SE, 2006.

	Nº de est. Agrop.	Nº de est. agropecuários (Percentual)	Área dos est. agropecuários (Hectares)	Área dos est. % Agrop.
Lavoura temporária	Total	813	44,67	3.135 14,55
	Menos de 10 ha	748	41,10	1.247 5,78
	De 10 a menos de 20 ha	12	0,66	148 0,69
	De 20 a menos de 500 ha	8	0,44	106 0,49
	De 500 a menos de 1000 ha	2	0,11	X X
	De 1000 ha a mais	-	-	- -
	Produtor sem área	43	2,36	- -
	Total	42	2,31	789 3,66
	Mais de 0 a menos de 10 ha	27	2,01	106 0,48
	De 10 a menos de 20 ha	2	0,11	X X
Horticultura e floricultura	De 20 a menos de 500 ha	3	0,15	X X
	De 500 ha a mais	-	-	- -
	Produtor sem área	-	-	- -
	Total	302	16,59	2.363 10,97
	Mais de 0 a menos de 10 há	254	13,95	547 2,99
Lavoura permanente	De 10 a menos de 200 ha	46	2,52	1.817 8,43
	De 200 ha a mais	-	-	- -
	Produtor sem área	2	0,11	- -
	Total	-	-	- -
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal				

Fonte: IBGE, 2006.

Nas atividades da pecuária e criação de outros animais os números revelam que os estabelecimentos de até 10 ha comportam o maior quantitativo de estabelecimentos desta natureza (461), ou seja, 25, 32% das 31,54% propriedades. No entanto, é nas propriedades maiores que detém esse tipo de atividade, de modo que pode se visualizar na tabela 03 que entre os estabelecimentos de 10 até 200 hectares se encontram a maior proporção de área para tal atividade (4.490), o que equivale a 20,83% das 65,10% propriedades presentes.

Tabela 3: Número de estabelecimentos Agropecuários/ condição legal do produtor em relação a terra/ Itaporanga D'Ajuda- SE, 2006

	Nº de est. agropecuários	Nº de est. agropecuários (%)	Área dos est. agropecuários (Hectares)	Área dos est. agropecuários (%)
Pecuária e criação de outros animais	Total	574	31,54	14.027
	Mais de 0 a menos de 10 ha	461	25,32	917
	De 10 a menos de 200 ha	90	4,94	4.490
	De 200 a menos de 500 ha	10	0,54	2.532
	De 1000 a menos de 2500 ha	-	-	-
	De 2500 ha e mais	1	0,05	X
	Produtor sem área	12	0,66	-

Fonte: IBGE, 2006.

No que se refere às outras atividades agropecuárias como a pesca e a aquicultura não há grande participação nas atividades do município, uma vez que somente 1,9%, ou seja, 20 (vinte) estabelecimentos desenvolvem esses tipos de atividades. Assim, a pesca está presente em 100% das propriedades (treze no total) consideradas pequenas (de até 10 ha), o que equivale a uma área de oito hectares. Ainda, é encontrado dois estabelecimentos de até 10 ha, e, 5 (cinco) de 10 a 500 ha para a aquicultura, ressaltando que não foi disponibilizado a área ocupada por essa atividade em nenhuma propriedade (Tabela 04).

Tabela 4: Número de estabelecimentos Agropecuários/ condição legal do produtor em relação à terra/ Itaporanga D'Ajuda- SE, 2006

	Nº de est. Agropecuário	Nº de est. agropecuários (%)	Área dos est. Agropecuários/ha	(%) Área/ est. Agropecuários
Pesca	Total	13	0,71	8
	Mais de 0 a menos de 10 ha	13	0,71	8
	De 10 ha a mais	-	-	-
	Produtor sem área	-	-	-
	Total	7	0,38	685
	Mais de 0 a menos de 10 ha	2	0,10	-
	De 10 a menos de 500 ha	5	0,27	-
Aquicultura	De 500 ha a mais	-	-	-
	Produtor sem área	-	-	-

Fonte: Dados agropecuários IBGE, 2006.

As atividades expostas apresentam uma visão geral das condições agropecuárias em relação aos tamanhos dos estabelecimentos no município de Itaporanga D'Ajuda. Assim, pode-se inferir que nas pequenas propriedades a principal atividade desenvolvida é a lavoura

temporária, já as grandes são responsáveis pela pecuária. Neste sentido, é importante destacar o tipo de utilização da terra em relação à agricultura familiar ou não familiar, uma vez que os sujeitos deste estudo compõem o enredo dos agricultores familiares.

Os dados da tabela 05 reforçam que há a predominância de estabelecimentos com características de atividades agrícolas (permanentes, temporárias, área plantada com forrageiras para corte, para cultivo de flores e seus derivados) do tipo familiar com 3.981 propriedades, somando 6.509 hectares. No entanto, as 506 propriedades não familiares são responsáveis por 19.867 ha.

Na utilização da terra para as pastagens (naturais, plantadas degradadas e plantadas em boas condições), essa realidade se repete, ao passo que os números mostram que os estabelecimentos com características da agricultura familiar é responsável por 453 das 580 propriedades; estes estabelecimentos compreendem uma área de 1.390 ha. Entretanto é na agricultura não familiar que também se concentra o expressivo quantitativo de áreas, ou seja, as 127 propriedades são responsáveis por 10.174 ha.

Os dados da tabela 05, ainda revelam que os estabelecimentos não familiares são responsáveis pelo maior número de propriedades destinadas as áreas de matas e florestas naturais destinadas à APP ou reserva legal (28 das 46), o que é refletido nos 1.971 ha dos 2.036 de tal natureza. Já as matas e florestas do tipo: naturais (exclusivo de APP e sistemas agroflorestais); florestas plantadas com essências florestais; e, Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usadas para lavouras e pastoreio por animais estão presentes em maior número na agricultura familiar (58 dos 83 estabelecimentos) que totalizam 143 ha, contudo, às 25 propriedades do tipo não familiar contabilizam 671 hectares declarados.

Tabela 5: Número de estabelecimentos agropecuários e áreas dos estabelecimentos/utilização das terras e agricultura familiar, 2006.

Utilização das terras	Agricultura familiar	LAVOURAS			
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Permanentes	Total	1.820	100,00	21.547	100,00
	Não familiar	209	11,48	17.229	79,96
	Agricultura familiar	1.611	88,52	4.318	20,04
Temporárias	Total	1.245	68,41	2.980	13,83
	Não familiar	141	7,75	1.727	8,02
	Agricultura	1.104	60,66	1.253	5,82

		familiar				
Temporárias	Total	1.215	66,76	1.476	6,85	
	Não familiar	100	5,49	718	3,33	
	Agricultura familiar	1.115	61,26	758	3,52	
Área plantada com forrageiras para corte	Total	204	11,21	365	1,70	
	Não familiar	55	3,02	193	0,90	
	Agricultura familiar	149	8,19	172	0,80	
Área para cultivo de flores, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	Total	3	0,16	8	0,04	
	Não familiar	1	0,05	X	X	
	Agricultura familiar	2	0,11	X	X	
PASTAGENS						
Naturais	Total	379	20,82	8.787	40,78	
	Não familiar	76	4,18	7.860	36,48	
	Agricultura familiar	303	16,65	927	4,30	
Plantadas degradadas	Total	47	2,58	1.520	7,05	
	Não familiar	17	0,93	1.437	6,67	
	Agricultura familiar	30	1,65	83	0,39	
Plantadas em boas condições	Total	154	8,46	2.257	10,48	
	Não familiar	34	1,87	1.877	8,71	
	Agricultura familiar	120	6,59	380	1,76	
MATAS OU FLORESTAS						
Naturais destinadas à APP ou reserva legal	Total	46	2,53	2.036	9,45	
	Não familiar	28	1,54	1.971	9,15	
	Agricultura familiar	18	0,99	65	0,30	
Naturais (exclusive de APP e em sistemas agroflorestais)	Total	28	1,54	403	1,87	
	Não familiar	11	0,60	377	1,75	
	Agricultura familiar	17	0,93	26	0,12	
florestas plantadas com essências florestais	Total	16	0,88	167	0,77	
	Não familiar	2	0,11	X	X	
	Agricultura familiar	14	0,77	18	0,08	
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais, lavouras e pastoreio	Total	39	2,14	393	1,82	
	Não familiar	12	0,66	294	1,36	
	Agricultura familiar	27	1,48	99	0,46	
OUTROS USOS						
Construções, benfeitorias ou caminhos	Total	1.014	55,71	446	2,07	
	Não familiar	81	4,45	191	0,89	
	Agricultura familiar	933	51,26	255	1,19	
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Total	16	0,88	81	0,38	
	Não familiar	5	0,27	51	0,24	
	Agricultura familiar	11	0,60	30	0,14	
Terras inaproveitáveis (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	Total	117	6,43	563	2,61	
	Não familiar	15	0,82	323	1,50	
	Agricultura familiar	102	5,60	240	1,11	

Fonte: Dados agropecuários IBGE, 2006.

Por fim, os outros usos da terra tais como: construções, benfeitorias ou caminhos; Terras degradadas (salinizadas, erodidas, desertificadas, entre outros); e, as terras inaproveitáveis para a agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, entre outras) também predominam nas propriedades da agricultura familiar com 1.046 unidades, ocupando 525 ha, já que as 101 unidades não familiares correspondem à 565 ha. Neste sentido, a agricultura familiar conta com expressivo quantitativo de terras inapropriadas ao cultivo de alimentos, se comparada a não familiar, haja vista que ambas são praticamente equitativas no que se refere às áreas destinadas a outros usos.

O último censo agropecuário realizada em 2006 pelo IBGE apresenta por meio dos dados referentes à malha fundiária municipal a presença e distribuição de grandes propriedades em Itaporanga D'Ajuda. Uma vez que, existem 112 propriedades entre 20 e 500 ha que ocupam cerca de 10.360 hectares, do total de 21.547 entre os estabelecimentos agropecuários (Tabela 06).

Tabela 6: Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários segundo estrato de área 2006.

Grupos de área	Município = Itaporanga D'Ajuda - SE			
	Nº de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Nº de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Total	1.820	100,00	21.547	100,00
Menos de 10 ha	1.576	86,24%	3.002	13,94%
De 10 a menos de 20 ha	71	3,90%	947	4,39%
De 20 a menos de 500 ha	112	6,14%	10.360	48,07%
De 500 a menos de 1000 ha	3	0,16	1.793	8,32
De 1000 a menos de 2500 ha	-	-	²⁶	-
De 2500 ha e mais	1	0,05	x	x
Produtor sem área	57	3,13%	-	-

Fonte: IBGE, 2006

Analisando os dados da tabela 06, podemos inferir que o número de estabelecimentos de pequeno porte dispara na frente no que se referem à quantidade unidades agropecuárias com mais de 1.500 (um mil e quinhentos), ou seja, 86% dos estabelecimentos são de posse

²⁶ As propriedades de 2500 ha a mais não pontuaram na variável área de estabelecimentos agropecuários por hectares pois as unidades territoriais com menos de 3 (três) informantes foram desidentificados (IBGE, 2006).

dos pequenos proprietários com menos de 10 hectares. Entretanto esses estabelecimentos compõem apenas 3.002 hectares, ou seja, quase 14% da área (IBGE, 2006).

No que se referem as três unidades (16%) entre 500 e 1 000 ha, esses estabelecimentos são responsáveis por uma área de 1 793 ha, o que representa mais da metade do total de área ocupada pelas 1 576 propriedades com menos de 10 ha. Posteriormente, podemos visualizar na tabela 07 que os estabelecimentos com mais de 1 000 ha não contabilizaram a área ocupada, deixando assim questionamentos sobre quais interesses estão embutidos na ocultação de tais dados.

Por fim, aparecem 57 unidades caracterizadas como de produtor sem área, uma vez que esses 3,13% estabelecimentos pertencem aos sujeitos que não tem a posse da terra. Apesar dos acampados não aparecerem nas estatísticas, pela sua condição de “ilegalidade na posse da terra”, os mesmos estão representados pelos produtores sem área.

A partir desses dados, acredita-se que existe a possibilidade de desenvolvimento de projetos de assentamentos para fins de reforma agrária no município de Itaporanga D’Ajuda se levar em consideração a disponibilidade de terras caracterizadas como latifundiárias²⁷. Contudo, ressaltamos que esse panorama fundiário não garante a política de Reforma Agrária no município, pois não se conseguiu junto ao INCRA/SE o levantamento das fazendas propícias para tal fim.

Portanto, reforçamos a existência de latifúndios concentrados, ou seja, cerca de 1793 ha para somente 4 (quatro) proprietários. No entanto, o INCRA/SE não pode precisar quais destas fazendas não atendem a função social e, portanto, passíveis de assentamentos. Desta forma não existe garantias de que os acampados do município adquiram a propriedade da terra. No entanto, as atividades agrícolas desenvolvidas no acampamento, que serão ampliadas no assentamento, garantiram a sobrevivência dos acampados, visto que os produtos cultivados no local (macaxeira, maracujá, entre outros) são à base da economia municipal que mantém forte relação com o mercado do estado devido à presença das indústrias de alimentos na região.

²⁷ Grande extensão de terra pertencente a um único proprietário (INCRA, 2015)

4 CAPÍTULO

FAZENDA SÃO JOÃO: UM OLHAR SOBRE O CENÁRIO DOS ACAMPADOS

Este capítulo dedica-se a apresentar os resultados obtidos por meio de trabalho empírico, tendo como *locus* os acampamentos (Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho) formados em uma parcela da fazenda São João -Itaporanga D'Ajuda/ Sergipe. Logo, o foco deste capítulo consiste em identificar a condição social atual do sujeito acampado, as regras que regem o acampamento, bem como se dão as relações socioambientais neste contexto. Neste sentido utilizou-se da abordagem descritiva analítica por meio das observações *in loco*, das entrevistas com os 53 (cinquenta e três) acampados e das informações fornecidas pelo ouvidor do INCRA/SE. Esta base de dados serviu como subsídio para ancorar o desenvolvimento deste capítulo.

A primeira seção busca resgatar sucintamente como se formaram os acampamentos na fazenda São João, levando em consideração os relatos dos membros fundadores, ou seja, os acampados com mais de 10 anos (os representantes do Coluna Prestes). Posteriormente apresentamos o perfil das famílias acampadas (profissão, grau de escolaridade, idade, situação trabalhista, entre outras características).

No subitem terceiro trazemos a caracterização do território fluído, ou seja, quem são os sujeitos acampados no processo migratório do urbano/rural. Neste sentido, mostramos a realidade do acampado identificado como híbrido, que contém singularidades e diferenciações.

A quarta parte do texto faz alusão ao território acampado formado a partir de relações de poder existentes no acampamento, que se materializam em regras, normas e conflitos locais. Na sequência trazemos a reflexão sobre o que tem influenciado os acampamentos rurais a se materializarem por tanto tempo. Dando prosseguimento discorremos sobre a “nova configuração” do acampamento.

No que diz respeito à sétima seção versamos sobre como se caracteriza o lugar a partir da “identidade do sujeito”, e, o não lugar como o local de passagem. Posteriormente, no oitavo tópico apresenta-se o cenário de como os sujeitos interagem com os recursos naturais

(rio, vegetação e solo), embasando as relações socioambientais. Por fim, trazemos algumas perspectivas de medidas que podem propiciar a sustentabilidade nos acampamentos.

4.1. (RE) construção do campo empírico

De acordo com um acampado do Coluna prestes por volta do ano 2001, alguns militantes do MST após curso de formação no assentamento Quissamã (Nossa Senhora do Socorro/ SE) entraram em contato com o INCRA, e descobriram que a fazenda São João tinha uma dívida de imposto para com o governo, e, portanto poderia ser ocupada. Essa ocupação transformou-se um acampamento batizado de “Dom Elder Câmara”, comportando 288 famílias (acampado 1, 2015).

No entanto, junto com a montagem do acampamento começaram os conflitos entre as famílias e o dono da fazenda, pois de acordo com o acampado 2, após 6 (seis) meses de construção os acampados foram “despejados”, ou seja, expulsos da fazenda. Deste modo ficaram acampados na BR 101 nas proximidades da cidade de Itaporanga D’Ajuda. Após várias ocupações a fazenda São João, foi realizado um acordo entre o INCRA, MST e o fazendeiro para que fosse montado novamente o acampamento em uma parcela de aproximadamente um quarto do tamanho total da fazenda, o equivalente à 300 tarefas. O acordo tinha como intuito barrar as manifestações até que a situação fosse resolvida completamente entre o governo e o dono da terra (Acampado 2, 2015).

Ao longo dos 14 anos, às negociações nunca avançaram e algumas famílias acabaram desistiram da luta, enquanto outras foram assentadas na praia do Abaís (município de Estância). Embora, o assentamento tenha se consolidado no município vizinho, muitas famílias não foram contempladas com o assentamento devido à área não comportar todas as famílias, e, algumas por sua vez não atendiam aos critérios do agricultor assentado. Assim, dos 288 acampados somente cerca de 10% foram assentados. Além disso, as condições de solo e clima na área litorânea que não favorecem ao desenvolvimento agrícola, fez com que a maioria das pessoas não aceitasse serem assentadas naquela região. Deste modo muitas famílias desistiram da condição de acampado, haja vista que somente 35 barracos foram construídos no local, se mantendo até o ano de 2015 devido à rotatividade das famílias no local. Do total de famílias que integravam o grupo que iniciou o acampamento, somente 9 (nove) ainda continuam acampadas.

Assim, atualmente os supracitados acampamentos comportam 142 (cento e quarenta e dois) barracos, dos quais 128 (cento e vinte e oito) estão ocupados por famílias, totalizando 255 pessoas entre adultos e crianças (Quadro 06).

Quadro 6: Estruturação dos acampamentos CP, AC e JTP na fazenda São João, 2015.

Estruturação do acampamento			
	Coluna Prestes	Apolônio de Carvalho	João Pedro Teixeira
Barracos	46	56	40
Pessoas no acampamento	52	122	81
Total de famílias	34	56	38
Casais	14	56	38
Solteiros	20	—	—
Crianças*	12	10	5

Fonte: Coordenadores locais, PESSOA, 2015.

O Coluna prestes recebeu este nome em homenagem a um militante já falecido do MST. Esse acampamento contém características estruturais de assentamento em comparação aos outros dois que se formaram posteriormente. Isto devido fatores como: 1) o tamanho do terreno ser de dimensão equitativa para cada família, em média mais de vinte metros de largura e/ou cumprimento; 2) as construções dos barracos (madeira, barro, e outros materiais mais resistentes que não lona preta, (Figura 22); 3) melhor localização para acesso à água do rio e energia clandestina puxada dos postes.

Esta organização dos barracos no acampamento CP, são mecanismos de sobrevivência desenvolvidos pelas famílias para melhorar as suas condições de vida no local, uma vez que elas se mantêm por anos na condição de acampadas. No entanto com o passar dos anos o aumento gradativo dessas famílias fez com que o MST fragmentasse o acampamento em dois, objetivando melhorar a organização e gerenciamento a execução das atividades propostas (Acampada 3, 2015).

Em 2011 foi formado o segundo acampamento que recebeu o nome de João Pedro Teixeira. Neste mesmo ano os dirigentes regionais do MST organizaram o terceiro



Figura 22: Barraco de barro pertencente ao Acam. Coluna Prestes. Fonte: PESSOA, 2015.

acampamento, cujo nome é Apolônio de Carvalho. Cada acampamento ficou sob a coordenação de dois coordenadores locais também acampados, nomeados para fiscalizar e organizar os acampamentos.

Atualmente, o acampamento João Pedro Teixeira é coordenado por uma mulher. As barracas são em sua maioria de lona e os terrenos são de “médio porte” de até 15 metros de cumprimento e menos de 10 metros de largura (Figura 23). Identificados pelos acampados por serem menores do que os do CP e maiores do que os do AC. No entanto, não se pode mensurar exatamente o tamanho de tais terrenos, já que não existe um padrão acabado por acampamento.

Figura 23: Terrenos de médio porte do acampamento JPT. Figura 24: comércio local do Acamp. João Pedro Teixeira, 2015.



Fonte: PESSOA, 2015.

Na área pertencente ao acampamento da fazenda são desenvolvidas atividades comerciais nos Acampamentos Coluna Prestes e João Pedro Teixeira, tais como: Mercearia (Figura 24), abate e comercialização de suínos, vestimentas, entre outros.

Já no acampamento Apolônio de Carvalho, os terrenos são menores em comparação aos outros dois, com média de 20 metros quadrados, e, não existe comércio aparente. No entanto visualizou-se a construção de uma barraca que serve como templo religioso (Figura 25 e 26).

Figura 25: Frente da barraca destinada ao grupo evangélico e Figura 26: Parte interna do barraco pertencente ao grupo evangélico “assentados aos pés de cristo”, Acamp. AC, 2015.



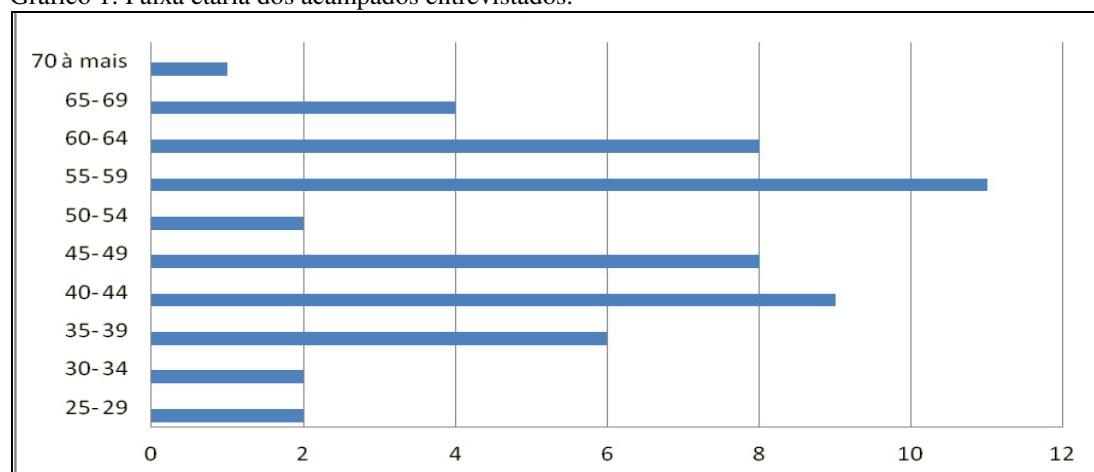
Fonte: PESSOA, 2015.

Por fim, pode-se asseverar que o JPT e AC apresentam características similares, com as barracas construídas muito próximas umas das outras, e, a sua localização fixa-se nas extremidades da área destinada ao acampamento, ou seja, centrada na parte interna, o que dificulta o acesso à água do “rio” ou córrego pertencente ao Vaza-Barris, bem como a ligação direta energia puxada do poste localizado fora do acampamento.

4.2. Perfil das famílias acampadas entrevistadas

As famílias acampadas na fazenda São João apresentam idades que variam de 0 (zero) à mais de 75 anos. No entanto a faixa etária dos representantes por família cadastrada junto ao INCRA predomina os sujeitos com idades entre 25 a 78 anos conforme ilustração do gráfico 01. Para o desenvolvimento da variação por faixa etária levou-se em consideração o modelo definido pelo IBGE que é a cada 4 (quatro) anos.

Gráfico 1: Faixa etária dos acampados entrevistados.

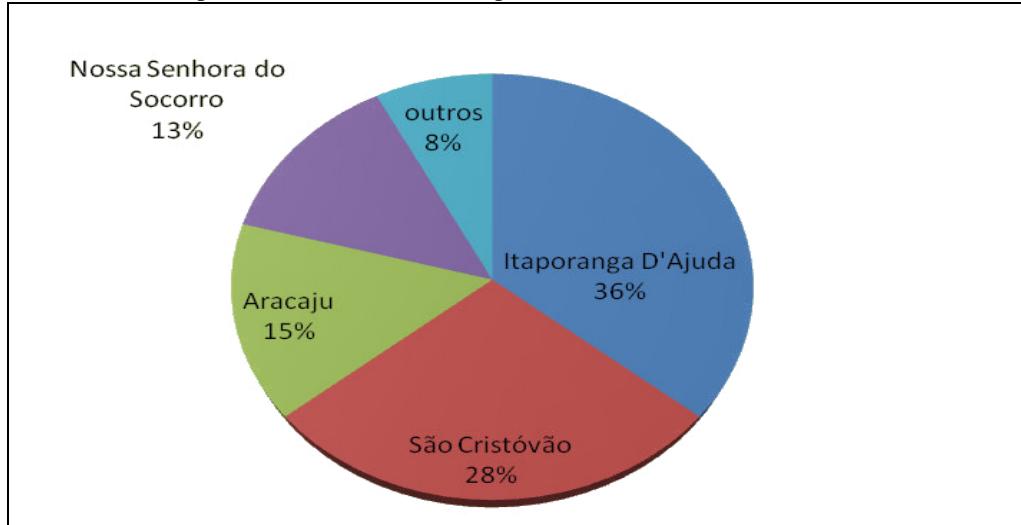


Fonte: PESSOA, 2015.

Quanto ao sexo percebe-se que há um equilíbrio entre o gênero masculino e feminino (sendo 22 mulheres e 23 homens entrevistados), já que as maiorias das famílias são compostas por casais. Essa configuração de família contribui para que exista a rotatividade de estadia no local entre os conjugues, haja vista que quando um sai para obtenção de renda por meio de empregos formais ou informais na cidade, o outro se mantém no acampamento para cumprir as normas. Esse revezamento se dá também por conta dos cuidados com os filhos e com a residência.

A maioria das famílias (34) possuem residencia própria, seja ela em Itaporanga D'Ajuda ou nos municípios próximos como: Nossa Senhora do Socorro, Aracaju e São Cristóvão. Ainda é possível encontrar uma porcentagem pequena de moradores provenientes de outras cidades como: Lagarto, Malhador, Itabaiana e Carira ilustrados no gráfico 02:

Gráfico 2: Municípios de residencia dos acampados entrevistados/2015.



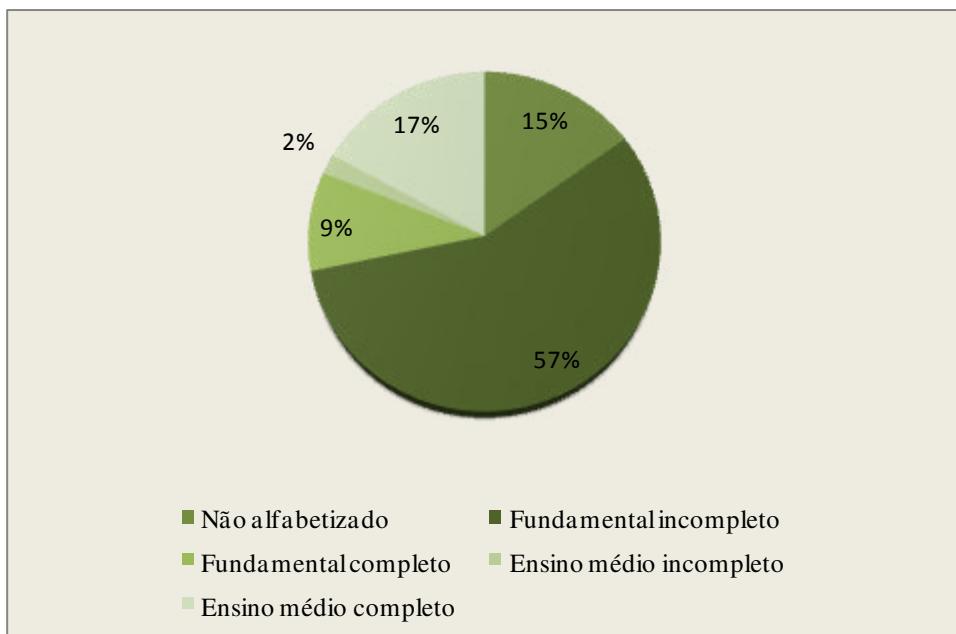
Fonte: PESSOA, 2015.

Isto posto, deve-se ressaltar que dos 53 (cinquenta e três) entrevistados dezenove não possuem residencia própria, e, por este motivo 11 (onze) moram no acampamento, e, foram incluídos como residentes de Itaporanga D'Ajuda. No entanto percebe-se que entre os municípios circunvizinhos são cristovão é o que apresenta maior representatividade com 28% dos acampados.

No que se refere ao grau de escolaridade os acampados possuem baixo nível de escolarização (Gráfico 03), em que 57% cursaram somente o nível fundamental incompleto (do 1º ao 6º ano). Desta forma, foram enquadradas como alfabetizados, pois sabem apenas assinar seu nome com leitura deficiente. Já os não alfabetizados são os sujeitos que nunca

frenquentaram a escola, e, portanto não sabem nem assinar seu próprio nome (JUSTO; RUBIO, 2013). Vale ressaltar que as pessoas não alfabetizadas(15%) tiveram suas digitais colocadas no TCLE no momento da aplicação das entrevistas.

Gráfico 3: Grau de escolaridade dos acampados entrevistados em 2015.



Fonte: PESSOA, 2015.

O baixo grau de escolaridade é uma característica comum das pessoas com baixa renda (LETELIER G., 1999). Logo, esses sujeitos se caracterizem como agricultores/lavradores ou autônomos, pois não possuem profissão regularizada em carteira e acabam por exercer atividades individuais que gerem algum tipo renda como: a mariscagem, construção civil, diarista, camelô, marchante, motorista, entre outros.

Neste sentido, os acampados que se encontram empregados formalmente, trabalham geralmente em atividades com baixo rendimento mensal, não ultrapassando os dois salários mínimos, tais como: vigilância, serviços gerais, recepcionista, entre outros. Entretanto, as maiorias das pessoas declararam estar desempregadas (Gráfico 04), ou seja, sem vínculo empregatício formal, exercendo o chamado “bico” que é uma atividade típica temporária sempre caracterizada por pequenos serviços (MATSOU, 2009).

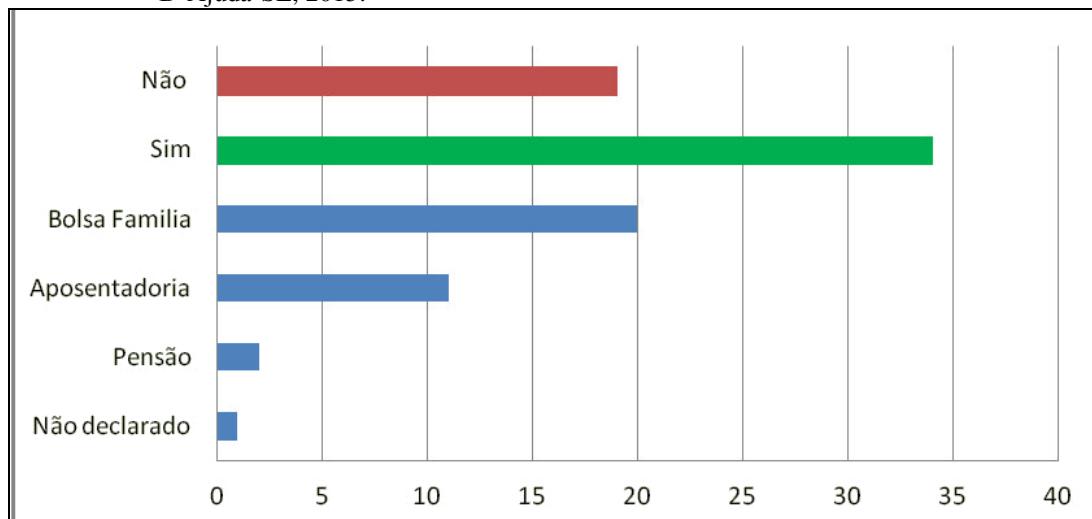
Gráfico 4: Situação trabalhista dos acampados entrevistados/2015.



Fonte: PESSOA, 2015

Os trabalhadores que recebem algum benefício da previdência social como a aposentadoria por idade ou invalidez e pensionista por situação civil, se incluíram na categoria de desempregados em virtude de se enquadrarem na condição social de baixa renda. Neste sentido, grande parte dos acampados recebe algum tipo de auxílio do estado, incluindo as medidas compensatórias como o Bolsa família²⁸.

Gráfico 5: Recebimento e/ou tipo de benefícios recebidos pelos acampados na fazenda São João/Itaporanga D'Ajuda-SE, 2015.



Fonte: PESSOA, 2015.

Percebe-se a partir do Gráfico 05 que dos entrevistados, 34 (trinta e quatro) declararam receber algum tipo de benefício. Entre eles 20 (vinte) são do bolsa família, 11 (onze) aposentadoria por idade ou invalidez e 2 (dois) pensões por morte do cônjuge. Apenas

²⁸ o programa Bolsa Família criado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, visando combater a pobreza e promover a redistribuição de renda (SOBREIRO FILHO, 2011);

1(uma) pessoa não declarou qual o quesito para recebimento do benefício. Por fim 19 (dezenove) pessoas disseram não ser beneficiário de nenhum programa social.

Contudo, voltamos a ressaltar que esses “beneficiários”, dizem não ultrapassar a renda familiar de até dois salários mínimos como preconizado nas diretrizes do Governo Federal para se tornar assentado. Ao analisar o perfil das famílias acampadas pode-se concluir previamente que grande parte atende aos critérios impostos pela política de reforma agrária brasileira.

4.3 Território fluído: das alvenarias aos barracos, quem são os sujeitos acampados?

Endlich (2006) discorre que a vida no campo é a situação humana em que a sobrevivência está pautada no trabalho agrícola, e, portanto, oferece o essencial para manutenção da subsistência. Neste sentido, a autora faz alusão às contradições que são inerentes ao meio rural e ao urbano, de modo que o urbano se destaca pelos hábitos consumistas do sistema capitalista discorrendo que:

Se o rural significa limitação, o urbano representa uma condição social em que, teoricamente, é possível superar a precariedade. Mais do que a precariedade, o urbano deve compreender também a superação do limite do economicismo, do valor de troca e da ideologia do consumo, que gerou a crise da cidade. As condições objetivas, materiais e técnicas já existentes foram produzidos no âmbito do modo capitalista de produção. Já a superação real das vidas precárias é ainda uma perspectiva [...] (ENDLICH, 2006, p. 25).

Neste sentido, buscando superar a invisibilidade do trabalhador rural no meio urbano os acampamentos rurais passaram a se constituírem como territórios da esperança (MOREIRA, 2006). Uma vez que estes lugares se tornaram pontos de apoio à espera da consolidação do assentamento.

Os itinerários semanais realizados pelos acampados das suas casas (geralmente na periferia da zona urbana) para os barracos na zona rural tem mostrado um processo de migração pendular intermunicipal, uma vez que a maioria dos acampados mora em municípios circunvizinhos ao acampamento. Esse deslocamento semanal dos sujeitos advindos dos municípios que fazem parte da grande Aracaju para Itaporanga D’ Ajuda, se dá pela fácil localização da fazenda São João, uma vez que se situa próxima à área central do município.

Desta forma, o rodízio para ficar pelo menos três dias no acampamento facilita a vida dos acampados. De modo que, a estratégia fortalece a adesão popular ao movimento, uma vez que possibilita a adequação do trabalhador urbano à realidade camponesa. Portanto, o acampado condiz com a categoria de “trabalhador pendular misto”, haja vista as funções executadas por eles ora são do trabalhador urbano ora são rurais.

Dentro do acampamento é possível perceber uma rotatividade em que nos finais de semana (sexta, sábado e domingo) há maior concentração de pessoas. Enquanto nos outros dias predomina o esvaziamento do local, com barracas fechadas.

Segundo as famílias poder sair do acampamento para “fazer bicos” (prestação de serviço autônomo), significa suprir as necessidades da base familiar, se não vejamos nos fragmentos transcritos:

Os dias que estamos aqui estamos na plantação, mas se não trabalhar lá fora não tem mistura. (ac3, 2015)

As pessoas precisam sair pra conseguir o pão, o cultivo do acampamento é pouco. (ac4, 2015)

É um meio de vida também de consegui o dinheiro pra família, mas tem que correr muito pra dar conta das duas coisas: trabalhar e tirar as normas. (ac5, 2015)

Por outro lado, o rodízio também assegura que sempre existam pessoas no acampamento, ao passo que ele nunca fica completamente vazio. De acordo com um acampado “[...] se não houvesse essa permanência, as pessoa não ficariam aqui” (Ac6, 2015). Logo essa rotatividade de pessoas é uma das principais justificativas para vincular-se ao acampamento.

Geralmente os acampados são chamados por parentes e amigos para participar do movimento, movido fundamentalmente pela necessidade de conquistar um lote de terra para trabalhar (ALENTEJANO; SILVA, 2008). Se não vejamos:

Vim porque tinha vontade de trabaíá, sem condição de comprar terra, aproveitei a oportunidade (ac.7, 2015)

Pra consegui um pedaço de terra para cultivar, plantar para uma vida melhor (ac.8, 2015)

Sempre tive o interesse de tá na terra, [...]fui convidada por um vizinho (ac.9, 2015)

Estar no acampamento significa estar em um “campo de concentração” em que a resistência é testada diariamente, ao passo que os próprios acampados permanecem à espera da “terra prometida” (assentamento) - fazendo alusão à passagem bíblica do êxodo no velho

testamento (SOUZA *et al*, 2013). Desta forma os acampados chamam os seus vizinhos, parentes e amigos para fortalecer o movimento.

Como já mencionado anteriormente o acampamento é sinônimo de voltar a viver no campo, pois o local tem como principal característica o sossego e a possibilidade de respirar o ar puro. Essas características são evidenciadas pelos acampados como justificativa para gostar de viver no acampamento, como podemos perceber nos fragmentos descritos abaixo:

Aqui me sinto sossegado, conquistei outra família (...) tive depressão e aqui foi minha terapia (ac.10, 2015)

Aqui é onde se busca paz e tranquilidade da natureza e resgata as raízes familiares, tirar o sustento da terra e mostra a sociedade que podemos comer alimentos sem agrotóxicos (ac.11, 2015)

Eu me sinto bem, tenho espaço ainda que pequeno pra cultivar. Esse lugar tem contribuído pra nossa saúde, agente fica tranquilo e nos faz bem (ac.12, 2015).

Deste modo percebe-se que a área de conflito diário com uso de foices, facões e armas entre os proprietários rurais e os acampados, faz parte do imaginário popular. Pois, o processo de luta vem passando por transformações significativas, em que o principal desafio dos sujeitos acampados parece ser manter-se em coletividade e adequar-se as exigências do movimento.

No entanto não excluímos os desafios e tumultos existentes no processo, uma vez que é preciso ter perseverança para continuar acampado. Desta forma 97% das pessoas revelaram não ter pretensão de desistir da vida no acampamento, explicando que:

Estamos aqui com um objetivo... O foco é persistir até o almejado sonho (ac.13, 2015)

Por que no acampamento crio, planto, não gosto da cidade gosto do campo (ac.14, 2015)

Penso em ganhar as terras, já me acostumei aqui (ac.15, 2015).

As pessoas não pensam em desistir da vida no acampamento, haja vista que já se acostumaram com o lugar, e, o foco é o acesso a terra. Embora, alguns acampados tenham alegado se sentirem desmotivados em algum momento a continuar na luta, devido conflitos internos e demora para a liberação das terras, relatou que não vai desistir, como destacado na fala “já tive pensamento negativo, mas não vou desistir” (ac.16, 2015).

Ademais, as falas mostraram que os acampados gostam de viver no acampamento apresentando como pontos positivos os laços de amizade com os seus “vizinhos” (os outros acampados), a tranquilidade local e a possibilidade de acesso à terra.

Os pontos negativos não foram enunciados a priori, pois os sujeitos disseram não perceber nada de ruim no local. Após suscitar outras perguntas, apareceu a falta de energia, o calor, espaço do terreno, acesso à água, organização das lideranças, conflitos internos, entre outros fatores como características negativas.

4.3.1 Breve descrição comparativa entre os acampamentos Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho

Apesar dos acampamentos estarem situados na mesma área pode-se perceber algumas distinções na estruturação. O Coluna Prestes como já mencionado por ser o mais antigo parece estar mais bem estruturado, tanto nos aspectos físicos como na sua organização política administrativa. A sua localização dentro da área é privilegiada pela proximidade com o rio, os terrenos são maiores para a plantação, as barracas são construídas com materiais mais resistentes (madeira e barro) a ação do sol e da chuva, e, existe energia elétrica (mesmo que clandestina) em todos os barracos.

Essa formação mais coesa justifica-se pelo tempo de instauração, em que é o acampamento com moradores mais antigos, o que contribuiu para que se adaptassem a realidade cotidiana. Aliado a estas questões percebeu-se também a concentração de pessoas mais idosas com faixa etária predominante com mais de cinquenta anos.

A coordenação do Coluna Prestes é rígida, com maior planejamento das atividades individuais e controle sobre as famílias, o que gera alguns conflitos entre as lideranças e os outros acampados. A representatividade dessa formação mais coesa é o referencial de resistência na luta pela terra para as outras famílias que estão acampadas por menos tempo e para as pessoas que desejam acampar, além de representar a cooperação entre os membros do acampamento.

O Apolônio de Carvalho e João Pedro Teixeira apresentam similaridades na estruturação física, uma vez que estão localizados na parte interna da fazenda, em que os terrenos são menores, a distância do rio se acentua, os barracos são de lonas (pretas ou amarelas) e quase não há o uso de energia elétrica, já que a eletricidade puxada do poste que

situa-se no outro lado da rua, em frente ao acampamento Coluna Prestes, não tem potência suficiente para abastecer todos os barracos.

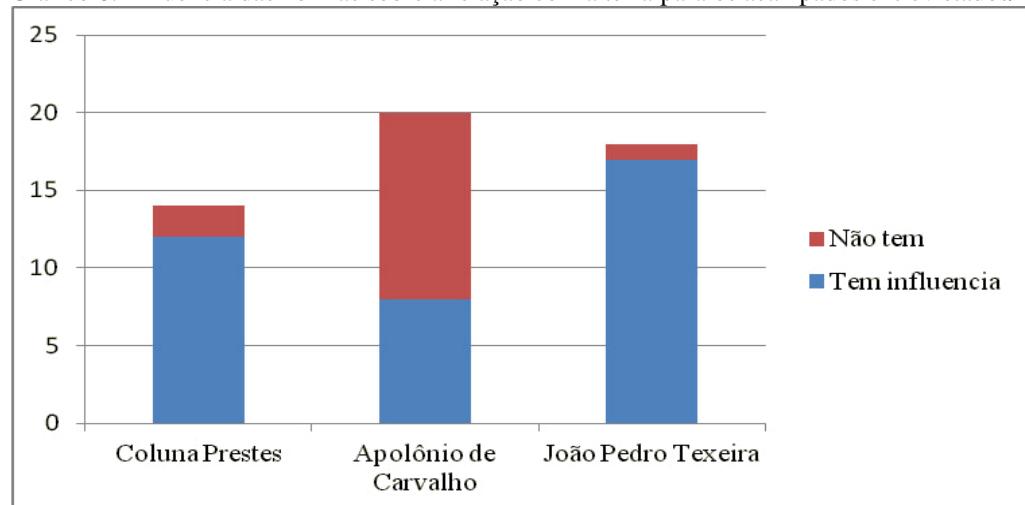
As coordenações locais das famílias (dos dois acampamentos) se dão basicamente de forma amistosa, sem imposição ou conflitos entre as coordenadoras e seus acampados. Contudo, no Apolônio de Carvalho perceberam-se desarmonias entre as famílias. Deste modo, os problemas enfrentados no Coluna Prestes é o uso de álcool e as fofocas. Já para o Apolônio e João Pedro é a falta de água e de energia, e, a desunião. Assim, podemos inferir que os problemas estruturais estão diretamente relacionados à condição socioambiental, uma vez os acampados do Coluna Prestes indicaram problemas de convivência presentes nos outros acampamentos, já que a estrutura do seu acampamento é mais adequado. Já os outros dois em piores condições enunciaram primeiramente os problemas da estrutura física como falta de água e energia.

Outra questão que merece destaque comparativo é se a relação dos sujeitos com a terra está associada com as normas. Os membros do CP dizem que ficar no acampamento é para cuidar da terra, e, isso faz com que eles aprendam técnicas de manejo das atividades agrícolas. Do mesmo modo os acampados do JPT relatam que as normas influenciam na sua relação com a terra, pois fazem com que as pessoas plantem e não impedem os sujeitos de desenvolverem outras atividades remuneradas fora do acampamento.

No entanto, para os acampados do AC as normas não influenciam na aprendizagem do cultivo da terra, uma vez que não se pode formar a classe de trabalhador agricultor. Portanto, a existência da norma para cultivar os terrenos no acampamento, não faz com que os acampados plantem, já que a agricultura faz parte das suas histórias de vidas, conhecem as técnicas adequadas e plantam por que gostam da atividade.

Neste sentido, as compreensões dos sujeitos mostraram-se distintas sobre qual a influencia das normas para o desenvolvimento das atividades agrícolas, como pode-se observar no gráfico 06.

Gráfico 6: Influencia das normas sobre a relação com a terra para os acampados entrevistados/2015.



Fonte: pesquisa, 2015.

O Gráfico 06 mostra que no Coluna Prestes e João Pedro Teixeira as pessoas declaram que as normas influenciam no desenvolvimento da atividade agrícola. Esta relação pode estar atrelada a informação de que existe uma “triagem”, ou seja, uma seleção dos acampados que serão escolhidos para serem assentados. Neste sentido o período vivenciado no acampamento serve como mecanismo de teste, para provar que os sujeitos são capazes de produzir e se manter da terra (HONÓRIO, 2005).

No que se refere à orientação das famílias sobre quais órgãos auxiliam no acampamento, os representantes do CP pareciam não saber responder ao certo quem mantém contato com o local e o que fazem. Entretanto foi citado que o INCRA faz reuniões para falar sobre as obrigações do acampado; a prefeitura municipal cedia transporte para as mobilizações; e o sindicato rural é representado por João Daniel e Nilton, no entanto não foram apresentadas as atribuições desses dois sujeitos.

Para o JTP e o AC, o INCRA realiza palestras, dá cesta básica e faz o serviço burocrático no processo de tramitação para a desapropriação das terras; e, o MST auxilia o movimento organizando as pessoas para a reforma agrária, ajudando a conseguir a terra. Assim, os acampados não se consideram militantes do MST, uma vez que o acampamento é um meio para se atingir a terra.

O INCRA é a autarquia responsável pelo processo de regularização dos acampamentos. No entanto, os acampados não conseguem distinguir até que ponto chega à responsabilidade do órgão para com o local e com as famílias. A função de organizar o acampamento e desapropriar terras parece estar desvinculada da intermediação entre o MST e

o governo. Assim o MST representa o movimento que dá visibilidade às famílias acampadas, organizando as pessoas para ocupações, manifestações e para o cadastro junto ao INCRA, no entanto, não é comum pessoas acampadas se autoidentificarem como militantes do movimento.

Logo, percebe-se que os acampados sabem a importância do INCRA como agente mediador dos conflitos agrários. Em que 99 % dos sujeitos entrevistados disseram ser importante o envolvimento da autarquia com o acampamento, uma vez que impulsiona a luta, orienta as pessoas e intermédia os conflitos internos e externos, senão vejamos:

Ele (INCRA) faz parte disso, orienta. Diz como é que tem que ser [...] Existe a peneira (filtra as pessoas que têm mais chance de assentar-se de acordo com as exigências) (ac17, 2015).

O INCRA da força agente por que precisamos dele pra dizer o que tem que fazer (ac18, 2015).

Se ele não apoiassem não saberia onde e como ficar. Se não fosse o INCRA por nós, agente ia fazer o que? Somos peixe pequeno (ac19, 2015).

Apesar de somente 1 (um) entrevistado não saber alegar a importância de tal órgão para acampamento, uma vez que não sabia ao certo a sua função, o INCRA teve grande índice de aceitação pelos acampados, devido sua crucial funcionalidade para mediar e fortalecer a esperança por terra. Entretanto, o MST enquanto movimento social apareceu como agente externo as famílias que se encontram acampadas. Uma vez que as pessoas não se autodenominam como militantes do MST, apesar de participarem das passeatas e mobilizações usando os símbolos (camisas, bonés e bandeiras) que propagam a ideologia do movimento. De tal modo, a vida no acampamento não significa a vida na militância, uma vez que a adesão ao movimento antecede a conquista da terra (MURITIBA *et al.*, 2007).

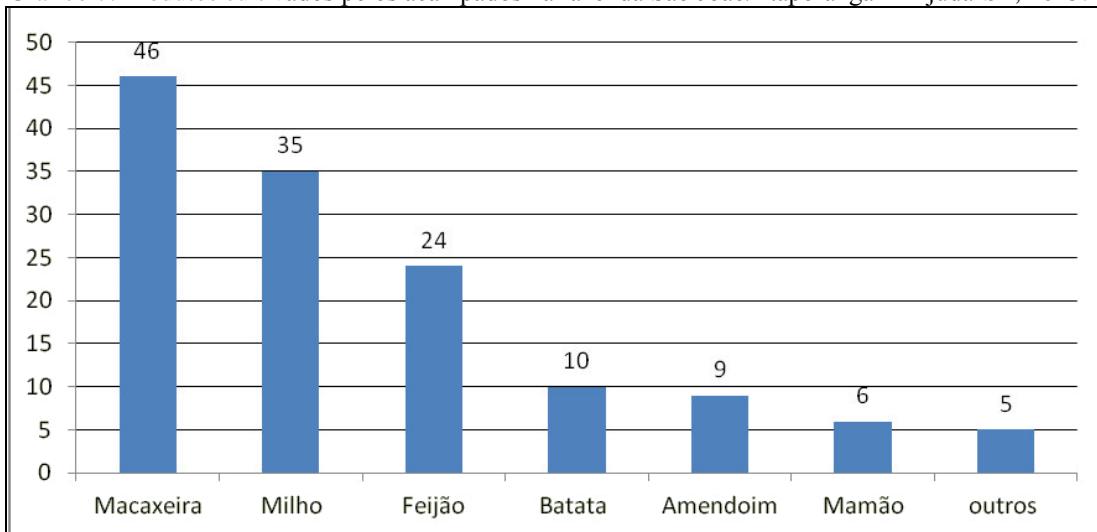
4.4 O Território Acampado: O *lócus* chamado Fazenda São João

O fragmento de 300 tarefas da fazenda São João em Itaporanga D’Ajuda é o *locus* para formação dos três acampamentos rurais estudados. O primeiro (Coluna Prestes) formado há aproximadamente 14 anos demonstra que a espera pelo assentamento é uma realidade que tem se prolongado por muitos tempo. Contudo, o período de estadia no local destoa do que determina a constituição brasileira (OLIVEIRA, 2008).

Neste sentido, os acampamentos estão tornando-se uma espécie de “bolha” se inflamando progressivamente com a entrada de pessoas. Deste modo, a fronteira estabelecida por cerca de arames não possibilita a ampliação da área do acampamento. Isto faz com que haja o desmembramento do espaço territorial disponibilizado como “ponto de apoio²⁹”, ou seja, ocorre o aumento populacional no acampamento, contudo as pessoas já acampadas precisam ceder uma parte do terreno para que o outro “companheiro” possa acampar. Neste sentido, o desenvolvimento das atividades agrícolas é prejudicado pelo tamanho dos terrenos, já que ficam cada vez menores.

Do mesmo modo, não há disponibilidade de terras suficientes para cultivos de grande porte, fazendo com que exista uma espécie de padronização dos produtos cultivados no local, a saber: macaxeira, milho, feijão, batata, entre outros alimentos de fácil colheita (Figura 07). Esses tipos de alimentos são cultivados devido a influencia dos colegas, facilidade de cultivo no espaço pequeno e as condições de clima com temperaturas geralmente altas, que refletem o saber camponês³⁰.

Gráfico 7: Produtos cultivados pelos acampados na fazenda São João/ Itaporanga D’Ajuda-SE, 2015.



Fonte: pesquisa, 2015.

Dentre os produtos apresentados no gráfico 07 a macaxeira é o mais plantado, haja vista que o seu cultivo não requer tantos cuidados, servindo como alimento diário e como mercadoria para a comercialização. O milho e o feijão também são alimentos cultivados corriqueiramente. Os outros produtos (batata, amendoim, mamão, iame, hortaliças, maxixe,

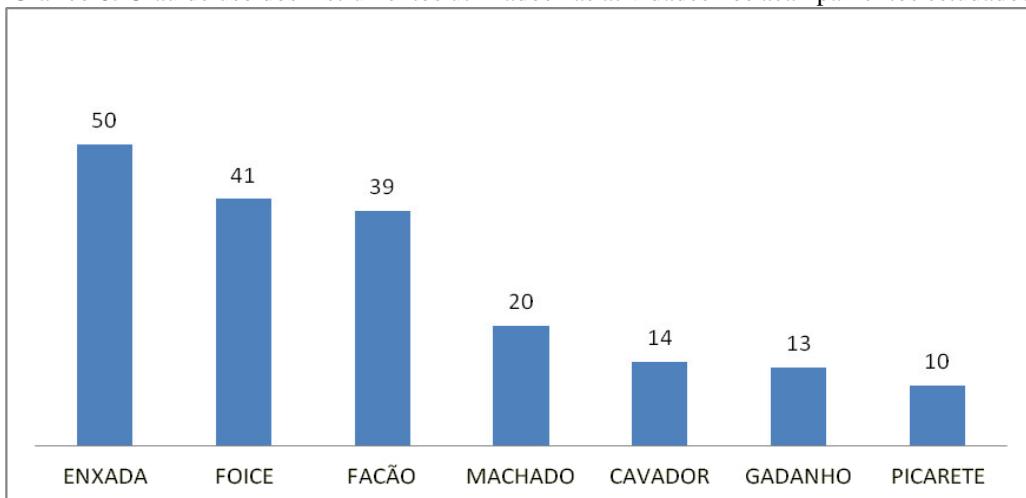
²⁹ Ponto de apoio ou ponte de paio é o espaço parcial ou total de uma fazenda que serve como lugar para formação dos acampamentos rurais, de modo que não haja conflito na terra.

³⁰ O saber camponês é representado pelo personagem do matuto que supera o pensamento formalizado e matemático com criatividade e astúcia, exercendo em seu “saber-fazer” uma inversão de posições que caracteriza a carnavalesca (MORAES, 2012).

abóbora, entre outros produtos) aparecem em menor proporção por conta da indisponibilidade de terreno para diversificação das atividades agrícolas. Vale ressaltar que todos os alimentos são produzidos com base na agricultura orgânica, ou seja, sem uso de agrotóxicos ou fertilizantes industriais.

Para execução das atividades agrícolas são utilizados instrumentos “rudimentares” ou manuais como enxada, foice, facão, machado, entre outros. No Gráfico 08 podemos observar o nível de uso de cada instrumento.

Gráfico 8: Grau de uso dos instrumentos utilizados nas atividades nos acampamentos estudados.



Fonte: PESSOA, 2015.

Estes equipamentos são à base de todas as atividades desenvolvidas no acampamento. Seja para o cultivo agrícola, construção de barracas, demarcação de “quintais” ou roça, retirada de madeira para o uso do fogão a lenha, entre outras atividades.

A compactação das famílias nessa área fez com que não houvesse um ordenamento lógico das barracas. Assim, não se consegue distinguir aonde começa um acampamento e termina o outro, de modo que existe uma teia de barracas com famílias mantendo relações de convívio sem um critério de organização padrão ou linear.

O território acampado foi fragmentado por denominações, ou seja, simbolicamente para fins administrativos. Contudo, o local se homogeneiza enquanto espaço físico ou território concreto, uma vez que as relações, dificuldades e desafios são os mesmos para se tornarem assentados.

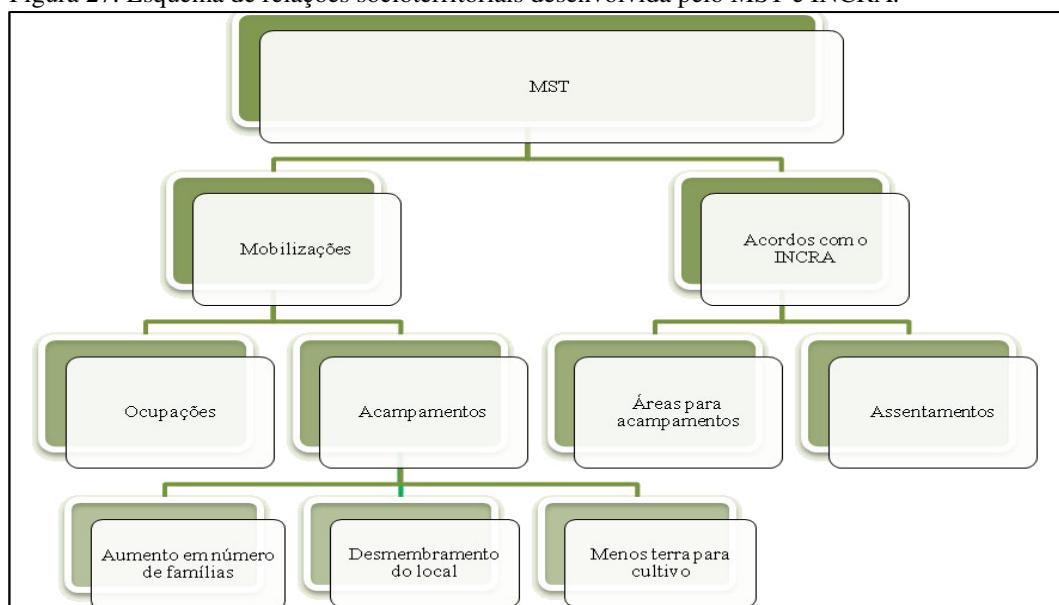
Esse entrelaçado de barracas e famílias, sem um critério linear de organização fortalece os hábitos coletivos, contudo, pode ocasionar tensões entre as lideranças locais e entre os próprios acampados. Já que a não demarcação física de cada território, faz com que os sujeitos desenvolvam ações de intervenção no espaço territorial do outro. No entanto, as

lideranças defendem essa ideia de fragmentação para melhor coordenação. Logo, Sousa (2009) enfatiza que:

Um acampamento pode ser extinto não apenas por se transformar em pré-assentamento ou assentamento, mas por diversos motivos que fazem parte das estratégias de luta e organização dos movimentos sociais envolvidos. Como por exemplo, pode ser citada a junção com outro acampamento a depender da necessidade de fortalecimento da luta e da pressão próximo a outros imóveis (SOUZA, 2009, p. 172).

Neste ínterim, a formação dos acampamentos se encontra em um emaranhado de ações (Figura 27) que levam a desapropriação de terras e a consolidação do assentamento.

Figura 27: Esquema de relações socioterritoriais desenvolvida pelo MST e INCRA.



Fonte: PESSOA, 2015.

Assim, o MST enquanto mediador político, ideológico e socioterritorial utiliza-se de estratégias de planejamento para mobilização das pessoas a aderirem ao movimento em consonância com “acordos” verbais com o INCRA para “legalização” dos acampamentos e desapropriação de terras para se tornarem assentamentos. Após, a ocupação é formado o acampamento, em que as famílias serão cadastradas pelo INCRA como público demandante por terra do município.

Neste processo de tramitação, o número de pessoas aumenta no acampamento com o passar dos anos, fazendo com que os terrenos sejam desmembrados, e, consequentemente, aja menos terra a ser cultivada, já que não há possibilidade de expansão da área destinada aos acampamentos devido à fronteira imposta por cercas de arames e madeira (Figura 28) entre o fragmento do acampamento e o restante da fazenda. Neste sentido, o aumento de famílias acampadas no local significa a compactação dos terrenos.

Figura 28: Entrada da área do acampamento Coluna Prestes na Fazenda São João.



Fonte: PESSOA, 2015.

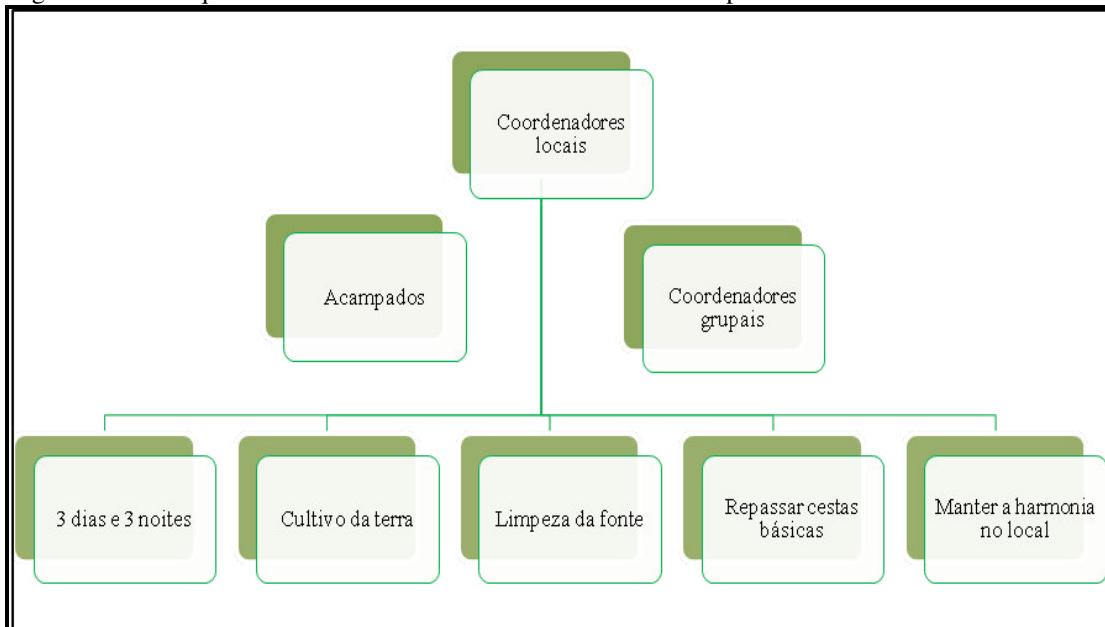
Os acampamentos têm aumentado o número de famílias pela morosidade da resolução do problema fundiário e pela mística³¹ do movimento. Neste ínterim, percebeu-se em uma reunião que os hinos e discursos políticos visam animar os “militantes” para que não desistam da luta (TURATTI, 1999). E, consequentemente o MST tem feito também acordos com o INCRA e os donos de terras para alocar famílias em áreas “cedidas” que servem como ponto de apoio até que elas possam ser assentadas. Desta forma, não houve conflito para formação e manutenção dos acampamentos na fazenda, fazendo com que se aliente a sensação de “paz” no local, o que convém a perpetuação dos acampamentos por anos.

No acampamento a organização é de responsabilidade dos coordenadores locais, que são pessoas acampadas indicadas pelo MST ou eleitas pelos seus pares para liderar os demais. Essas coordenações têm a função de fiscalizar se as atividades estão sendo cumpridas e disponibilizar a lista de frequência para assinatura nos três dias.

O não cumprimento das “normas” pode acarretar na expulsão do acampamento, daí decorre a função dos coordenadores grupais que lidam diretamente com os sujeitos acampados, servindo de auxílio para os coordenadores locais (Figura 29). Por fim, essas informações são repassadas ao coordenador regional do MST.

³¹ A mística desenvolvida pelo MST é um instrumento ritualístico de caráter político-ideológico que ocorre, principalmente nos encontros, seminários, aulas e eventos de natureza aglutinadora de sujeitos, que são instigados a refletir sobre situações e ações que ocorrem, servindo como exercício reflexivo, com vistas a propor ações planejadas objetivando sensibilizar e formar sujeitos sociais aptos a reivindicar direitos, assim como, instigá-los ao cumprimento de deveres que estão entrelaçados à participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST (CARVALHO, 2013).

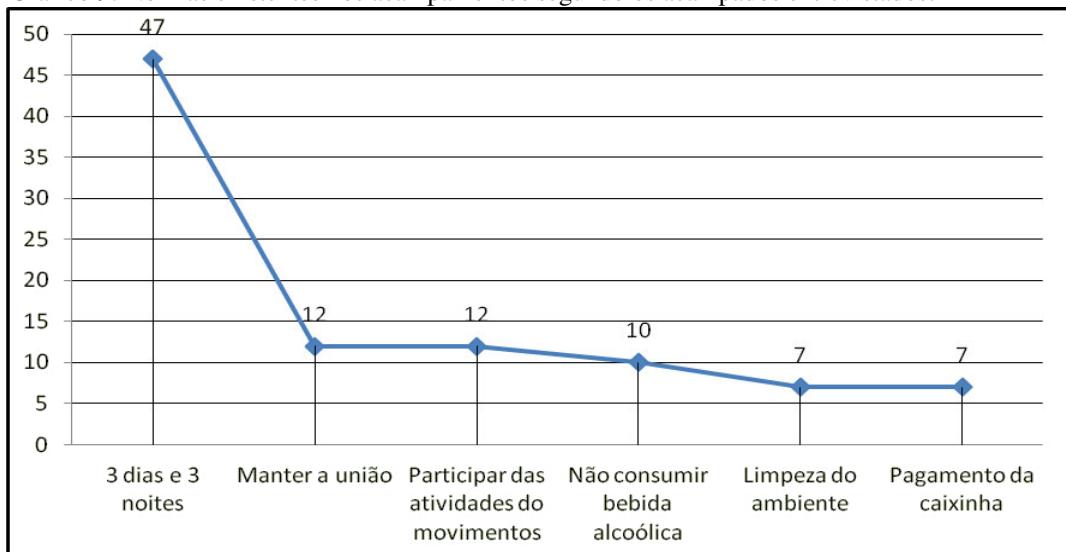
Figura 29: Hierarquia local e as atividades desenvolvidas nos acampamentos estudados.



Fonte: PESSOA, 2015.

Essa hierarquização serve como instrumento para manter a organização local. Ressalta-se que as principais normas para permanecer acampado são: ficar ao menos três dias com três noites no acampamento; produzir na terra; fazer a limpeza da fonte (parte do rio que serve para abastecimento manual do acampamento); manter-se em harmonia com os companheiros; participar das manifestações públicas; não consumir bebida alcoólica; manter o ambiente limpo e pagar a caixinha como podemos visualizar no Gráfico 09:

Gráfico 9: Normas existentes nos acampamentos segundo os acampados entrevistados.



Fonte: PESSOA, 2015.

O gráfico 09 demonstra que permanecer três dias no acampamento é a principal norma, uma vez que cerca de 90% dos acampados enunciaram-na como regra básica a ser

cumprida. Já evitar conflitos entre os “companheiros” (manter a união); participar das manifestações de rua do movimento; não consumir bebida alcoólica e fazer a limpeza da fonte (caixa de tijolos construída no curso do córrego que serve para armazenar água para beber) são normas de conhecimento dos acampados, mas são também às de maior dificuldade de consolidação.

No entanto, entre todas as normas citadas a cobrança da “caixinha” que é o pagamento de cinco reais mensalmente (para subsidiar gastos não declarados do movimento) parece ser a regra que mais incomoda as pessoas, uma vez que elas não sabem ao certo para que servirá a aplicação deste valor.

Deste modo, no acampamento os sujeitos parecem ter consciência do seu papel enquanto acampado (cumprimento de tarefas e normas), e a sua condição social (sem terra), como podemos perceber nas falas ao definir o sujeito acampado:

É estar aqui cumprindo a minha norma e participando da atividade do movimento (ac20, 2015)

As pessoas menos favorecidas nos planos dos governos, saindo do estado de miséria e conseguindo através da terra atingir a autossuficiência (ac21, 2015)

É vim pra um lugar invadido, com normas e espaço pra plantar: ser sem terra é ser guerreiro ter sangue no olho mesmo (ac22, 2015)

As falas acima demonstram a determinação dos sujeitos em detrimento da possibilidade de viver no campo. Ser acampado é ser agricultor que precisa cumprir normas, viver em um lugar incerto, vivendo uma luta acirrada para mostrar que é um cidadão de bem, um território de conflitos, sem grandes expectativas para o desenvolvimento local devido o espaço ser pequeno e ser um lugar incerto. Deste modo, as atividades agrícolas parecem ser o ponto chave para continuar acampado.

No que se refere aos requisitos exigidos para ser assentado, os sujeitos que não os atendem parecem ter consciência da possibilidade de nunca serem contemplados com a posse da terra. Desta forma, são orientados a cadastrar outra pessoa da família junto ao INCRA, ou a ficar no acampamento como acampado (os normistas), uma vez que os mesmos disseram ter clareza da sua condição, contudo continuam no lugar por que já se acostumaram com a vida.

4.5. Acampamento rural ou “assentamentos não legalizados”?

A origem da palavra acampamento denota a ideia de fluidez, uma vez sua etimologia deriva do latim *campus*, o que significa “área cercada” por obstáculos naturais como bosques e colinas, sendo utilizado para o lazer e sintonia das pessoas com a natureza (TILLQUIST, 2013). Deste modo, percebe-se que na sua gênese a construção da palavra acampamento sinaliza a condição momentânea dos sujeitos, não diferente disto os acampamentos rurais foram criados para representar a situação inicial dos movimentos sociais em prol da justa distribuição de terras e igualdade social.

Assim, o acampamento rural é uma “área ocupada por famílias que aguardam ser assentadas” (INCRA, 2015). Portanto, em princípio essa organização social pretende manter famílias vivendo em condições de agricultoras por um tempo indeterminado aguardando a efetivação da política Nacional de Reforma Agrária. Embora, esse conjunto de medidas tente democratizar o acesso a terra não preconiza o tempo máximo de formação dos acampamentos.

O PNRA discorre que poderá ser assentado qualquer brasileiro nato ou naturalizado, que tenha mais de 18 anos de idade, com experiência em atividades agrícolas e ter renda mensal de até três salários mínimos (INCRA, 2015). O programa também estabelece critérios que excluem os sujeitos de serem assentados tais como:

1. For servidor público em qualquer esfera (federal, estadual ou municipal), incluindo seus cônjuges;
2. Agricultor com renda familiar superior a três salários mínimos que não seja de atividade rural;
3. Proprietário, sócio ou acionista de estabelecimento comercial e seus cônjuges;
4. Proprietários rurais com área maior que um módulo fiscal;
5. Portadores de deficiência física ou mental que impeça o desenvolvimento de atividades rurais;
6. Estrangeiros não naturalizados;
7. Aposentados por invalidez;
8. Condenados pela justiça com sentença definitiva;

9. Ex-beneficiários do programa de Reforma agrária e seus companheiros (INCRA/SE, 2015).

Essas medidas bloqueiam a esperança de algumas pessoas em ser assentadas, pois impossibilita o agricultor aposentado por idade com renda de um salário mínimo, filhos de assentados e servidores públicos (mesmo que com renda inferior a três salários mínimos) de serem contemplados com um lote no assentamento. Deste modo, algumas pessoas tentam “burlar” a legislação, cadastrando outro membro da família junto ao INCRA como acampado. Desta forma, existe uma dualidade de informações entre quem é o acampado, ao passo que quem permanece no acampamento durante os dias estipulados são as pessoas que têm interesse de serem assentadas - os sujeitos são classificados como Normistas³². Uma vez que são eles quem cumprem as normas, no entanto, é a pessoa cadastrada junto ao INCRA que tem o direito a terra.

Nos três acampamentos encontrou-se essa realidade, ao passo que entre os sete normistas identificados apareceram as seguintes características: dois são aposentados por invalidez, um é funcionário público e um ex-beneficiário de programa de reforma agrária. Também foram encontrados três casos em que os normistas permanecem acampados enquanto o companheiro ou filho trabalha fora do acampamento.

Para se tornar acampado os sujeitos devem se cadastram no Cadastro Único, também conhecido como *cad único*, posteriormente montar barraca e viver a maior parte do tempo no acampamento. Desta forma o INCRA reconhece o local como acampamento (ouvidor do INCRA, 2015).

O *cad único* é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, ou seja, são famílias com renda igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar mensal de até três salários mínimos (MDS, 2015). Esse cadastro é utilizado também como parâmetro para recebimento do Bolsa família.

Neste cenário acontecem reuniões mensais com o representante regional do MST, que instigam as pessoas a se manterem acampadas e participando das mobilizações, além de tentar resolver intrigas internas.

Para os acampados as reuniões são sinônimos de “falácia”, sem expectativa de empoderamento dos sujeitos, ao passo que são colocados pontos sempre controladores como:

³² são pessoas que ficam acampadas cumprindo as supracitadas normas no lugar de outras pessoas cadastradas junto ao INCRA.

a organização do acampamento, ...as terras que serão desapropriadas, ..."direitos" e deveres do acampado (ac23, 2015)

sempre a mesma coisa: que a terra ta pra sair, que é pra se organizar, participar das passeatas (ac24, 2015)

quem leva agente pra terra é agente mesmo cumprindo nossas atividades (ac25, 2015)

Desse modo, reforçamos que às reuniões são condicionadas a instigar as pessoas a permanecer no acampamento adotando as regras do movimento. Entretanto, a demora em tornar-se assentado tem feito com que os sujeitos façam dos acampamentos rurais uma espécie de pré-assentamento. Uma vez que quando os acampados conseguem fixar-se em uma área e começam a negociar com o Governo a desapropriação da mesma ou de outra área, o acampamento torna-se pré-assentamento (BRASIL, 2015). Neste local são desenvolvidas atividades, principalmente de manejo da terra, com base na agricultura orgânica e de subsistência.

O tempo incerto de tal condição contribui para que exista uma predisposição dos acampados em fazer do acampamento um local fixo de moradia, desenvolvendo hábitos de comunidades tradicionais, ao passo que as suas perspectivas para quando forem assentados não difere do modo de vida adotado no acampamento. Assim, as pessoas argumentaram ter a pretensão de continuar com as plantações e criação de animais quando forem assentadas, apesar de não terem a expectativa exata de quando isso será possível.

Reforça-se ainda que a adaptação das pessoas ao lugar seja suscitada pela incerteza do tempo como acampado, que tem sua demora associada a vários fatores, entre eles a não adequação aos critérios preestabelecidos pelo INCRA e/o pelo MST. O que pode impossibilitar a inserção dos sujeitos na política de reforma agrária.

Desta forma, a insistência das famílias em continuarem acampadas mesmo sabendo que não se enquadram segundo a legislação brasileira no perfil do assentado, corrobora para que o acampamento se torne assentamentos não legalizados, ou seja, é assumida a responsabilidade pelo próprio acampado de permanecer no local, enquanto ele existir, uma vez que eles não são obrigados a deixar o acampamento por não atender aos requisitos.

O ouvidor do INCRA explica que o objetivo do órgão é esclarecer os procedimentos institucionais para a desapropriação e a efetivação do assentamento, assim como tentar solucionar os conflitos entre os membros do acampamento e responder as pautas específicas solicitadas pelo MST. Deste modo a autarquia não se responsabiliza por informar ao

acampado que ele não atende aos critérios para ser assentado, isto é de responsabilidade do movimento.

Neste enredo a “ilegalidade” quanto ao direito a terra, faz com que as políticas públicas designadas aos acampamentos se restrinjam ao recebimento de pequenas “assistências” tais como o fornecimento de cestas básicas³³ e lona (OUVIDOR/INCRA, 2015). Entanto, essas iniciativas são consideradas incipientes, uma vez que a distribuição das cestas básicas não acontece com regularidade mensal, segundo as famílias ela é disponibilizada a cada três ou seis meses, ou seja, de duas a quatro vezes por ano.

Os acampados admitem receber um “apoio” do governo para se manter no local, que é o fornecimento das cestas básicas. Contudo, no que se refere às lonas para montagem das barracas os mesmos disseram que nunca são entregues. Logo, os candidatos ao acampamento devem comprar os barracos já prontos de outro sujeito desistente, ou construir o seu próprio, desde que adquira todo o material necessário (lona, madeira, prego, entre outros).

4.6. O lugar e o não-lugar: as implicações na vida dos sujeitos por baixo das lonas pretas

O fluxo de pessoas entre o município de Itaporanga D’Ajuda (local dos acampamentos) e os municípios vizinhos (local de moradia), está consolidado nos itinerários semanais realizados pelos acampados que aportam o rodízio de estadia no acampamento. Porém é possível encontrar acampados que moram no acampamento, ainda que em número reduzido (onze).

Essa fluidez do deslocamento intermunicipal suscita que o local pode ser visualizado sobre dois prismas: O lugar e o não-lugar.

1º- Lugar é morada ou residência fixa- já que nos últimos anos as pessoas têm se mantido por muito tempo no local criando assim laços de pertencimento. Ao passo que ocorrem situações em que os acampados denotam ao acampamento o endereço para correspondência ou referência de localização, sobretudo para os atendimentos ocorridos nos setores públicos (posto de saúde, escolas, prefeitura, etc.) ou privados (bancos, lojas, entre outros) de Itaporanga D’Ajuda.

³³ A cesta básica contém alimentos oriundos da “empresa produtos da terra (movimento dos trabalhadores rurais sem terra)”, contendo 10 kg de arroz, 5 kg de feijão, 1 pacote de macarrão, 1 kg de leite em pó, 2 kg de farinha, 2 kg de açúcar, 2 latas de óleo e 1 kg de fubá.

2º- O não-lugar apresenta-se como o local de passagem- de modo que os sujeitos não criam vínculo afetivo com o lugar. Assim o acampamento passa a ser apenas o local de passagem para se chegar a um determinado fim, não havendo expectativas futuras dos acampados para melhorar a sua qualidade de vida.

Os acampamentos Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho se caracterizam como não-lugares no que se refere a falta de localização ou georreferenciamento da área ocupada, uma vez que não existe um mapeamento que identifique a sua localização entre os acampamentos do estado de Sergipe (que se tenha conhecimento). Isto coloca os sujeitos em um estado de exceção social, ou seja, “a localização se torna não localizável, não determinada espacialmente” (AZEVEDO, 2014, p. 25).

Ainda, podemos discorrer que o não-lugar se reproduz como o “não-lugar absoluto” a medida que a ausência da lei coloca os sujeitos acampados em estado de exceção, ou seja, não há iniciativas políticas que ampare a melhoria das condições de vida das famílias acampadas, fazendo do acampamento um território desconhecido e não delimitável (AZEVEDO, 2014).

Deste modo, o não-lugar se apresenta também sobre a ótica da não identidade do sujeito com o espaço o qual está inserido, já que o local não representa seu espaço acabado, e, sim o ambiente propício para se alcançar determinado fim material (LEITE, 1998).

Para o turismo o não-lugar se materializa onde as relações humanas acontecem, estando relacionado ao espaço transitório, em que o local apresenta um determinado objetivo, como: comércio, transporte e lazer (AUGÉ, 1994). Neste aspecto, em alguns momentos o desenvolvimento de atividades não agrícolas (comércio de carnes, roupas e alimentos) nos três acampamentos pode caracterizar que os sujeitos têm fins específicos que não a vida da agricultura.

Contudo, o processo de reforma agrária preconiza o desenvolvimento sustentável, e, para tanto combate a pobreza por meio da geração de renda enquanto mecanismo essencial à vida humana. Como já retratado anteriormente, os acampados buscam formas para se manter da melhor maneira possível no acampamento, e, portanto, as atividades comerciais proporcionam a subsistência local.

Assim, compreender o lugar é considerá-lo não como uma soma de objetos que se apresentam, mas sim entendê-lo como um sistema de relações: objetivo/subjetivo, aparência/essência, mediato/imediato, real/simbólico (MOREIRA; HESPAÑOL, 2007). Desse modo, presenciou-se na fazenda São João, cenários dicotômicos tais como: o novo

(normas do acampamento) e o velho (mística do movimento); o tradicional (práticas camponesas de cultivo da terra) e o moderno (ficar três dias no acampamento), enfim, mudanças e permanências.

Neste sentido, o acampamento passa a se constituir como um espaço relacional, que desenvolve relações sociais e ambientais (a qual será abordada no próximo tópico). Na perspectiva social entende-se que são criados laços de pertencimento a determinado grupo por meio das relações de parentesco e vizinhança, uma vez que 100% dos acampados entrevistados expuseram se sentirem bem no local. Para tanto proferiram que viver no acampamento é:

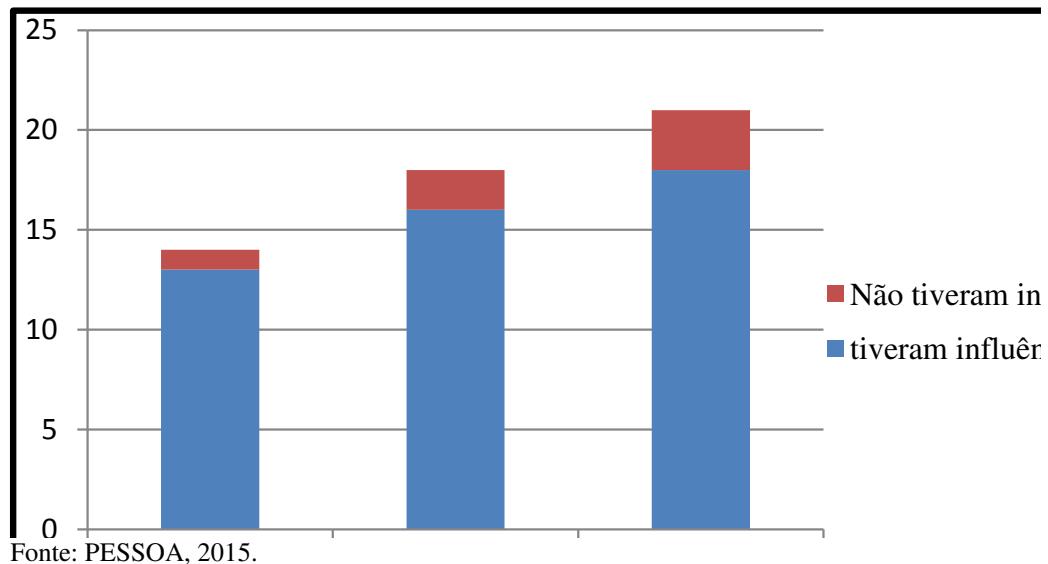
Viver em comunidade, estar em família, todos somos companheiros (ac26, 2015).

Aqui todo mundo é igual. [...] é um por todos e todos por um (ac27, 2015).

É viver em harmonia e aprender com as outras pessoas [...] buscar paz e união entre os companheiros (ac28, 2015).

Embora, a agricultura signifique atividade obrigatória para o local 94%, os acampados ressaltam que a relação com a terra advém da herança familiar (Gráfico 10). Isto posto, retomamos a ideia de que o acampamento representa a volta do homem para o campo e as suas origens haja vista que os pais ou avós são ou já foram agricultores.

Gráfico 10: Influencia familiar nas atividades agrícolas dos acampados na fazenda São João/ Acampamento.



Consequentemente, apesar do acampamento rural se configurar como a materialização da “ação rebelde”. O lugar é constituído pela identidade dos sujeitos que representam a luta social por transformações de acesso a terra. Moura (1986) descreve que o sujeito camponês

procura possibilidades de efetivação do “legalismo camponês”, ou seja, o homem do campo luta para ser visto como tal na sociedade.

Pois o acampado é, enquanto movimento social:

Uma categoria utilizada com múltiplos sentidos e significados, da identidade jurídica à identidade cultural; da identidade formada por características dos atores a identidades criadas em processos relacionais e estimuladas por políticas públicas que normatizam regras de pertencimento; identidades políticas/nacionais se cruzam com pertencimentos étnicos, religiosos e culturais. Identidade é vista como força e resistência, assim como fonte de conflitos, é também elemento de construção e de emancipações (GOHN, 2009, p. 45-46).

A ação coletiva dos acampados pode se refletir como estratégia para o alcance do ideal particular de cada sujeito - a terra, ao passo que se manter na luta faz acender a esperança de um futuro melhor, em que a identidade do sujeito é revelada pela externalização de suas práticas individuais e coletivas.

4.7 (RE) construção do cenário socioambiental dos acampamentos na fazenda São João

O cenário socioambiental dos acampados pode ser percebido sob diferentes primas. Esse estudo adota o socioambientalismo como construto teórico, entendendo que as comunidades tradicionais devem ser inseridas no processo de análise das relações socioambientais, uma vez que são detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo dos recursos naturais (SILVA, 2008). Nesse contexto, os acampados são considerados populações tradicionais, uma vez que são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 1).

Assim apesar da estrutura do acampamento não proporcionar uma forma adequada de atuação dos sujeitos sobre o ambiente, pois é priorizada a sobrevivência humana, podemos visualizar algumas práticas consideradas sustentáveis. A conservação da área de APP e a plantação de alimentos sem uso de agrotóxico com base na agroecologia são exemplos desta prática.

Os acampados vivem a condição de agricultor familiar, e, portanto segundo a lei 12.651/2012 no seu capítulo XII discorre que é permitida a utilização com manejo eventual da

Área de Preservação Permanente- APP, desde que não haja propósito comercial (BRASIL, 2012).

Assim, a mesma lei que ampara o uso sustentável da vegetação atendendo aos princípios de “[...] uso no próprio imóvel de lenha ou madeira serrada destinada a benfeitorias [...] e, nas propriedades e posses rurais, em quantidade não superior ao estipulado no artigo”. Desta forma as famílias são desobrigadas da reposição florestal se a matéria-prima for utilizada em benefício próprio (BRASIL, 2012, cap. XI).

Ao avaliar o estado da APP percebeu-se que há a conservação da mesma (Figura 30 e 31), uma vez que os acampados estão na situação de dependência dos recursos naturais, entre eles a vegetação e os recursos hídricos, fazendo com que as ações de uso sejam de menor impacto possível. Essa relação de cuidado com área de APP também é instigada pelos órgãos federais a exemplo do INCRA e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente/ IBAMA para não suprimir a vegetação no entorno do rio.

Figura 30: Trecho do córrego pertencente ao rio Vaza Barris que passa na área dos acampamentos.

Figura 31: Fonte de água utilizada para consumo dos acampados na fazenda São João/SE 2015.



Fonte: PESSOA, 2015.

A figura 30 demonstra que a vegetação às margens do córrego se encontra intacta. Já, a figura 31 aparece um solo desnudo nas proximidades da “fonte”. Contudo as análises do engenheiro florestal sobre as imagens 30 e 31, essa situação não se caracteriza necessariamente como impactante, pois a exposição do solo se dá pelo pisoteio das famílias para pegar água, e as árvores nativas se encontram ilesas.

Lima (1984) discorre que o homem faz parte de um sistema que necessita interagir com os outros elementos, e, para tanto necessita utilizar os espaços e os seus recursos ambientais disponíveis. Assim, essas populações tradicionais tem se destacado por adaptar-se aos fenômenos atuais e a precária presença de políticas públicas, de modo que a adaptação humana tem determinado o uso sustentável dos recursos naturais.

No que se refere à montagem das barracas próximas ao rio, o Código Florestal Brasileiro de 2012 designa que o raio da área destinada à preservação para cursos d'água com até cinco metros de largura, é de quinze metros de margem de cada lado (SANTOS, 2011). Desta forma, esse limite de margem é respeitado uma vez que as roças e barracos foram construídos à cerca de 50 metros de distância do rio.

A terra apresenta grande produtividade, com os terrenos (situados ao lado, no fundo ou na frente dos barracos) sempre plantados ou sendo preparados para tal fim (Figura 32 e 33).

Figura 32: Terrenos cultivados nos fundos dos barracos dos acampamentos AC e CP localizados na fazenda São João.



Fonte: PESSOA, 2015.

Deste modo estas práticas são consideradas sustentáveis socialmente, economicamente e ambientalmente. Socialmente por que possibilita a produção de alimentos livres de agrotóxicos para a subsistência das famílias e o desenvolvimento de atividades terapêuticas, já que de acordo com alguns informantes o manejo da terra os ajudam a se distrair dos problemas familiares, inclusive doenças como a depressão, como podemos perceber nas respostas dos sujeitos ao serem questionados por que plantam:

Eu planto por que busco qualidade de vida... tenho chance de plantar sem uso de agrotóxico. Tive depressão e aqui consegui sarar (ac. 29, 2015)

Por que são produtos naturais para subsistência, aqui me sinto sossegada, conquistei outra família. Tive depressão e aqui foi minha terapia. (ac. 30, 2015)

Faço roça de mandioca e verduras para o consumo, é bom por que não tem produtos tóxicos (ac. 31, 2015).

Os produtos mais cultivados no acampamento são à base da alimentação diária (macaxeira, milho, feijão, batata, entre outros), como discutida no Gráfico 07. Essas diversidades dos alimentos estão relacionadas ao padrão de consumo diário e as condições do clima e solo. Algumas fruteiras não são plantadas pelas dificuldades de acesso à água e o tempo longo para produção dos alimentos.

Assim, a produção massiva da macaxeira em todos os terrenos se dá pela fácil adaptação do produto a forte temperatura, não necessitando de irrigação diária. Isto representa não somente a garantia de consumo corriqueiro do alimento, mas uma alternativa econômica para complementação de renda de algumas famílias, que conseguem vender o produto na feira livre, situada no centro da cidade de Itaporanga D'Ajuda. Podendo, ainda ser vendida aos vizinhos das suas casas, como ressaltado pelos acampados:

[...] agente fica direto aqui e as outras plantações precisam de água diária (ac. 32, 2015)

Para não comprar eu planto pra comer e vender (ac. 33, 2015)

As macaxeiras são pra vender, é o produto mais vendável, e o resto pra consumo próprio (ac. 34, 2015).

Dentro dessa perspectiva, alguns acampados ainda revelam almejar melhorias para o acampamento, incluindo outras atividades que gerem renda para as famílias como: a construção de uma casa de farinha, projetos de irrigação para cultivo de frutas e verduras, criação de animais (suínos e ovinos), além da implementação de água encanada e energia elétrica. Contudo, vale ressaltar que os desejos foram mencionados sem muita propriedade da sua consolidação, devido à situação de ilegalidade do acampamento. Se não vejamos as perspectivas dos acampados para o acampamento:

Queria fazer uma casa de farinha, mas não pode, por que aqui é provisório (ac.35, 2015);

[...] já tive, não tenho mais. Pensei em oficinas de pinturas de pano de prato e uma cooperativa de comidas derivadas de macaxeira (ac.36, 2015).

Só se expandisse o espaço, talvez, faria um criatório de galinhas (ac.37, 2015).

O assentamento parece ser sem dúvida o “ideal de futuro” para o desenvolvimento de ações que propiciem qualidade de vida para os acampados, daí decorre a ideia do trabalho como ação que significa a vida do homem, que foi elencado pelos acampados como objetivo central para quando forem assentados, como demonstrados nas falas a seguir:

Não sei quando irá sair. Um dia vai acontecer eu creio. Penso em ter de tudo um pouco da agricultura e criar animais de pequeno porte (ac.38, 2015)

Quando for assentado quero criar meu gado, plantar capim, plantar na roça, cuidar dos animais (ac.39, 2015)

Eu quero ficar nela e trabalhar pra melhorar a cada dia (ac.40, 2015).

As falas demonstram que os acampados não sabem ao certo quando iram ser assentados, no entanto planejam continuar com as atividades ligadas a terra como agricultura e, inserir a criação de animais no processo. É interessante destacar que retomar a vida de camponês pode possibilitar não somente a volta do homem ao campo, mas também da sua família, fazendo com que os saberes tradicionais sejam transmitidos como reforçado no relato: “Quero continuar trabalhando e trazer meus netos para o contato com a natureza” (ac.41, 2015).

No tocante ao aspecto ambiental, o conhecimento de como e onde se cultivar os produtos mostra um evidente saber camponês, que mantém uma preocupação com a conservação e preservação da vida e do ambiente. A variedade de cultivos no local também tem estreita ligação com o tipo de solo que é propício a plantação de vários produtos não somente alimentícios como também medicinais (erva cidreira, erva doce, anador, entre outros) e plantas ornamentais. Neste sentido, ainda existe a adubação orgânica, utilizando estrume (fezes de animais) e as folhas das próprias plantações para aumentar a fertilidade do solo.

Aliado ao tipo de solo, o regime hídrico presente no local determina a formação do acampamento e o desenvolvimento das atividades agrícolas. Ao passo que “A sustentabilidade ambiental requer que as populações tentem localizarem-se espacialmente próximas as suas atividades [...] Dessa forma, influem na estrutura social e nos padrões de comportamento da população” (GUARIM, 2000, p. 10).

Assim, percebemos que no inicio da ocupação na fazenda São João, os acampados praticavam o cultivo agrícola baseado somente na subsistência, hoje, a agricultura representa, além da subsistência, uma possibilidade de produção, qualidade de vida e interação com o meio ambiente.

Embora os acampamentos tenham sido construídos dentro de uma área de vegetação Atlântica, a qual não pode ser suprimida, percebeu-se em análises da ortofoto de 2002 (Figura 33) e imagens de satélites de 2014 (Figura 34) que não houve significativa supressão da vegetação com a formação dos acampamentos.

Figura 33: Ortofoto da área do acampamento X área da pedreira localizados na fazenda São João (2002).



Fonte: Observatório da SEPLANTEC, 2015.

Figura 34: Imagem de satélite da área do acampamento X área da pedreira localizados na fazenda São João (2015).



Fonte: Google Earth, 2015.

Observando, as imagens 33 e 34 percebe-se que houve supressão significativa da vegetação de 2002 a 2014 na pedreira situada ao lado do acampamento. Assim, os impactos

provenientes do desenvolvimento da pedreira não se restringem a supressão da vegetação e exposição do solo, haja vista que as atividades de explosão com uso de dinamites para desagregação das rochas calcárias, tem ocasionado além da poluição auditiva, a poluição do ar e temores no povoado água bonita, sobretudo no acampamento devido a sua proximidade. Apesar de esta questão existir à anos no local, somente um entrevistado apontou a presença da pedreira como um problema a ser enfrentado: “[...] a poluição do ar pela pedreira e o som das bombas pra destruir as pedras” (ac. 42, 2015).

Desta forma percebemos focos distintos sobre uso e apropriação dos recursos ambientais. Logo, podemos comprovar que os acampados mantém uma relação de conservação ambiental com base na sobrevivência. No entanto, o proprietário da pedreira detém práticas degradantes em detrimento do desenvolvimento econômico.

Apesar de estas questões permearem o acampamento, os sujeitos acampados não perceberam mudanças significativas na paisagem local, argumentando somente ter notado o crescimento quantitativo das barracas, com consequente aumento do número de pessoas acampadas e o uso de energia elétrica no local.

Embora as práticas sustentáveis tenha grande relevância para a sociedade contemporânea por buscar o equilíbrio ambiental, econômico e social, as práticas insustentáveis se apresentam com maior frequência, em que a insustentabilidade é entendida como o conjunto de práticas que alteram de forma negativa as condições do meio (COELHO, 2001).

Neste sentido, podemos considerar algumas práticas desenvolvidas no acampamento com características insustentáveis, ao passo que as atividades cotidianas como tomar banho, lavar pratos e roupas são realizadas de modo precário, em sua maioria às margens do córrego que atravessa a área do acampamento, desta forma, o uso de sabão altera as propriedades químicas da água do rio.

No trecho do rio Vaza Barris (identificado como córrego devido a sua estreita dimensão) foi construído um tanque (Figura 35) que serve para acumular água, de modo que as famílias possam carregar lá para os seus barracos para cozinhar, beber e irrigar a suas plantações. Esse reservatório contribui para o armazenamento da água em um determinado local, já que o fluxo do curso d’água é incipiente para abastecimento e consumo dos acampados, uma vez que é utilizado também para à lavagem de roupas e pratos, e para tomar banho.

Figura 35: Tanque para lavagem de roupa construído pelos acampados na fazenda São João.



Fonte: PESSOA, 2015.

Vale ressaltar que o trecho do córrego que é utilizado para essas atividades (lavar roupa, pratos e tomar banho) fica após a fonte utilizada como reservatório para o consumo direto (beber e cozinhar), já a água alterada fisico-quimicamente pelos produtos da higiene pessoal é utilizada na agricultura e nas atividades domésticas do barraco. De acordo com GRZEBIELUKA (2012) os impactos provenientes das práticas descritas acima são considerados de menor expressividade, haja vista que a população local apenas utiliza os recursos naturais para a sua sobrevivência, o que difere do uso desses bens para fins econômicos.

Entre os principais problemas enfrentados no acampamento a falta de água, ou a dificuldade de acesso a ela, tem feito com que ações emergenciais como a utilização da mesma no trecho do córrego, minimizem os desafios de carrega lá por longos espaços para o desenvolvimento das atividades cotidianas. Os relatos a seguir corroboram com a afirmativa, pois apontam os principais problemas enfrentados nos acampamentos como podemos verificar:

A água que é longe, o resto agente ta acostumado no duro... se acostuma! (ac. 43, 2015)

Quando chove a chuva enche os barracos... fica lama; a água é difícil... só tem duas fontes e são longe (ac.44, 2015)

A água é distante... por que no verão não da vencimento pra beber, tomar banho e as outras coisas (ac.45, 2015).

No acampamento foi possível visualizar a falta de infraestrutura e saneamento básico, ao passo que a população realiza suas necessidades fisiológicas em locais inapropriados como

buracos escavados no solo. Os orifícios são contornados por varas e lonas pretas, o qual se situa nos fundo dos barracos funcionando como uma espécie de “banheiro improvisado”, que disputa o espaço do terreno com as plantações.

A exposição dos excrementos ao ambiente propicia o acúmulo de vetores e doenças, comprometendo a salubridade ambiental e a saúde da população. Desta forma, as famílias são afetadas de diversas formas: seja pela presença de microrganismos patogênicos que podem penetrar nos acampados a partir do contato direto com o terreno; pela ingestão da água não tratada do rio ou pelo consumo de produtos que tiveram contato com o chorume.

Neste sentido podemos ponderar que existe baixa percepção de risco dos acampados sobre a sua condição de vulnerabilidade, uma vez que eles não conseguem visualizar como a sua saúde pode ser afetada pelas atividades cotidianas desenvolvidas. Assim como os acampados os catadores de recicláveis comumente não apresentam preocupação com os danos provocados à suas saúdes, uma vez que a atividade desenvolvida visa garantir a sua subsistência e promover sua inserção social e profissional (CARDOSO, 2009).

Deste modo, o risco é caracterizado como a possibilidade de ações e consequência ocasionadas pelos e para os sujeitos. A percepção de risco³⁴ foi caracterizada como heurística, haja vista que os indivíduos se utilizam de regras práticas para resolver problemas imediatos de forma que subestimam ou não tem conhecimento dos ricos (QUEIRÓS; VAZ; PALMA 2015).

Embora imperceptível pelos acampados, esse risco pode ser visualizada nas visitas *in loco*, associadas aos relatos que comprovam as múltiplas formas de adoecimento da população local. Desta forma existe uma estreita relação entre as ações humanas e a vulnerabilidade socioambiental dos acampados, a qual faz com que os sujeitos fiquem expostos a problemas de saúde tais como verminoses, bicho de porco e a dengue.

Ressalta-se que a falta de políticas públicas para os acampados (saúde, educação, infraestrutura, entre outras) abrem uma lacuna entre qualidade de vida e conservação do meio, embora os sujeitos em foco demonstrem tentar manter essa relação de equilíbrio com os recursos naturais.

³⁴ Os estudos acerca do risco e da percepção do risco têm sido desenvolvidos nas mais diversas áreas do conhecimento, das ciências ambientais às sociais, passando pelas ciências da saúde e a área financeira. Nesta multiplicidade de estudos, identificam-se algumas categorias diferentes de risco, ou seja, dependendo da abordagem define-se o enfoque do risco: risco ambiental, risco financeiro, risco sanitário, risco tecnológico, risco nuclear dentre outros (BANDEIRA *et al*, 2012).

4.7.1 Esquema socioambiental para potencializar a sustentabilidade nos acampamentos Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho.

A formação dos acampamentos rurais representa a mobilização dos trabalhadores rurais em prol de uma política de assentamento que possibilite a sustentabilidade socioambiental (SILVA *et al*, 2013). No entanto, o processo para se tornar assentado tem se perpetuado por muitos anos, fazendo com que os acampados convivam em meio a situações insalubres.

Nos três acampamentos rurais formados em um fragmento da fazenda São João, podemos perceber que as pessoas se encontram em situação de vulnerabilidade socioambiental, apresentando as seguintes características: famílias morando em barracos de lonas ou de barro, fazendo necessidades fisiológicas diretamente no solo, “poluindo o rio” com resíduos de água utilizada em serviços domésticos e a reutilização dos efluentes na irrigação dos produtos cultivados, consumo da água sem tratamento, e, o armazenamento de água em locais descobertos que propiciam a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* (mosquito transmissor da dengue); além da frequente interferência da pedreira por meio de tremores, poluição do ar e poluição sonora.

Partimos do pressuposto que as condições de equilíbrio socioambiental somente ocorrerão definitivamente quando as famílias forem assentadas. Entretanto, propusemos algumas ações que visam mitigar os impactos ambientais nos acampamentos rurais estudados e a promoção de “melhores condições de vida” para as famílias acampadas. Assim, o quadro 07 resume a condição socioambiental dos acampados e as possíveis ações que poderiam minimizar os problemas vivenciados.

Quadro 7: síntese das condições socioambientais existentes nos acampamentos CP, JPT e AC em Itaporanga D’Ajuda-SE/ 2015 - Propostas de medidas mitigatórias.

Condição socioambiental	Medidas mitigatórias
Barracos de lonas ou de barro	Construções de barracos de Palafitas
Lançamento de dejetos fisiológicos no solo	Construção de um banheiro comunitário para cada acampamento com fossa séptica
Lançamento de efluentes no rio Vaza Barris	Construção de uma lavanderia coletiva com encanação para rede de esgoto mais próximo
Reutilização da água com efluentes nas plantações	Construção de um sistema de irrigação básico
Consumo de água sem tratamento	Orientação ás famílias sobre as formas de filtração de água
Armazenamento de água em locais inadequados	Fornecimento de recipientes (tonéis, baldes) de água com tampa
Tremores, poluição do ar e poluição sonora provocada pela pedreira	Retirada das famílias das proximidades da pedreira ou deslocamento da própria pedreira

Fonte: PESSOA, 2015.

Ressaltamos que não houve uma hierarquização das ações, uma vez que todas são de caráter emergencial.

A formação de barracos de lona ou de barro traz perigos às famílias devido à fragilidade dos materiais utilizados, uma vez que não são adequados para suportar por longos períodos as mudanças do tempo (insolação e chuva), podendo ocasionar desabamento ou queima dos barracos. As lonas que recobrem os barracos deixam as famílias expostas a problemas relacionados ao aumento e diminuição da temperatura, haja vista que no verão o calor é intenso e pode ocasionar nos sujeitos mal-estar, pele seca e avermelhada, pulsação acelerada, falta de ar, enjoos, tontura, cefaleia (dor de cabeça), desidratação, febre, entre outros sintomas (BRASIL, 2016). Já nos períodos de chuva a exposição das pessoas a água que fica acumulada fora do barraco ou que se infiltra no mesmo, pode trazer problemas à saúde como leptospirose, frieira, entre outros.

Os barracos feitos de barro, ainda apresentam um risco à saúde devido à atração de insetos como o *Triatoma infestans*, conhecido popularmente como bicho barbeiro - transmissor da doença de chagas. Uma vez que este inseto costuma se instalar em locais escuros, recobertos de barro sem o devido acabamento e em má condição de higiene (ARGOLO *et al*, 2008). Neste sentido, a construção de barracos com material mais resistente a exemplo da madeira, pode proporcionar melhor condição de vida das famílias acampadas. Os barracos de madeira são alternativos que evidenciam a preocupação com o meio ambiente à medida que pressupõe a reutilização e a reciclagem de resíduos de madeira e outros materiais oriundos da construção civil (SOARES *et al*, 2003).

No que tange aos lançamentos de dejetos fisiológicos (fezes e urina) em buracos escavados no solo, geralmente nos fundos dos terrenos sugerimos a implementação de três banheiros coletivos com fossa séptica ou alocação de banheiros químicos, sendo um para cada acampamento. Desta forma, as famílias teriam a opção de não contaminar o ambiente e ficar menos expostas às patologias (verminoses, doenças de pele, coceira, entre outras) oriundas dos excrementos lançados nos terrenos. O banheiro coletivo ainda pode servir como local adequado para tomar banho.

As atividades domésticas como lavar pratos e roupas também impacta negativamente a qualidade da água do córrego pertencente ao rio vaza-barris. Neste sentido a construção de uma lavanderia coletiva com destinação dos efluentes para a rede de esgoto, pode ser um caminho para que as famílias não lavem seus objetos pessoais diretamente no corpo d'água.

A utilização de água composta por resto de substâncias químicas presentes nos produtos de limpeza como o sabão pode comprometer a qualidade dos alimentos cultivados no acampamento, uma vez que os produtos sintéticos a exemplo do sabão (pó, pedra ou líquido) deixam as águas muito alcalinas (duras), além de formar uma película insolúvel sobre a superfície da água (MMA, 2016). Portanto, a adesão de um sistema de irrigação artesanal de baixo custo como o Xique-xique³⁵ e de garrafa pet³⁶ auxiliará no manejo adequado e economia de água, além da manutenção das atividades agrícolas (COELHO *et al*, 2012). Assim, cursos de capacitação com um técnico e engenheiro agrícola viabilizaria a construção de uma rede de irrigação artesanal que suprisse as necessidades de cada cultivo.

O consumo de água sem nenhum tipo de tratamento pode acometer os seres humanos a adoecimentos por microrganismos como bactérias, vírus e parasitas, que causam doenças como diarreia, cólera, febre tifóide, hepatite A, verminoses, entre outras (CCD/SP, 2009). Deste modo, foram pensadas três medidas que visam melhorar a qualidade da água consumida pelos acampados: utilizar a sedimentação em potes, que consiste em deixar água em repouso dentro de um recipiente de barro até que as partículas sólidas se depositem no fundo, e/ou uso de filtros de barro³⁷ (AZEVEDO, 2014); ferver a água ou fazer a desinfecção da água por radiação solar que é uma metodologia simples de tratamento utilizando-se de garrafas pet transparentes, pintadas pela metade de preto e cheias d'água com posterior exposição ao sol, em que a radiação solar UV-A e a temperatura inativam os patógenos que causam diarreia (PINTO; HERMES, 2006); Além disso, ainda pode haver a distribuição do sulfato de alumínio e hipoclorito de sódio para promover a purificação e desinfecção da água, pois o Sulfato de Alumínio é usado como coagulante para remoção da turbidez e sólidos suspensos da água, e o hipoclorito de sódio é empregado na desinfecção patógena (CESET, 2007).

Diante disto, é preciso acontecer palestras com membros da secretaria de saúde sobre os problemas advindos do uso direto da água sem tratamento, em parcerias com a Companhia

³⁵ O sistema pode ser confeccionado artesanalmente e consiste na aplicação de água nos cultivos por meio de tubos ou mangueiras perfuradas, com diâmetro de furo de no máximo 1,6 mm.

³⁶ Utilizado principalmente para irrigação de mudas de fruteiras (cajueiro, cajazeira, umbuzeiro dentre outras), corta-se a parte lateral inferior da garrafa, gerando uma abertura de forma que facilite o seu preenchimento com água; no centro da tampa da garrafa é feito um pequeno orifício para que ocorra a passagem da água de acordo a pressão gravitacional; em seguida prende-se a garrafa a um piquete de madeira a 5 cm do caule da planta (COELHO *et al*, 2012).

³⁷ O filtro de barro é um filtro de gravidade: a água a ser filtrada passa através da vela e goteja do recipiente superior para o inferior do filtro, ficando ali armazenada para o consumo. As vantagens do filtro de barro são bem conhecidas: esfria a água de modo natural, sem gasto de energia elétrica; apresenta custo de manutenção baixíssimo, dentre os produtos para consumo doméstico de água; tem uma durabilidade praticamente ilimitada, sendo necessária apenas a troca ou limpeza das velas, a cada seis meses (AZEVEDO, 2014).

de Saneamento de Sergipe –DESO, a qual disponibilize produtos químicos para tratamento da água.

O fornecimento de água semanalmente por um ou mais carro pipa, pode ser um mecanismo de abastecimento de água que supra as necessidades cotidianas dos acampados. Uma vez que a penúria no armazenamento de água em túneis, baldes e caixas sem tampa por alguns dias para beber, cozinhar e tomar banho pode propiciar a disseminação do mosquito transmissor da dengue -*Aedes Aegypti*. Posto isto, a distribuição de recipientes com tampa para cada família acampada é uma alternativa de prevenção. Entretanto, os recipientes cobertos não garantem que o mosquito da dengue ou outros tipos de insetos se proliferem no local, assim se faz importante o envolvimento dos agentes de endemias para controle e combate aos vetores e insetos.

Vale ressaltar que as alternativas apresentadas até agora, que envolve a coletividade, devem ser bem planejadas e articuladas por todos os membros envolvidos no processo, desde os órgãos Federais, Estaduais e municipais até o MST e seus membros acampados.

A pedreira M M que faz parte da fazenda São João situa-se ao lado da área dos acampamentos. Neste sentido, interfere negativamente no cotidiano dos acampados, uma vez que a prática de destruir as rochas calcárias com uso de dinamites provoca tremores nos acampamentos, fortes ruídos e poluição do ar. O corriqueiro contato com a poeira pode causar danos à saúde como problemas respiratórios e baixa oxigenação no sangue, provocando tonturas, fraquezas e náuseas; e os ruídos causados pelo estouro das dinamites podem provocar problemas auditivos (CABRAL; PEREIRA; ALVES, 2012). Assim, sugere-se a emergencial alocação das famílias daquela área para outra mais apropriada ou a retirada/interdição da pedreira.

Entre esses problemas socioambientais presentes nos acampamentos Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho, ainda destacaram-se outros que demonstram a inércia de políticas públicas para os atores acampados, como a falta de: a) assistência técnica, b) energia elétrica, c) assistência à saúde da família, d) acesso a crédito, e) acesso à renda e f) educação para jovens e adultos.

Assim, o trabalho de Sobral (2012) aponta as ações que podem potencializar a qualidade de vida no acampamento, lembrando que as ações de manejo assinaladas pela autora foram pensadas para a realidade dos assentamentos do estado de Sergipe, no entanto foram adequadas para a realidade dos acampamentos estudados. Embora a condição social

dos acampados se mostre diferente da realidade dos assentados, devido a sua “ilegalidade social” no que refere ao direito a terra, as condições vivenciadas nos mesmos nos fez pensar em ações que propiciem “adequadas condições de vida” para as famílias acampadas enquanto esperam serem assentadas.

a) A prestação de serviço de assistência técnica possibilitará o desenvolvimento de ações sustentáveis como, por exemplo, a agricultura orgânica que tem por base a manutenção da fertilidade do solo e saúde da planta com adubação orgânica oriunda de estercos de animais e adubo verde; manejo ecológico de pragas e doenças por meio do uso da urina dos animais, entre outras ações de manipulação com base na agricultura familiar (KAMIYAMA, 2011).

b) Instalação de uma rede de energia elétrica para toda área do acampamento por meio de um gerador mecânico, movido à gasolina; uma vez que não se pode instalar energia elétrica devido à situação de irregularidade das famílias.

c) Prestação de serviços à saúde as famílias acampadas por meio de visitas uma vez por semana ou a cada 15 dias por um profissional habilitado como médico ou enfermeiro, a fim de atender especialmente os idosos, crianças e as pessoas com doenças crônicas³⁸ (hipertensos diabéticos e alcoólatras);

d) Acesso a créditos agrícolas como insumos e sementes;

e) Criação de uma cooperativa e/ou feira, em que os produtos cultivados no local possam ser (re) vendidos, o que proporcionará a aquisição ou complementação da renda das famílias.

f) Curso de formação docente para os acampados já escolarizados, com posterior agregação dos mesmos como educadores para erradicação do analfabetismo entre os outros acampados;

Neste trabalho consideramos que a qualidade de vida³⁹ aliada à conservação ambiental é a base para o equilíbrio socioambiental dos acampamentos rurais. Desta maneira, para que as ações sugeridas sejam implementadas requer o engajamento dos diversos atores sociais tais como: acampados, MST, IBAMA, INCRA, prefeitura municipal, Companhia de Saneamento

³⁸ Doenças crônicas são aquelas geralmente de desenvolvimento lento, de longa duração e, por isso, levam um tempo mais longo para serem curadas ou, em alguns casos, não têm cura. A maioria dessas doenças está relacionada ao avanço da idade e ao estilo de vida – hábitos alimentares, sedentarismo e estresse – característico das sociedades contemporâneas (BRASIL, 2016).

³⁹ Qualidade de vida não é a medida diretamente por variáveis econômicas, são fatores básicos definem a superação do estágio de sobrevivência (SOUZA, 2009).

de Sergipe – DESO, MDA, EMBRAPA, entre outros, uma vez que essa aliança poderá resultar no alcance da sustentabilidade a nível social, econômico e ambiental. Assim, entendemos que a qualidade de vida independe do território fluído dos acampamentos, ou seja, é uma condição inerente ao ser humano. Portanto, se faz necessário um planejamento adequado para alocação das famílias nos espaços destinados aos acampamentos, uma vez que independentemente do período em que as pessoas ficaram nessas áreas, a aprendizagem sobre ações sustentáveis potencializarão a melhoria da qualidade de vida no acampamento e, posterior no assentamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação consistiu em analisar o cenário dos acampamentos rurais, tendo como foco os sujeitos acampados na fazenda São João, situada no povoado Água bonita em Itaporanga D' Ajuda/ SE.

Os elementos obtidos em campo atestaram que os acampamentos estão passando por um processo de mudança na conjuntura de organização e de estruturação, ao passo que os sujeitos, em sua maioria, debaixo das lonas pretas se tornaram tipicamente híbridos no que se refere ao estilo de vida e a condição social, ora com características urbanas ora rurais.

Deste modo as entrevistas, observações e conversas informais permitiram identificar as singularidades e complexidades que mantém o homem acampado. Em que os itinerários realizados a cada três dias representam a resistência e a vontade dos sujeitos em retonar a sua origem, haja vista que o acampamento parece ser a possibilidade de acesso a terra para os “agricultores urbanos”.

É evidente que a lentidão e burocratização para ajuizamento e desapropriação de terras reproduzem espaços acampados que se retroalimentam, à medida que a mobilização popular sem o devido enquadramento aos critérios imposto pela legislação brasileira favorecem a perpetuação das pessoas nos acampamentos. Assim, estes locais se tornaram assentamentos não legalizados ou pré-assentamentos, uma vez que o tempo de algumas famílias no local denotou hábitos de assentados: local de moradia, abertura de comércio e criação de barracos para o desenvolvimento de rituais religiosos.

As formações dos acampamentos rurais representa a existência da desigualdade de classe e demanda por terra no Brasil, no estado de Sergipe e em Itaporanga D'Ajuda. Neste sentido os movimentos sociais são instrumentos de empoderamento e fortalecendo da classe proletariada como meio para corrigir as distorções do sistema latifundiário. No entanto, se houver um desvirtuamento da ideologia da Reforma Agrária, esse movimento pode se constituir em uma ferramenta de manipulação e concretização de interesses privados em detrimento da busca do desejo coletivo, o que pode ocasionar o descrédito da luta de classe.

Em diversos momentos as falas dos sujeitos enfatizaram que o acampamento se constitui em espaços da identidade coletiva. Pois, apesar dos conflitos internos a denominação

dada aos “companheiros”, revelam os hábitos da tradição camponesa por meio da relação de parentesco e condição de vida simples, que instiga a perpetuação desses lugares.

As estratégias desenvolvidas pelos militantes para adesão e manutenção de mais famílias acampadas, utilizando-se de normas como permanecer três dias por semana no acampamento, revelou a identificação dos sujeitos acampados como híbridos de direito e fato. Uma vez que seu modo de vida ora na cidade ora no campo faz dos sujeitos acampados personagens com direitos de cidadãos urbanos (moradia, saúde, alimentação) e direitos de mobilização social no campo como o acesso a terra.

A relação socioambiental dos acampados vivenciada nos três acampamentos rurais (Coluna Prestes, Apolônio de Carvalho e João Pedro Teixeira) demonstram que as famílias mantêm uma relação complexa com os recursos naturais, baseada principalmente na sobrevivência, sem desconsiderar a conservação dos mesmos. Uma vez que, o homem é uma extensão do ambiente e, portanto, para que o homem sobreviva é necessário garantir a manutenção dos recursos naturais que lhes é oferecido.

No entanto, os desafios de ser acampado contrapõem ações de saneamento básico, o que leva a exposição dos sujeitos à condição de insalubridade ambiental, uma vez que a necessidade de sobrevivência local faz com que as famílias adotem medidas de sobrevivência locais improvisadas, tais como uso dos recursos naturais disponíveis (água e vegetação); uso de energia elétrica clandestina; uso de banheiro a céu aberto, entre outros.

Embora, existam ações impactantes, neste contexto podemos também elencar as práticas sustentáveis por meio da produção de alimentos sem agrotóxicos para a subsistência e para pequenas vendas como forma de complementação de renda. Sendo assim eles produzem o suficiente para sua subsistência, mas não o excedente, para não exaurir o meio ambiente. Esse modo de produção está baseado numa relação de reciprocidade entre o homem e a natureza.

A agricultura sempre foi a principal atividade do camponês tradicional. Desta forma, os acampados representam, também, a luta do homem do campo para manter o saber camponês que vem sendo repassado pelos seus ascendentes, o que tem garantido, a esse grupo, saberes e conhecimento sobre a conservação e manejo dos recursos naturais. Dessa forma o cultivo da terra é uma experiência cultural desenvolvida nos acampamentos que a legitima a identidade do agricultor.

Assim, neste território encontra-se uma teia de relações com diversos atores (acampados, MST, INCRA, fazendeiros, entre outros) que condicionam a estrutura do

acampamento baseado nas relações de poder que irá se refletir na configuração da paisagem e visibilidade dos sujeitos. Neste sentido, existe a necessidade de se anunciar a condição de vida dos acampados, uma vez que a mesma revela a resistência humana não somente pela sobrevivência no acampamento, mas também a luta pelo reconhecimento social que significa relação de inclusão pela exclusão, o que identifica como o *homo sacer*.

Assim, entendemos que o acampamento é mais do que um aglomerado de lonas pretas, e, portanto requer estratégias socioambientais que possibilitem as pessoas acampadas sobreviverem nos acampamentos. Logo, sugerimos desenvolver políticas públicas mais efetivas para o campo, a fim de propiciar a adequada reforma agrária, haja vista que possibilitará, igualmente, condições dignas para a implantação da sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Sabemos que a sustentabilidade é uma questão de difícil solução. No entanto, é preciso manter um padrão de pensamento crítico que possibilite às presentes e futuras gerações alternativas para reduzir as desigualdades socioambientais em todos os níveis. Neste sentido, para a realidade dos acampados sugerimos um aporte técnico que viabilize a dignidade das famílias acampadas para além do fornecimento de cestas básicas, haja vista que se faz necessário à adoção de ações emergenciais tais como construção de banheiro coletivo, projetos de capacitação para adequação de tecnologias sociais de baixo custo.

Por fim, ressaltamos que as iniciativas de formação dos acampamentos rurais auxiliaram no planejamento de ações coletivas que serão fortalecidas no assentamento, uma vez que já são desenvolvidos hábitos comunitários e técnicas de manejo das atividades agrícolas com base na agricultura orgânica. Desta forma indagamos que a proposta de reforma agrária anunciada deve possibilitar a concretização da política social por meio da garantia de renda e qualidade de vida para todos os brasileiros com ou “sem terra”.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Corrêa de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 1963.
- ALCANTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Olivera. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 4 Nº 7 Jul-Dez, 2009.
- ALENTEJANO, Paulo; SILVA, Tiago Lucas Alves da. **Ocupações, Acampamentos e Assentamentos: O descompasso entre a luta pela terra e a política agrária do governo Lula**. In:Conflitos no Campo – Brasil 2008 [Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos] – [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2008. 168 páginas.
- ARGOLO *et al.* **Doença de Chagas e seus principais vetores no Brasil**. Ação comemorativa do centenário de descoberta da doença de Chagas. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.
- AUGÉ, Marcos. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 1^a ed. Campinas: Papirus, 1994.
- AZEVEDO, *et al.* **Estratégia de triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o pragmatismo**. IV Encontro de ensino e pesquisa em Administração e contabilidade- ENPEQ. Brasília/ DF, 2013.
- AZEVEDO, Estenio Ericson Botelho. **O ESTADO DE EXCEÇÃO E A ESTRUTURA ORIGINÁRIA DA SOBERANIA EM GIORGIO AGAMBEN**. Revista PHILÓSOPHOS, GOIÂNIA, V.19, N. 1, P. 11-34, JAN./JUN. 2014.
- AZEVEDO, Ramona Conceição Moreira de. **Uso de tecnologias sociais para adequação da qualidade da água armazenada em cisternas para consumo humano**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental, 2014.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **SNOWBALL (BOLA DE NEVE): UMA TÉCNICA METODOLÓGICA PARA PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMUNITÁRIA**. X congresso Nacional de Educação-EDUCERE; I Seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação- SIRSSE. Pontifícia Universidade católica do Paraná. Curitiba, 2001.

BANDEIRA et al. Estudo etnoecológico sobre a percepção de riscos ambientais de comunidades ribeirinhas da Baía de Todos os Santos. Anais do Seminário Espaços Costeiros, 2012.

BARDIN, Lourence. Análise de Conteúdo. Lisboa, 1979.

BARRETO, Ivan Siqueira. Comercialização como estratégia de reprodução camponesa no alto sertão sergipano. (dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente- PRODEMA). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014.

BERTOLDO, Edna. A concepção Marxista de educação em Leontiev. Revista eletrônica Arma critica, 2010.

BERGAMASCO, Sonia M.P.P.; NORDER, LUÍS A.C. O que são os assentamentos rurais? São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos), 1996.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é- O que não é. Petrópolis/ Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde- MS. Distribuição da população por escolaridade segundo Município. Base de dados DATASUS, 2010. Disponível em:
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/escase.def>.

BRASIL, Ministério da Saúde- MS. Caderno de informação de saúde. Base de dados DATASUS, 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/escase.def>.

BRASIL. Estatuto da terra. 2010. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7661.htm.

BRASIL, Decreto nº 1, de 29 de março de 2009. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial-MDA/SDT. Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil. 2005. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em: 23 de setembro 2015.

BRASIL, Legislação Informatizada - Medida Provisória nº 2.183-55, de 27 de Julho de 2001. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/legin/fed/medpro/2001/medidaprovisoria-2183-55-27-julho-2001-382174-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 18 de novembro de 2015.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.

BRASIL, **Desafios da Sustentabilidade em comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/38532/o-desafio-da-sustentabilidade-em-comunidades-tradicionais-marisqueiras-e-quilombolas#ixzz3pKSoXpXg>. Acessado em: 11 de setembro de 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social- MDS. Disponível em: www.mds.gov.br. Acessado em: 24 de julho de 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social- MDS. **Acampamentos e Pré-assentamentos**. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/desenvolvimento-territorial/acampamentos-e-pre-assentamentos>. Acessado em: 01 de outubro de 2015.

BRASIL, Lei 12. 651 de 25 de maio de 2012. **Proteção da vegetação nativa**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acessado em: 14 de outubro de 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde. Tipos de doenças crônicas. Disponível em: www.saude.gov.br/doencaschronicas. Acessado em: 18 de fevereiro de 2016.

BUZETTO, Marcelo. **Nova Canudos e a luta do MST no Estado de São Paulo**. Revistas Lutas sociais, 2005.

CABRAL, Laíse do Nascimento; PEREIRA, Suellen Silva; ALVES, Telma Lucia Bezerra. **Degradação Ambiental e implicações para a saúde humana decorrentes da mineração: O caso dos trabalhadores de uma pedreira no município de Campina Grande/PB**. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. Paraíba, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARDIM, Sílvia Elisabeth de C. S.; VIEIRA, Paulo de Tarso Loguércio; VIÉGAS, José Leopoldo Ribeiro. **Análise da Estrutura Fundiária Brasileira**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/analise-balanco-e-diagnosticos/analise_de_estrutura_funciaria_brasileira.pdf. Acessado em: 14 de dezembro de 2015.

CARDOSO, Marcelo. **“Percepção de riscos ambientais de trabalhadores catadores de materiais recicláveis em um aterro controlado do município de Duque de Caxias / RJ”**.

Dissertação de Mestrado – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, Andréa Freire de. **Interpretações socioambientais da mística do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.** São Cristóvão/SE, 2013. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente- PRODEMA/UFS)- Universidade Federal de Sergipe, 2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade.** São Paulo: Editora Paz e Terra, v. 2, 2000.

Centro Superior de Educação Tecnológica – CESET. **Projeto Rondon - Ministério da Defesa: Relatório de atividades Atalaia do Norte -AM.** Operação Amazônia Ocidental, 2007.

Coordenadoria de Controle de Doenças/ São Paulo -CCD/SP. **DOENÇAS RELACIONADAS À ÁGUA OU DE TRANSMISSÃO HÍDRICA - Perguntas e Respostas e Dados Estatísticos – Informe técnico.** São Paulo, 2009.

COELHO, Maria Célia Nunes. **Impactos Ambientais em Áreas Urbanas – Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa.** In: GUERRA, Antonio J. Teixeira, Cunha, Sandra Baptista da. (Orgs.). Impactos Urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COELHO *et al.* **Sistemas de irrigação de baixo custo para agricultura familiar.** Ministério da Aquicultura, pecuária e Abastecimento. EMBRAPA, Bahia, 2012.

COHAB, coordenação de Habitação. Disponível em:
www.servicos.cohab.sp.gov.br/regularizacao/o_que_e.htm

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável.** Universidade Federal de Santa Catarina. Editora: Eisforia, Florianópolis, v.2, n.2, 2004.

COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda; PAULINO, Sônia Regina. **A Modernização da Agricultura e o conceito de Módulo Rural.** Revista Perspectivas, n 15: 121-144, São Paulo, 1992.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia.** Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume Especial 30 Anos (2012), p. 254-283.

DA SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** Editora: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 4^a edição revisada e atualizada. Florianópolis, 2005.

DATALUTA. Banco de Dados de Luta pela Terra. **Relatório DATALUTA 2013.** Disponível em: www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta.

DENZIN, N. *The research act: a theoretical introduction to sociological methods.* (2a ed). New York: Mc Graw-Hill, 1978.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, Ed. Hucitec, 2002.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de janeiro: Editora Jorge Zahar: 1994.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária. **Território Rural centro Sul de Sergipe.** Editado por: SIQUEIRA, Edmar Ramos; SILVA, Marcos Aurélio; ARAGÃO, Alexandre Guimarães de. – Aracaju : Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2010.

ENDLICH, Ângela Maria. **Perspectiva sobre o urbano e o rural.** IN: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (orgs). Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Editora Expressão popular, 2006.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde a reforma agrária no Brasil.** 1 ed. São Paulo: editora contexto, 2006.

FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C.(orgs.) **Geografia Agrária: teoria e poder.** 1 ed. São Paulo: expressão popular, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Revista Nera, Presidente Prudente Ano 8, N° 6 p.14-34, 2005.

FURTADO, Eliane; FURTADO, Ribamar. **Repercussão da reforma agrária no desenvolvimento local no Nordeste: a capacitação como uma estratégia imprescindível** .In: LEITE, Pedro Sisnando *et al* (orgs). **Reforma agrária de desenvolvimento Sustentável.** Brasília: Paralelo 15/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/ Ministério do desenvolvimento agrário, 2000.

GUARIM, Vera Lúcia. **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS TRADICIONAIS.** III Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-

econômicos do Pantanal. Os desafios do Novo Milênio. De 27 a 30 de Novembro de 2000- Corumbá- MS.

Gerencia de Metodologia e Comunicação Rural-GEMEC. **Diagnóstico rural participativo.** Distrito Federal. Disponível em: extranet.emater.df.gov.br/.../89-orientacoes-metodologicas-de-ater? Acessado em: 24 de junho de 2014.

GERIGK, Willson; CLEMENTE, Ademir. **Influência da LRF sobre a Gestão Financeira: Espaço de Manobra dos Municípios Paranaenses Extremamente Pequenos.** RAC, Curitiba, v. 15, n. 3, art. 8 pp. 513-537, Maio/Jun. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Editora Loyola, 2ª edição, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGs e cidadania.** 3ª edição, São Paulo: Editora Cortez. 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 8ª edição, São Paulo: Editora Loyola, 2010.

GOMES, Laura Jane. **Conflitos entre a conservação e o uso da terra em comunidades rurais no entorno do parque Nacional da Serra da Bocaina.** (Tese de doutorado apresentada a Faculdade de Engenharia Agrícola- FEAGRI), Unicamp- São Paulo, 2002.

GRZEBIELUKA, Douglas. **POR UMA TIPOLOGIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS BRASILEIRAS.** Revista Geografar. Curitiba, v.7, n.1, p. 116-137, jun./2012.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndios.** Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1968.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** Revista Brasileira Estatísticas Pedagógicas. Brasília, 1992, vol. 75, pág. 373-394.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental.** Petrópolis: Rio de Janeiro. Editora vozes, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.

HESPAÑHOL, Antônio Nivaldo. **O desenvolvimento do campo no Brasil**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio Cesar. (Org.). Geografia Agrária: teoria e poder. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HONÓRIO, Renata Gonçalves. **Acampamentos: novas relações de gênero (con) fundidas na luta pela terra**. Revista: Lutas sociais. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18675>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA-IBGE. **Censo populacional 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 de setembro de 2014.

_____ **Sistema IBGE de dados agregados – SIDRA (2006)**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 de julho de 2015.

_____ **IBGE Cidades/Itaporanga D’Ajuda/ SE**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=280320>. Acessado em: 23 de agosto de 2015.

IHA, Mônica Hashimoto. **Territorialidade da “posse” na luta pela reforma agrária: os Acampamentos do MST em Iaras (SP)**. Dissertação de mestrado pela Universidade Estadual de Campinas(Unicamp), Instituto de Geociências. Campinas,SP.: [s.n.], 2005, 168 pgs.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O que é reforma agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acessado em: 18 de março de 2014.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Acampamentos rurais**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acessado em: 27 de maio de 2015.

JUSTO, Márcia Adriana Pinto da Silva; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. **Letramento: O uso da leitura e da escrita como prática social**. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 4 – nº 1 – 2013.

KANAAN, Hanen Sarkis. **Acampamento Mário Lago – um sonho em construção**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LARRÉRE, Catherine. **O bom uso da natureza - Para Uma Filosofia do Meio Ambiente.** Editora: INSTITUTO PIAGET. Ano de Edição: 2000.

LEITE, Adriana Filgueira. **O Lugar: Duas Acepções Geográficas.** Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.

LETELIER G., Maria Eugenia. **Escolaridade e inserção no mercado de trabalho.** Caderno de Pesquisa, nº 107, p. 133-148, julho de 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a05.pdf>.

LIMA, Maria José Araújo. **Ecologia humana: realidade e pesquisa.** São Paulo: Vozes, 1984.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **História dos Movimentos Sociais no Campo em Sergipe: uma abordagem preliminar.** ADUFS. Revista *Candeeiro*, Ano VI, v. 9 e 10. Aracaju, Outubro de 2003.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Um Balanço da Luta pela Terra em Sergipe – 1985/2005.** IN: Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe. Aracaju- SE: EMBRAPA, 2008.

KAMIYAMA, Araci. **Cadernos de Educação Ambiental: Agricultura Sustentável.** Governo de São Paulo, Secretaria do meio ambiente- Coordenadoria de biodiversidade e recursos naturais. São Paulo, 2011.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego: Desigualdades sociais.** (Tese de doutorado pelo programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo), São Paulo, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** 2^a ed. São Paulo: paulus, 2003.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia socioambiental.** Revista Terra livre: Paradigmas da geografia, nº16. São Paulo, 2001.

MINT, Sidney. **A antropologia da produção de Plantation.** In SORJ, B., CARDOSO, FH., and FONT, M.,(orgs.). Economia e movimentos sociais na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. p. 127-136. Disponível em SciELO Books: <http://books.scielo.org>.

Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA/Secretaria da Agricultura Familiar (2007). Disponível em: www.mda.gov.br. Acessado em: 07 de setembro de 2014.

Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA. **Territórios da cidadania em Sergipe**. Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br. Acessado em: 15 de junho de 2015.

Ministério do Desenvolvimento Social- MDS. **Cadastro Único**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>. Acessado em: 23 de setembro de 2015.

Ministério do Meio Ambiente- MMA. **Os produtos de limpeza e os impactos ambientais**. Disponível em: www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/prod_limpeza.pdf. Acessado em 02 de Janeiro de 2016.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. **A Luta Pela Terra no Campo Brasileiro: uma Análise de Dados (1990/2001)**. Revista Cadernos do Logepa. João Pessoa, PB, GEOC/CCEN/UFPB - vol. 3, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/cadernosdologepa>.

MOCELLIM, Alan. Lugares, Não-Lugares, Lugares Virtuais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 6, 2009.

MORAES, Fabiano Oliveira. **O SABER CAMPONÊS NOS CONTOS TRADICIONAIS DO BRASIL: A NARRATIVA NA EDUCAÇÃO NO CAMPO**. Revista: Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.21, n.3, p.303-314, set./dezembro, 2012.

MOREIRA, Emilia. **Territórios de esperança**. João Pessoa: Projeto de Pesquisa. CNPq, 2006.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPAÑHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **O LUGAR COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL**. Revista Formação. 2007.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST. Disponível em: mstsergipe.blogspot.com . Acessado em: 22 de abril de 2014.

MURITIBA, Maria Jocélia Souza; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de; GERMANI, Guiomar Inez. **Luta pela terra, territorialização e a nova geografia de municípios baianos**. 31º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais. 22 a 26 de outubro de 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **O governo Lula assumiu a contrarreforma agrária: a violência do agrobanditismo continua.** IN:Conflitos no Campo – Brasil 2008 [Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos] – [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2008. 168 páginas.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial.** São Paulo. Editora Unesp, 2013.

PEDRETTI JÚNIOR *et al.* **MOVIMENTOS SOCIAIS E MÍDIA NO BRASIL: ANÁLISE DO DISCURSO DA MÍDIA BRASILEIRA SOBRE O MST.** XXI Encontro Nacional de Geografia agrária. “Território em disputa: o desafio da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. Universidade Federal de Uberlândia: Minas Gerais, 2012.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD. **O que é IDHM.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM. Acessado em: 18 de dezembro de 2015.

PESSOA, Haiane da silva; SÁ, Daniel Santos de. **A TEIA DE RELAÇÕES DOS ACAMPAMENTOS JOÃO PEDRO TEXEIRA E CARLOS PRESTES NO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D'AJUDA-SE.** Aracaju/ SE. II SIMPÓSIO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL" NOVAS RURALIDADES", 2012.

PHILIPPI Jr *et al* (editores). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais.** Rede de formação Ambiental. São Paulo: Signus editora, 2000.

PINTO, Nayara de Oliveira; HERMES, Luiz Carlos. **Sistema Simplificado para Melhoria da Qualidade da Água Consumida nas Comunidades Rurais do Semi-Árido do Brasil.** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, São Paulo, 2006.

Programa Viva a Terra!. **O que é arrendamento?** Disponível em: www.fgv.br/programavivaterra/oquearrend.html. Acessado em 27 de agosto de 2014.

QUEIRÓS, Margarida; VAZ, Tereza; PALMA, Pedro. **Uma reflexão a propósito do risco.** Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/ERSTA/..%5CDescarga%5CERSTA%5CMQ_TV_PP.pdf. Acessado em: 03 de novembro de 2015.

RAMOS FILHO, Eraldo. **“Pra não fazer do cidadão pacato um cidadão revoltado”:** **Novas territorialidades na usina Santa Clara.** (Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em geografia), São Cristóvão -SE, 2004.

RAMOS FILHO, Eraldo. **Questão Agrária Atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária E Reforma Agrária De Mercado (2003 – 2006).**(Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”). Presidente Prudente- SP, 2008.

RAMOS FILHO, Eraldo. **A contrarreforma agrária no Brasil no início do século XXI.** In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; DE SOUZA, Raimunda Áurea(orgs). O capital e a Ocupação de terras/Territórios. Editora UFS. São Cristovão-SE. 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 2006.

ROLIM *et al.* **Construção de Indicadores de Pobreza: Aplicação do Índice de Pobreza Humana Municipal no Estado de Sergipe.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 37, n° 4, out-dez. 2006.

RUAS, Elma Dias (*et al.*). **Metodologia Participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável:** MEXPAR. Minas Gerais: editora: EMATER, 2006.

SANTOS, Simoni Rodrigues. **Avaliação das Áreas de Preservação Permanente da Bacia Hidrográfica do rio de Ondas (Barreiras – BA) Utilizando Técnicas de Geoprocessamento e Imagens Orbitais.** (Monografia apresentada ao curso de Graduação em Geografia- Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal da Bahia. 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4 edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Núbia Dias dos. **O passado presente na questão Agrária Brasileira.** In: SANTOS, Núbia Dias dos; ARAÚJO, Hélio Mario de (orgs.). Temas de Geografia Contemporânea Teoria, Método e Aplicações. São Cristóvão/SE. Editora UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

SANTOS, Carmem Lúcia. **O alto sertão sergipano: análise das políticas de desenvolvimento neste “Território Rural”.** Revista Boletim Goiano. Goiânia, v. 30, n. 1, p. 51-67, jan./jun. 2010.

SAQUET, Marcos A. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana.** In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

Secretaria Brasileira de Apoio à Pequena e Média Empresa- São Paulo/SEBRAE-SP. **Sabe mais sobre contrato de parceria rural.** Disponível em www.sebraesp.com.br/arquivos_site/.../contrato_parceria_rural. Acessado em: 04 de julho de 2015.

Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia/ Superintendência de Recursos Hídricos- Sergipe- SEPLANTEC/SRH-SE. **Enquadramento dos cursos d'água de Sergipe de acordo com a resolução CONAMA Nº 20/86.** Aracaju: SEPLANTEC, 2002. 1 CD-ROM.

Secretaria da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca/ Sergipe –SEAGRI/ SE. **Territórios da cidadania em Sergipe/ 2011.** Disponível em: www.sagri.se.gov.br.

Secretaria de desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia/ Sergipe –SEDETEC/ SE. Disponível em:
http://www.sedetec.se.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2357:governodes1173&catid=9&Itemid=104 Acessado em: 27 de outubro de 2015.

SERGIPE, Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia -SEPLANTEC. **DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D'AJUDA.** Organização: Luiz BOMFIM, Fernando Costa; COSTA, Ivanaldo Vieira Gomes da; BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. Ministério de Minas e Energia. Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste, 2002.

SILVA, José F. Graziano. **Estrutura agrária e Produção de subsistência na Agricultura Brasileira.** São Paulo: editora Hucitec, 1978.

SILVA, Jorge Kleber Teixeira. **Direitos socioambientais das populações tradicionais e gestão territorial.** XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

SILVA, Thaís Camponogara Aires da; TYBUSCH, Jerônimo Siqueira. **Direitos de solidariedade e cidadania ambiental: O empoderamento dos marginalizados.** 3º congresso internacional de direito e contemporaneidade: Midias e direitos da sociedade em rede. Universidade Federal de Santa Maria-RS, 2015.

SILVA, Robson Santos Mister. **História de Itaporanga.** Disponível em: <http://historiadeitaporangadajuda.blogspot.com.br/p/historia-de-itaporanga>. Acessado em 2 de agosto de 2015.

SILVA et al. Assentamentos Rurais e Acampamentos: Dinâmicas recentes do Espaço Agrário. Encontro de geógrafos da América Latina: Reencuentro de saberes Territoriales Latinos- 14 EGAL, Perú, 2013.

SIQUEIRA, Pedro Zucon Ramos de. A roça do futuro: agroecologia e campesinato em assentamento de reforma agrária no território Sul sergipano. (Dissertação de mestrado pelo Programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ PRODEMA-UFS). São Cristovão, 2013.

SOARES RAMOS, R. C. S; SALVI, R. F. Análise de conteúdo e análise de discurso em educação matemática- Um olhar sobre a produção em periódicos. IV Seminário Internacional de pesquisa em educação Matemática. Brasília-DF, 2009.

SOARES et al. MODELOS DE HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES. Disponível em: lpp.ufes.br/sites/lpp.ufes.br/files/field/anexo/2003_artigo_065.pdf.

SOBRAL, Ivana Silva. Instrumentos de gestão ambiental como subsídio para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamentos de reforma agrária de Sergipe. Tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, São Cristovão-Sergipe, 2012.

SOBREIRO FILHO, José. Ocupações de Terra no Brasil (1988-2010): Uma leitura Geográfica e a conjuntura política da Luta Pela Terra. Revista Geographos Giecrystal. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2011.

SOUSA, Junia Marise de Matos. Do acampamento ao assentamento: Uma análise da Reforma Agrária e qualidade de vida em Sergipe. Tese de Doutorado (Núcleo de pós-graduação em geografia- NPGE) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2009. 393p.

SOUSA, Junia Marise de Matos. Reforma Agrária em Sergipe: análise da demanda por terra, estratégia de sobrevivência e perspectiva futura nos acampamentos rurais. Aracaju-SE, 2008.

SOUZA, Murilo. Mendonça. Oliveira de. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/ rápido participativo(DRP). Revista Em Extensão, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, jan./jul. 2009.

SOUZA et al. TERRA E POLÍTICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS DE SÃO PAULO. Anais sober 2013. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/12/110487.pdf

STEDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas (org.). **A questão agrária no Brasil.** 2º edição. São Paulo: Expressão popular, 2005.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 3º reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

TILLQUIST, Ylva. **Registros de quilombo no Brasil e na região do Rio da Prata.** Curso de Mestrado em Léxico africano/ Português e Espanhol. Departamento de Estudos espanhóis , portugueses e latino-americanos. Universidade de Estocolmo, 2013.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta: notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo.** São Paulo: USP. Dissertação de mestrado, 1999.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento: Natureza, território e agricultura.** Porto Alegre. Editora: Universidade/ UFRGS, 2000.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP.** Brasília: Secretaria da Agricultura familiar/ Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA), 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



APÊNDICE A:

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

Público alvo: Acampados situados na fazenda São João em Itaporanga D'ajuda –SE

A-Perfil

1. Apelido:
2. Idade:
3. Estado civil: casado solteiro outros
4. Filhos: Sim Quantos? Não
5. Você possui casa própria? Sim, Localidade: _____ Não
6. Quantas pessoas moram com você em sua casa? _____
7. E no acampamento? _____
8. Qual seu grau de escolaridade? _____
9. Exerce alguma atividade remunerada? Sim Não
10. Qual: _____
11. Recebe um algum tipo de benefício do governo?
 Não Sim. Qual? _____
12. Qual a sua profissão? _____

B- A relação do acampado com lugar

1. Nome do acampamento que faz parte?
2. Já participou de algum outro acampamento?
3. Sim. Local? _____ Não
4. Qual a motivação para vincular-se a um acampamento?
5. Quanto tempo está neste acampamento?
6. Chamaria alguém para participar de acampamento? Por quê?
7. Você gosta de viver no acampamento? Por quê?
8. Pensa em sair do acampamento? Por quais motivos?
9. Qual a importância desse lugar para você?
10. Como é viver no acampamento? Cite os pontos positivos e negativos?
11. Já desenvolveu algum tipo de atividade agrícola anterior ao acampamento? Sim
 Não. Especifique?
12. Desenvolve algum tipo de atividade agrícola? Sim Não
13. Qual? Por quê?
14. Quais são os principais instrumentos utilizados nas suas atividades no acampamento?
15. Existe alguma influência familiar para que desenvolva essa atividade agrícola? Sim
 Não Qual?
16. Existem normas no acampamento? Sim Não
17. Quais?
18. Essas normas influenciam na sua relação com a terra? Sim Não. Por quê?

C- Território do acampado

16. As regras de “rodízio” facilitam a permanência das pessoas no acampamento? ()Sim ()Não. Por quê?
17. Existe planejamento sobre a destinação dos produtos cultivados no local? () Sim ()Não. Se sim Qual?
18. Existe algum tipo de auxilio, disponibilizados para permanecer nos acampamentos? ()Sim. Quais: _____ () Não
19. Quais as suas Perspectivas para a consolidação do assentamento?
20. E sobre o acampamento tem alguma perspectiva?
21. Quais as mudanças ocorridas no acampamento desde a sua origem? Por quê?
22. Quais órgãos governamentais e não governamentais que auxiliam ao acampamento? O que faz cada uma?
23. Vocês costumam participar de reunião? () Sim () Não
O que é discutido na reunião?
24. Quais os problemas enfrentados no acampamento?
25. Você tem informações sobre qual o papel do INCRA neste local?
() Sim Quais: _____ () Não
26. Você considera importante esse envolvimento? Por quê?
27. Como você define o sujeito acampado?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



**APÊNDICE B:
ROTEIRO DE ENTREVISTA**
Público Alvo: Representantes do INCRA e MST em Sergipe

Nome: _____

Formação: _____

Função: _____

Tempo que exerce essa função: _____

- 1) Qual a importância da sua instituição para a regularização dos acampamentos?
- 2) Com que frequência mantém contato com os acampamentos? Qual o objetivo desse contato?
- 3) Como são conduzidos os encontros com o acampamento?
- 4) Quantos profissionais /representantes geralmente trabalham para esse grupo de pessoas?
- 5) Quais são as principais dificuldades administrativas encontradas nos acampamentos?
- 6) Quais as estratégias adotadas para diminuir esses problemas?
- 7) Existem políticas públicas designadas para aos acampamentos? Explique?
- 8) Qual o período máximo de formação dos acampamentos?
- 9) Como se explica a permanência dos acampamentos por mais de 10 anos?
- 10) Quais os requisitos utilizados para formação dos acampamentos?
- 11) Quais são os pré-requisitos estabelecidos para se tornar assentado?
- 12) Em Itaporanga existe a disponibilidade de terras para reforma agrária?
- 13) Quando um sujeito acampado não atende aos critérios descritos para ser assentado, ele é informado a deixar o acampamento? De que forma?
- 14) O que poderia ser feito para que houvesse a transição mais rápida entre acampamentos e assentamentos?
- 15) O que aconteceu especificamente com o acampamento Colônia Prestes, para que se mantenha por tantos anos acampados?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



APÊNDICE C:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome do projeto: **NAS MARGENS VIÁRIAS: AS LONAS PRETAS E SUAS RELAÇÕES SOCIOAMBENTAIS**

Eu, _____, RG n.º _____, residente à _____ n.º_____, bairro_____, na cidade de _____, estado_____, declaro que fui convidado(a) a participar da pesquisa citada e estou consciente das condições sob as quais me submeterei detalhadas a seguir:

Objetivo geral: Analisar os fatores que contribuem para que os acampados permaneçam por muito tempo nos acampamentos no aguardo da tomada de decisões dos governantes.

Justificativa: Fazer o levantamento dos fatores que condicionam a formação e permanência dos acampamentos rurais contribuirá com a mitigação da visão preconceituosa sobre os sujeitos em foco, visto que, serão ressaltadas as necessidades cotidianas de sobrevivência.

Portanto, participarei de conversas individuais e/ou coletivas contando minha experiência enquanto membro deste acampamento. As conversas poderão ser gravadas em vídeo e áudio mediante minha autorização.

- a) Como benefício direto da minha participação neste estudo, terei a possibilidade de conhecer os resultados da presente pesquisa.
- b) Estou ciente de que o presente estudo envolve risco de constrangimento em responder algumas questões. No entanto, fui informado que posso não responder quaisquer questões e caso sinta durante a entrevista fadiga, embaraço e tristeza poderei me recusar a participar ou continuar a entrevista.
- c) Minha identidade será preservada em todas as situações que envolvam discussão, apresentação ou publicação dos resultados da pesquisa, a menos que haja uma manifestação da minha parte por escrito, autorizando tal procedimento.
- d) Os resultados dessa pesquisa serão publicados em artigos científicos e conferências.
- e) Estou ciente de que minha participação no presente estudo é estritamente voluntária. Não receberei qualquer forma de remuneração pela minha participação.

Eu li e entendi todas as informações contidas neste documento.

Aracaju , _____ de _____ de _____.

Haiane Pessoa da silva
 Mestranda (PRODEMA-UFS)
 Email: haianepessoa@yahoo.com.br
 Fone: (79) 9868-5576/ 8825-8532

Assinatura do entrevistado

APÊNDICE D:
TERMO DE ANUÊNCIA:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



Eu, _____ estou ciente e autorizo a pesquisadora Haiane Pessoa da Silva, a realizar o estudo em nível de mestrado desenvolvido pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente- PRODEMA nos acampamentos situados na fazenda São João, intitulada **“Nas margens viárias: as lonas pretas e suas relações socioambientais”**, cujo o objetivo geral da pesquisa consiste em: Analisar os fatores que contribuem para que os acampados permaneçam por muito tempo nos acampamentos no aguardo da tomada de decisões dos governantes.

Portanto, autorizo a aplicação de entrevistas, oficinas e o registro fotográfico nos acampamentos: Coluna Prestes, João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho, situados na fazenda São João, município de Itaporanga D'Ajuda/ SE. Responsabilizando-me pela coleta informações, uso das imagens e documentos extraídos no local.

Estou ciente dos objetivos da pesquisa e por este motivo autorizo o desenvolvimento das atividades propostas pela pesquisadora.

_____, ____ de _____.

Representante Regional do MST

RG:

CPF:

Endereço:

Fone:

ANEXO A:
PARECER CMITÉ DE ÉTICA PLATAFORMA BRASIL

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
 ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
 FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



PARECER CONSUSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: NAS MARGENS VIÁRIAS: AS LONAS PRETAS E SUAS RELAÇÕES

Pesquisador: Haiane pessoa da Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 46306915.0.0000.5546

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.371.073

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFS, e pretende estudar a formação dos acampamentos rurais, com enfoque nos movimentos socioterritoriais e na origem do novo sujeito social acampado no meio rural, cuja nova "identidade" ou condição social, determinará a relação existente entre o homem e a natureza, pautada na sobrevivência.

Objetivo da Pesquisa:

Avaliar os fatores que contribuem para que os acampados permaneçam por muito tempo nos acampamentos no aguardo da tomada de decisões dos governantes.

Objetivos Secundários:

Apresentar como se deu a formação dos acampamentos rurais; Refletir a configuração de acampamento, tendo como foco as categorias lugar e território; Comparar as realidades dos acampamentos na fazenda São João; Explicar como a realidade transitória do acampamento interfere na vida do sujeito e na sua condição socioambiental.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Esta Pesquisa apresenta risco mínimo de constrangimento pela exposição de situação de vida não aceita socialmente. Este risco pode ser atenuado pela garantia do sigilo e pela oferta do benefício direto, que é a oportunidade da abertura para uma conversa franca sobre esta má condição de

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@ufs.br

**HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-**



Continuação do Parecer: 1.371.073

vida. E do benefício indireto, ou a longo prazo, que é a conscientização das autoridades sobre a situação de vida precária nos acampamentos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É uma Pesquisa relevante, com abordagem quantitativa, envolvendo 46 participantes de três acampamentos rurais: Coluna Prestes, Apolônio de carvalho e João Pedro Teixeira, situados na fazenda São João- município de Itaporanga D'Ajuda/ SE. Serão realizadas entrevistas com os acampados, e, posteriormente com o representante do MST e o representante do INCRA, buscando identificar as diferentes visões sobre a formação e

permanência dos acampamentos. Para ajustar a amostra se utilizará a técnica de bola de neve, na qual um indivíduo indica o próximo que atenda aos critérios de inclusão: ser um dos acampados mais antigos, viver a maioria dos dias dentro do acampamento, ou morar no local, ter mais de dezoito anos e ser representante da família. O Diagnóstico rápido Participativo -DRP, contando com três ferramentas: oficinas (Realidade e Desejo; Diagrama de Venn) e caminha transversal.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos adequados.

Recomendações:

Não se aplicam.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplicam.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_493127.pdf	24/11/2015 19:19:49		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_plataforma.doc	24/11/2015 19:18:05	Haiane pessoa da Silva	Aceito
Folha de Rosto	folha_rost.docx	24/11/2015 19:12:06	Haiane pessoa da Silva	Aceito
Brochura Pesquisa	projetoplataforma.doc	23/11/2015 16:25:09	Haiane pessoa da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE2.docx	23/11/2015 16:05:44	Haiane pessoa da Silva	Aceito

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@ufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 1.371.073

Justificativa de Ausência	TCLE2.docx	23/11/2015 16:05:44	Haiane pessoa da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE1.docx	23/11/2015 16:05:15	Haiane pessoa da Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 16 de Dezembro de 2015

Assinado por:

**Anita Herminia Oliveira Souza
(Coordenador)**

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº	CEP: 49.060-110
Bairro: Sanatório	
UF: SE	Município: ARACAJU
Telefone: (79)2105-1805	E-mail: cephu@ufs.br